



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 60

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 12 de junho de 2018

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Jorge Jorge*

Sumário

Os trabalhos tiveram início 10 às horas e 08 minutos.

A sessão iniciou-se com o [debate de urgência sobre “transportes, acessibilidades e Subsídio Social de Mobilidade”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Após a intervenção de abertura do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), usou da palavra a Sra. Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*), participando posteriormente no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), João Paulo Corvelo (*PCP*), Francisco César (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*), André Bradford (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Resolução n.º 93/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA: alterações ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e Madeira”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado Duarte Freitas (*PSD*), iniciou-se o debate com a participação dos/as Srs./as Deputados/as Francisco César (*PS*),

Paulo Estêvão (*PPM*), Graça Silveira (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), André Bradford (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Mendes (*BE*) e ainda do Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*), das Sras. Secretárias Regionais dos Transportes e Obras Públicas (*Ana Cunha*) e da Energia, Ambiente e Turismo (*Marta Guerreiro*).

Submetido à votação o diploma foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Francisco César (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Por fim, foi debatido e votado o [Projeto de Resolução n.º 41/XI – “Pedido de admissão da Região Autónoma dos Açores como membro associado da UNESCO”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Sobre o mesmo, usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), a quem coube a apresentação da iniciativa, Alonso Miguel (*CDS-PP*), José San-Bento (*PS*), Paulo Mendes (*BE*), João Paulo Corvelo (*PCP*), César Toste (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*) e para um contraprotesto o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Novamente por maioria, o diploma foi rejeitado, aquando da sua submissão a votação.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 56 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Vamos começar pela chamada.

Sr. Secretário...

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís
André Cláudio Gambão Rodrigues
André Jorge Dionísio Bradford
António Gonçalves Toste Parreira
Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves
Carlos Emanuel Rego Silva
Dionísio Medeiros Faria e Maia
Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César
Iasalde Fraga Nunes
João Paulo Lopes Araújo Ávila
João Vasco Pereira da Costa
José António Vieira da Silva Contente
José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
José Manuel Gregório Ávila
Manuel Alberto da Silva Pereira
Manuel José da Silva Ramos
Maria da Graça Oliveira Silva
Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira
Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto
Mário José Diniz Tomé
Miguel António Moniz Costa
Mónica Gomes Oliveira Rocha
Pedro Miguel Medeiros de Moura
Renata Correia Botelho

Ricardo Bettencourt Ramalho
Sónia Cristina Franco Nicolau
Susana Goulart Costa
Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares Marinho
António Manuel Silva Almeida
António Oldemiro das Neves Pedroso
António Vasco Vieira Neto de Viveiros
Bruno Filipe de Freitas Belo
Carlos Manuel da Silveira Ferreira
Catarina Goulart Chamacame Furtado
César Leandro Costa Toste
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Jaime Luís Melo Vieira
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Miguel Forjaz Rendeiro
Marco José Freitas da Costa
Maria João Soares Carreiro
Mónica Reis Simões Seidi
Paulo Henrique Parece Batista

Partido Popular (CDS-PP)

Alonso Teixeira Miguel
Artur Manuel Leal Lima

Maria da **Graça** Amaral da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Sousa **Mendes**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP/PEV)

João Paulo Valadão **Corvelo**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa de manhã de hoje está reservada ao debate de urgência requerido pelo CDS-PP sobre “**transportes, acessibilidades e Subsídio Social de Mobilidade**”.

Regem esta matéria os artigos 185.º e 186.º do nosso Regimento e os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos:

O requerente, o Partido Socialista e o Governo Regional dispõem de 32 minutos; o PSD de 24 minutos; o Bloco de Esquerda de 12 minutos e as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos.

Para dar início ao debate tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas de transportes integradas, ao nível das infraestruturas, da organização e do planeamento, são hoje comumente aceites como fundamentais para a integração, para a coesão e para o desenvolvimento económico. Exigem-se, por isso, numa governação responsável, políticas públicas concertadas que garantam a sua necessária eficácia.

Nos Açores, durante as mais de duas décadas de governação socialista todas as políticas de transportes fracassaram.

Atentando na realidade, depois dos milhões disponibilizados e das decisões estratégicas sem sentido, os frequentes problemas do setor, demonstram à evidência que a Região não tem hoje, cada vez mais a destempo, para a nossa economia e para a nossa coesão social, as infraestruturas e os meios necessários para a concretização de um concertado e exigível desenvolvimento dos transportes aéreos, marítimos e até terrestres.

As infraestruturas não são as adequadas e conduzem, sistematicamente, à inoperacionalidade. A coordenação não se vê e confronta-nos, inevitavelmente, com o desperdício. A intermodalidade é coisa que não existe e torna, fatalmente, desajustadas e ineficazes a grande maioria das respostas ensaiadas.

O resultado é que os açorianos ficam cada vez mais em terra e paralelamente aumentam, em resultado, os constrangimentos provocados: não foi há muito tempo que houve açorianos que não conseguiram durante semanas sair das suas ilhas para aceder a cuidados médicos; vemos hoje que há açorianos que fazem reservas atempadas que são preteridas na hora do embarque; vemos hoje que as ligações diárias inter-ilhas, em nome dos encaminhamentos, estão cada vez mais inacessíveis a grande parte dos açorianos; vemos hoje que os horários das ligações aéreas e marítimas continuam, sem aparente razão, a serem feitos sem permitirem uma racional articulação das operações aéreas entre si e entre estas e as marítimas;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Vemos hoje que a inexistência das rampas "Roll on-Roll off" em alguns dos nossos portos de ligação entre ilhas, continua a condicionar, fortemente, a mobilidade dos açorianos e a atividade económica.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos sabem que não temos uma verdadeira política de transportes regional.

Os sucessivos governos do Partido Socialista não foram, em mais de 20 anos, capazes de concretizar e este Governo já demonstrou não ter capacidade de responder e de reformar. As necessidades permanentes de corrigir as suas erráticas políticas, tornaram este Governo incapaz de perspetivar o médio e longo prazo e reduziram-no a uma prática governativa própria de um Governo de contingência, sistematicamente ultrapassado pela realidade.

Foi assim que assistimos ao descalabro financeiro das empresas públicas regionais do setor. Foi assim que chegamos ao anúncio da privatização do capital social da SATA, sobre o qual ainda pouco se sabe em concreto. Foi assim que a necessidade de alargamento do aeroporto da Horta não foi prevista, considerada, solicitada e acautelada junto do Governo da República no quadro das negociações com a ANA. É assim que, ainda hoje, sem que se saiba até quando, como se tivéssemos todo o tempo do mundo para decidir, se discute qual o melhor modelo de transporte marítimo para a Região, quer de carga quer de passageiros, enquanto andamos a alugar barcos que custam, e custaram, milhões. É assim que, ainda hoje, de concurso em concurso, se protela, como se não fosse essencial, o modelo de transporte de carga marítima e aérea, que é vital para a dinamização das nossas empresas e imprescindível para um efetivo e real crescimento económico, que se apregoa mas não real, que não acontecerá de forma sustentável enquanto a região adiar a sua concretização.

Está na altura de o Governo dizer porque não o faz e sobretudo porque não o deixa fazer, quando há empresas privadas que já manifestaram a sua disponibilidade para começar a operar de imediato.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não podemos, a cada descabro da governação socialista, continuar a hipotecar o futuro de todos nós.

Os transportes e a mobilidade dos açorianos são essenciais para o nosso desenvolvimento sustentável. São condição de liberdade, de progresso e de riqueza. São conquistas da nossa autonomia de que não podemos abdicar em nome do nosso futuro.

É neste sentido, e com preocupação, naturalmente, que o CDS acompanha, também, o presente processo de renegociação do subsídio de mobilidade, entre o Governo da República e o Governo Regional dos Açores, onde foram, segundo várias declarações públicas, apresentadas propostas negociais que podem, num futuro muito próximo, condicionar, restringir e negar a mobilidade dos açorianos.

Para o CDS-Açores é inaceitável que tal possa acontecer.

O CDS-Açores não entende, nem compreende, nem aceita as afirmações do Senhor Ministro das Infraestruturas e do Planeamento e de Sua Excelência o Senhor Primeiro-Ministro quando afirmam que o subsídio de mobilidade social deverá passar a ser competência regional.

Para o CDS-Açores o Subsídio Social de Mobilidade é uma competência da República e decorre dos *Princípios da Solidariedade e da Continuidade Territorial* que conformam a nossa ordem político-constitucional, e constitui, no entendimento do nosso partido, uma das maiores conquistas dos açorianos, da nossa autonomia e do nosso Portugal democrático.

É, portanto, imperativo perguntar a este Governo e esta maioria: aceita este Governo que os açorianos apenas possam viajar para o continente em dias de

viagens pré-definidos? Aceita este Governo que se imponha um limite anual do número de passagens por cada açoriano? Aceita este Governo a imposição de tetos no valor da comparticipação das passagens em que o excedente passa a ser suportado pelos açorianos? Aceita este Governo o plafonamento orçamental do subsídio de mobilidade e a regionalização de qualquer eventual excesso?

O CDS é frontal e claro. Nós não aceitamos. Nós estamos, como sempre estivemos, do lado dos açorianos.

O Governo tem, nesta iniciativa do CDS, a oportunidade de acabar com o silêncio a que se remeteu sobre a matéria e, em nome da clarificação e da transparência, dizer nesta Casa em que consistiam as propostas apresentadas pelo Governo da República, e se pode, hoje, assegurar, perante os açorianos, que os seus direitos à mobilidade foram, ou estão a ser, devidamente salvaguardados e se algum membro do Governo Regional faz parte também desse hipotético aparente grupo de trabalho que está a rever essa mobilidade.

Os açorianos e esta Assembleia têm o direito de o saber e este Governo o dever, mais que o dever, a obrigação de responder. É essa a sua função. É isso que esperamos de um Governo em democracia.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Passados dois meses, voltamos ao tema.

Da parte do Governo dos Açores, cá estaremos, sempre disponíveis para o debater, para ouvir e receber as vossas opiniões, os vossos contributos,

concordar com o que acharmos que devemos concordar, contra-argumentar quando entendermos que assim deve ser, de forma construtiva, a favor do continuado desenvolvimento do setor e em particular dos Açores.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

A Oradora: Presentemente, a área dos transportes é a atividade económica regional que está a exigir redobradas garantias de sustentabilidade e fiabilidade das acessibilidades, externas e internas, a todas as ilhas da Região e o Governo dos Açores está atento a essas exigências, tendo já reforçado a monitorização que tem vindo a fazer da prestação do serviço de público dos transportes aéreos e marítimos entre a Região e o exterior e entre as nove ilhas.

O regime de acessibilidades aéreas de e para a Região assumiu-se, em 2015, como um marco impulsionador de uma nova dinâmica turística e de uma maior mobilidade dos Açorianos.

Isto é inquestionável.

Simultaneamente, a implementação de um novo modelo de obrigações de serviço público inter-ilhas, além de assegurar novos modelos de mobilidade, potenciou os ganhos do modelo de serviço público das ligações ao exterior, servindo melhor, por essa via, todas as ilhas dos Açores.

Sabemos que os modelos em vigor não são infalíveis, podendo e devendo ser alvo de ajustamentos, sobretudo na relação entre a oferta e a procura demonstrada, no respeito de exigências de serviço público delineadas para todas as ilhas da Região e que todas as ilhas pretendem ver reforçadas, conscientes que estão que essas obrigações de serviço público são imprescindíveis para a vivência das populações e para o desenvolvimento da atividade económica em geral.

No transporte aéreo, como ainda em abril tive oportunidade de vos referir, nunca se viajou tanto de e para os Açores, nem inter-ilhas.

A entrada de novos operadores no mercado do transporte aéreo de e para os Açores, em 2015, gerou um incremento da oferta, uma redução do custo de acessibilidade, o aumento da mobilidade de residentes e de turistas, esbateu a sazonalidade e gerou um aumento da confiança e otimismo entre a generalidade dos agentes económicos.

No ano passado, os Açores movimentaram cerca de 1 milhão e 365 mil passageiros em voos inter-ilhas, 1 milhão e 460 mil em voos territoriais e ainda 415 mil em voos internacionais, o que perfaz um total de 3,2 milhões de passageiros movimentados.

Em 2014, ano anterior à entrada de novos operadores e do novo modelo de transporte aéreo dos Açores para o exterior, o total de passageiros movimentados foi de 1 milhão e 900 mil.

Falamos, pois, num aumento de 68%.

No que à carga aérea diz respeito, é público que o Governo dos Açores não abre mão, isto é, não prescinde da imposição de obrigações de serviço público, acautelando assim o interesse de todas, repito, de todas as ilhas dos Açores.

É um facto que o Governo da República tarda em decidir sobre o concurso do avião cargueiro, mas, independentemente da opção que o Governo da República venha a tomar, não nos demoveremos deste objetivo.

A definição das obrigações de serviço público de carga e correio é o caminho adequado para garantir as necessidades da Região neste domínio, exatamente porque garante padrões mínimos de continuidade, qualidade, preço e capacidade.

O Governo dos Açores está, no entanto, totalmente disponível para colaborar com o Governo da República para rever as OSP, em função da experiência obtida nos procedimentos anteriormente lançados.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na ordem do dia, está também o Subsídio Social de Mobilidade, fator que, para o Governo dos Açores, é absolutamente indispensável à garantia de mobilidade dos residentes e dos estudantes, prosseguindo objetivos de coesão social e territorial.

Facto é que são prematuras e especulativas quaisquer considerações a respeito de cenários de revisão do modelo atualmente em vigor.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: A eventual revisão do modelo não deverá, no entanto, negligenciar a sua importância na capacidade de atrair vários operadores, aumentar e diversificar a oferta e reduzir o custo da acessibilidade.

Atualmente, a SATA está a realizar uma operação pensada e elaborada de forma a corresponder à procura existente, sem prejuízo de, caso seja necessário, proceder a um reforço dessa mesma operação.

No verão (abril a outubro) de 2018 estão a ser oferecidos 651.666 lugares nos voos inter-ilhas, ou seja, mais 32%, mais 157.377 lugares do que os utilizados no verão de 2017.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Oxalá que tenha razão!

A Oradora: No pico do verão (julho e agosto), a oferta da SATA Air Açores é superior à do período homólogo do ano anterior em mais 2.678 lugares.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não se nota!

A Oradora: É pouco, repetem insistentemente alguns, não se nota, esquecendo-se do esforço contínuo que a transportadora aérea regional faz para ajustar a oferta à procura, sobretudo nos meses de julho, agosto e setembro.

No ano passado, a SATA Air Açores, nestes três meses, transportou 37% do total de passageiros de todo o ano, com o mesmo número de aviões.

Dotar o Grupo SATA dos instrumentos necessários para a sua contínua afirmação nacional e internacional, sem perder o sentido do seu verdadeiro

objeto social que é servir sempre e cada vez mais e melhor os Açores e os Açorianos, tem sido um dos grandes desafios desta legislatura, o qual ainda não damos por conseguido, mas para o qual estamos a trabalhar e prometemos não desistir.

No campo das infraestruturas aeronáuticas, temos vindo a trabalhar, em conjunto com o Governo da República, no processo de certificação para uso civil da infraestrutura aeronáutica da BA4, na Terceira.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é uma anedota!

A Oradora: Assim, estou em condições de anunciar que essa certificação estará concluída até ao final de julho, ou seja, dentro dos prazos fixados.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: No transporte marítimo de passageiros, perante o constrangimento provocado pelo desaparecimento do "Mestre Simão", a Atlânticoline conseguiu reajustar a sua operação e dar resposta às necessidades de transporte de passageiros e viaturas.

A operação sazonal decorre como planeado, estando prevista para o próximo dia 15 de junho a entrada ao serviço do segundo navio ("Megajet") com uma primeira viagem entre São Miguel e o Faial.

A operação deste ano foi reforçada, em relação ao ano passado.

Deputado Marco Costa (PSD): Reforçado este ano?

A Oradora: A chamada Linha Amarela (sazonal) tocará 83 vezes todas as ilhas do Grupo Central, possibilitando 90 toques na Terceira e permitindo um acréscimo de 24 toques no 'Triângulo'.

Como já foi referido, a suspensão da Linha Lilás resulta da retirada do navio "Mestre Simão" e da necessidade de otimizar a utilização do navio "Gilberto

Mariano" no transporte de viaturas entre as ilhas do 'Triângulo', sendo que os "Cruzeiros" não estão certificados como classe B para efetuar ligações até Angra, nem poderão vir a sê-lo, por questões regulamentares e estruturais.

No entanto, na sequência do esforço empreendido, será possível efetuar ligações extraordinárias para fazer face à maior procura durante as festas das nossas ilhas.

Assim, posso anunciar que a Atlânticoline irá realizar, recorrendo ao navio "Gilberto Mariano", três viagens com destino à Terceira durante as Sanjoaninas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A evolução que o Governo dos Açores tem programado para aperfeiçoamento do modelo do transporte marítimo de mercadorias passa pela aquisição de um navio que assegura o transporte de carga rodada inter-grupos, para com isso também dinamizar o mercado interno.

O modelo existente encerra em si mesmo a capacidade de se adaptar a novas solicitações, salvaguardando aquilo que é essencial, que é garantir que cada uma das ilhas tenha acesso à movimentação de mercadorias por via marítima, de forma a também poder contribuir para o seu abastecimento e o seu desenvolvimento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E continuamos à espera!

A Oradora: A questão principal relacionada com a introdução de alterações no modelo de transporte marítimo existente é saber em que sentido e como fazê-lo sem comprometer a coesão regional.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou ao dispor para as vossas questões.

Muito obrigada.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária.

A Mesa já tem várias inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Secretária, eu fiz cinco questões ali debaixo! Não respondeu a uma!

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em abril passado, na interpelação sobre transportes e acessibilidades, a Sra. Secretária dos Transportes e Obras Públicas fundamentou a defesa da qualidade e do bom funcionamento do sistema regional de transportes, com base nos valores do crescimento dos passageiros transportados, quer por via aérea, quer marítima.

Foi uma forma muito redutora de abordar este tema que revela o desnorte e ausência de melhores soluções.

Quer para os açorianos que se deslocam, quer para quem nos visita, e promove o desenvolvimento do turismo na Região, a abordagem deve ser outra.

Importa questionar não só quantos se deslocaram, mas sim quantos açorianos não se deslocaram em tempo compatível com as suas necessidades, quer por motivos de saúde, quer em negócios ou em férias.

Importa questionar quantos turistas potencialmente não nos visitaram por ausência de acessibilidades compatíveis com os seus planos de férias e qual a ilha ou quais as ilhas dos Açores que tinham como opção.

Sempre que alguém não concretiza uma deslocação aos Açores, é a nossa economia e são as nossas empresas que pagam.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Podem não existir estatísticas oficiais para esta realidade, mas existem indicadores, qualitativos e quantitativos, que caracterizam essa situação.

E o Governo não pode ficar indiferente e conformado com os relatos que chegam de empresários da hotelaria das ilhas sem ligações diretas ao exterior ou com ligações que manifestamente são insuficientes.

Não reconhecer as dificuldades que atravessam algumas ilhas em matéria de acessibilidades aéreas e dos custos que resultam para muitos dos seus empresários é grave, muito grave!!

É injusto para o esforço de muitos empresários, para os riscos que assumem quando investem num mercado com potencial, mas com limitações decorrentes da acentuada sazonalidade, terem de perder clientes por falta de transporte na época alta.

Já afirmámos em anteriores debates que numa Região com as nossas características, não deveria existir qualquer margem de erro nas opções estratégicas das políticas públicas para os transportes.

Mas é exatamente o contrário que tem acontecido nestes últimos 10 anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os erros sucedem-se com consequências sempre graves para a nossa economia e para a mobilidade dos açorianos e de quem nos visita.

Os problemas persistem nos transportes aéreos de passageiros, na carga aérea, nos transportes marítimos de passageiros e de mercadorias, revelando sempre desnorte e inconsistência das políticas públicas.

O Governo mantém-se como mero espetador, esperando que o rumo dos acontecimentos lhe seja favorável, ainda que com toda probabilidade de acontecer o inverso. Mas consumado o fracasso, logo se encontrará alguma desculpa. Faz parte do *modus operandi* deste executivo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

É incontornável, infelizmente, neste debate abordar a questão do Grupo SATA.

Deputado André Bradford (PS): Estava a estranhar!

O Orador. Quanto à Azores Airlines está o Governo em compasso de espera, submetido à apresentação da proposta do único concorrente da alienação de 49% do seu capital social.

Existe um Plano B, Sra. Secretária, para a possibilidade da proposta não garantir os interesses dos Açores?

Mas quanto à SATA Air Açores o que espera o Governo para dotar esta empresa das condições que lhe permitam servir verdadeiramente os açorianos?

É urgente um plano de recuperação que evite o colapso da empresa.

Não é possível manter em funcionamento a empresa nos próximos meses sem injetar capital urgentemente.

Não é possível manter o seu Serviço de Manutenção, enfrentando o mercado sem crédito de fornecedores, comprando quase exclusivamente a pronto pagamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: São preocupantes as opiniões manifestadas, de forma responsável, pela Comissão de Trabalhadores, seriamente apreensivos com o futuro imediato da empresa e com a manutenção dos postos de trabalho.

Nas atuais condições e se a situação não se modificar profundamente, no próximo concurso de concessão de serviço público inter-ilhas, a SATA corre sérios riscos de ser ultrapassada por qualquer outro eventual concorrente, com todas as consequências negativas para os Açores.

Tendo sido até agora escondidas pelo Governo as contas do 4.º trimestre de 2017 do SPER, não cumprindo legislação aprovada neste Parlamento, desafio a Sra. Secretária Regional para que tenha a coragem de informar qual foi o resultado global do Grupo SATA em 2017?

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As eventuais alterações do Subsídio Social de Mobilidade, em análise pelo Governo da República, constituem uma das matérias objeto do presente debate. Estando, porém, agendada a discussão de uma iniciativa do PSD para esta tarde, ainda assim, sempre diremos que se trata de matéria que deve preocupar este Parlamento e estamos certos que a nossa iniciativa terá acolhimento.

A nossa posição é clara: qualquer que seja a alteração ao regime do “Subsídio Social de Mobilidade”, ela não deverá impor qualquer limitação aos açorianos. Mas reconhecemos que o esforço do Orçamento do Estado, não se destina a engrossar os proveitos das companhias que operam nos Açores.

Ainda em setembro passado, aquando de uma interpelação do PPM sobre a SATA, questionámos a política de preços praticada pela empresa a residentes, denunciando o exagero das tarifas. Afirmamos, igualmente, que a melhoria dos resultados de 2015 para 2016, em cerca de 8 milhões de euros (ou seja, baixando o prejuízo de -22 me para -14 me), se deveu a esta forma de “sacar recursos financeiros” ao Orçamento do Estado.

Também alertámos que esta prática poderia comprometer o modelo em vigor como se está a verificar.

Mas o que espera o Governo Regional para que estabeleça orientações para a SATA nesta matéria, ou mesmo o Governo da República relativamente à TAP, cujos capitais são maioritariamente públicos?

Não se trata de ingerência ilegítima das respetivas tutelas nestas empresas, mas o exercício da sua obrigação com o objetivo de terminar com uma prática de delapidação imoral de recursos públicos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Esse instituto já não existe!

O Orador: O INAC, no âmbito das suas competências, poderá intervir e já o devia ter feito.

Acreditámos que com uma política comercial diferente da SATA e da TAP, será possível manter o esforço do Estado em níveis aceitáveis, sem qualquer outra medida adicional que possa limitar a acessibilidade dos Açorianos.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Caminhamos para metade desta legislatura e é altura de questionar sobre o cumprimento dos objetivos e medidas constantes no programa do Governo aprovado nesta Assembleia.

Em matéria de transportes marítimos, no preâmbulo do capítulo dos transportes consta e cito: “O modelo atual de transporte de mercadorias, em regime de obrigações de serviço público não remunerado, explorado por um conjunto de armadores, continua a necessitar de melhorias quanto aos custos para o consumidor final e à eficácia no acesso aos mercados externos”.

Questiono a Sra. Secretária que iniciativas tomou nesta matéria?

O Governo está na posse de toda a informação e estudos que permitam atuar?

Das medidas constantes do programa do Governo consta igualmente o envolvimento dos operadores regionais de transporte marítimo de mercadorias para análise de outras soluções que possam trazer benefícios aos açorianos.

Questiono a Sra. Secretária se já reuniu com as empresas a operar na Região, designadamente com as empresas de tráfego locais, como a TMG, Parece Machado e Barcos do Pico?

Relativamente à medida prevista de criação do Centro Logístico em Lisboa que iniciativas tomou o Governo nesta matéria?

Quanto ao transporte de carga aérea, que informações poderá prestar a este Parlamento?

O Governo não pode adiar a procura de soluções que se afiguram urgentes em matéria de transportes.

Não pode continuar a comprometer o nosso futuro com o desnorte das suas políticas.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Pensava que se tinha inscrito, peço desculpa.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Recorrentemente e como não podia deixar de ser, até pela importância do assunto para uma Região cujo problema principal tem a ver com os transportes e as acessibilidades, este tema é trazido a debate deste Plenário.

Entender os transportes como uma mera área de negócio a ser explorada única e exclusivamente em função da obtenção de lucro e não como sendo um setor que cumpre uma função social de tal forma relevante e fundamental na organização da vida social, política e económica da Região, será sempre um erro grave que a todo o custo tem de ser evitado.

Como já por diversas vezes o salientámos, e a própria história vem provar, o normal funcionamento da Região e o seu desenvolvimento socioeconómico harmonioso exigem uma política de transportes coerente e tal apenas é atingível se a Região tiver meios de atuação nas empresas estratégicas que garantam, nomeadamente, a regularidade dos transportes entre as nove parcelas da Região e desta com o exterior.

Importante conquista do sistema autonómico foi, sem dúvida, dotar todas as ilhas dos Açores com estruturas aeroportuárias, permitindo assim a ligação por via aérea entre todas elas.

Concretizar essas ligações só foi alcançável porque a Região era detentora da SATA Air Açores e por isso mesmo foi possível definir como política de gestão para essa empresa, e principal objetivo a atingir pela mesma, o de assegurar e garantir o transporte regular de pessoas e bens entre todas as ilhas do arquipélago.

Se é certo que sendo essa a missão principal que a Região definiu para a SATA, nem sempre a sua concretização foi isenta de falhas e até de alguns desvios, mas, mesmo assim, foi sempre sendo possível com maior ou menor esforço e dentro de um tempo razoável ou menos razoável ir corrigindo as falhas e desvios verificados.

Isto porque estava bem definida qual a missão e o papel que à SATA Air Açores estava destinado e à qual esta estava veiculada.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Com a liberalização das rotas aéreas entre o Continente e a Região logo foi desencadeada uma intensa campanha anunciando o paraíso das tarifas aéreas baratas e a operação das companhias aéreas de baixas tarifas (*low cost*) saudadas como o milagre que iria trazer finalmente aos açorianos a mobilidade que até aí, supostamente, nunca haviam usufruído e tudo isto sem que fosse necessário o pagamento das indemnizações compensatórias que até aí deveriam (muitas vezes não foram) ser pagas às operadoras TAP e SATA para garantir o direito ao transporte a tarifas controladas entre a Região e o continente.

O que não foi dito, e aliás foi e é ocultado aos açorianos, é que as tarifas baratas têm um custo e que as empresas que as praticam como a EasyJet ou a Ryanair são tudo menos instituições de solidariedade social e que o que as move é o

lucro, apenas o lucro, nada mais que o lucro e cada vez mais o lucro, como aliás o abandono do destino Açores por parte da EasyJet confirma de forma eloquente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É precisamente nesta altura que a missão atribuída à SATA Air Açores é alterada e no lugar do seu objetivo ser assegurar e garantir o transporte regular inter-ilhas, é-lhe atribuída a missão de financiar as *low cost* e a missão de assegurar o transporte gratuito dos passageiros destas empresas. Tudo isto sem que a SATA Air Açores fosse dotada dos indispensáveis meios e estruturada tendo em vista dar resposta a todas as missões que a partir desse momento estava obrigada a cumprir.

É necessário que os açorianos saibam com verdade o porquê de em toda a época alta verem o seu direito à mobilidade permanentemente posto em causa nos voos inter-ilhas.

É necessário que os açorianos saibam que só a enorme competência e grande abnegação das tripulações e de todos os trabalhadores da SATA Air Açores, aos quais endereço uma particular saudação, evitam que situações ainda mais graves aconteçam quanto à mobilidade dos açorianos neste período do ano.

Talvez por ter consciência que os graves problemas que os açorianos enfrentam na sua mobilidade, particularmente nesta época, resultam dos erros das suas políticas neste sector é que o Governo age de forma sobranceira e arrogante, nem se dignando a ouvir Câmaras Municipais e Conselhos de Ilha quanto à definição das rotas e da regularidade das escalas para o transporte inter-ilhas a cargo da SATA Air Açores.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Qualquer política de transportes que de facto sirva a Região, para além de atender à totalidade das mesmas tem de ter como base as necessidades específicas de cada uma das suas parcelas e tal só é possível ouvindo e acolhendo as opiniões, designadamente do poder mais próximo das populações. Este princípio tanto é válido para o transporte aéreo como também para o transporte marítimo, transporte este que não é de somenos importância para garantir a mobilidade a que os açorianos têm direito.

O necessário acompanhamento e a audição dos representantes eleitos pelas populações é também essencial para o constante aperfeiçoamento do serviço prestado ao nível dos transportes marítimos.

Finalmente e quanto aos transportes rodoviários para além da necessidade de manutenção de uma rede viária devidamente cuidada e preservada, há que cuidar no tocante ao transporte rodoviário de passageiros de garantir toda uma rede e um esquema de transporte bem organizado e bem pensado e aí mais que nunca se exige a participação dos eleitos locais na sua definição.

É essencial que as empresas de transporte rodoviário de passageiros cumpram cabalmente a sua missão, sem sujeições a qualquer outro tipo de pressões e de interesses que não o do interesse público.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pois bem, Srs. Deputados, passado pouco tempo estamos novamente neste plenário a discutir a questão dos transportes aéreos, nomeadamente a sua evolução e a sua situação.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Por que será?

O Orador: Tal como na última discussão o Partido Socialista se apresentou aqui de uma forma realista e conscienciosa,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... nós, neste debate, voltamo-nos a apresentar exatamente com a mesma postura, uma postura de humildade, uma postura de perceção real do que se passa ao nível da mobilidade dos açorianos e com a consciência de que há inúmeros desafios que podem e devem merecer a nossa melhor atenção.

É verdade, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos a prestar atenção à mobilidade interna dos açorianos;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não passam disso!

O Orador: É verdade, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos muito atentos e a trabalhar para que os fluxos turísticos que chegam à nossa Região possam ser distribuídos de uma forma justa e equitativa por todas as nossas ilhas;

É verdade, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos atentos, nós estamos a trabalhar e temos estado a pressionar aqueles que têm responsabilidade também de, tendo responsabilidade de gerir infraestruturas na Região, garantir que elas proporcionem às nossas ilhas as melhores acessibilidades.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas se é verdade que temos hoje estes desafios, é porque conseguimos ultrapassar muitos outros e é essa discussão que eu não vejo os senhores terem, é esse o assunto que os senhores optam por escamotear.

Eu hoje ouvi o Sr. Deputado Artur Lima, ouvi o Sr. Deputado do PSD, referirem que os transportes nos Açores estão piores do que nunca, que os transportes nos Açores encontram-se numa situação de pré-rotura e de que até hoje nenhuma política efetuada pelo Governo dos Açores e por esta bancada tiveram sucesso.

Acham-se que os açorianos se reveem nisso?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Pois bem, eu imagino o que é que os açorianos diriam, ou o que é que os senhores diriam, se nós por acaso não tivéssemos tido um aumento de

passageiros transportados para os Açores na ordem dos 5,6% em 2017, e de termos hoje mais passageiros transportados, cerca de mais 70%, do que tínhamos em 2014.

Nós, hoje, nos Açores, temos uma evolução que não é nada despiciente, mas, no entanto, os senhores olhando para este gráfico, que demonstra claramente o crescimento dos passageiros nos Açores, vêm dizer que os transportes nos Açores nunca estiveram tão mal.

Dizem também os senhores que ao nível dos transportes marítimos a situação é calamitosa, que não há possibilidade de nós conseguirmos fazer alguma coisa bem-feita.

No entanto, se olharmos, a evolução dos passageiros transportados ao nível marítimo nos Açores, verificamos que o gráfico não está como os senhores gostariam, de uma forma descendente, está exatamente como deve ser, exatamente a crescer.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, nós passamos de menos de 450 mil passageiros...

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem!

O Orador: ... para cerca de 600 mil passageiros.

Dizem os Srs. Deputados: está uma desgraça!

Pois bem, Srs. Deputados, imagino o que os senhores diriam se por acaso nós não tivéssemos tido crescimento da forma como tivemos.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores estariam a pedir um golpe de estado em relação ao Governo dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Dirão os senhores: bom, mas os senhores também não têm trabalhado para conseguir aumentar a pista do Faial, para conseguir garantir a certificação do aeroporto da Base Aérea na Terceira.

Bom, mas se algo que nós não podemos esquecer nesta câmara, e nenhum dos senhores pode desmentir o que eu estou a dizer, é que só há um partido, só há um responsável político nesta câmara, neste país, que disse que não queria o aumento da pista do aeroporto do Faial. Só há um responsável político e esse responsável político foi Pedro Passos Coelho que o disse na Câmara da Horta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Marco Costa (PSD): Quem é que disse que fazia, quem é que disse?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O único sério é Carlos César!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: A verdade é que ontem tivemos conhecimento que, embora num pequeno passo, a ANA Aeroportos reconheceu que é da sua responsabilidade a ampliação da pista da Horta...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... antecipando o prazo que era de 2023 para a certificação e ampliação desta pista.

A verdade é que quem reivindicou e nunca esteve contra o aumento da pista da Horta, ao contrário do que disse Passos Coelho, foi o Governo dos Açores e foi o Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Segundo: diziam os senhores que a certificação para o civil da pista da Base das Lajes nunca seria uma realidade. Criticaram!

Deputado André Bradford (PS): Uma anedota, disse o Sr. Deputado!

O Orador: Exatamente. Disseram até que seria uma anedota. Mas a verdade é que veio aqui a Sra. Secretária anunciar que até ao final, salvo erro, do mês do junho ou julho, essa certificação será efetuada.

Como se vê, a situação dos transportes nos Açores é,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma maravilha

O Orador: ... na opinião dos senhores, uma calamidade.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): E na opinião dos senhores, o que é?

O Orador: A questão será qual a definição que os senhores têm de calamidade, porque a definição daquilo que nós temos visto é uma evolução francamente positiva de todos os indicadores.

Chegam os senhores também a esta câmara e dizem que há problema com a mobilidade dos açorianos, que os voos estão todos cheios em época alta.

Quem vos ouviu falar nesta câmara!... Os senhores que foram príncipes das desgraças, reis da intromissão na SATA ao nível das rotas que elas deveriam fazer!...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores falavam de que o turismo não iria chegar aos Açores, de que não havia passageiros para transportar, de que havia aviões a mais na frota da SATA.

Imagine-se que agora até vêm sugerir que a SATA contratasse aviões com tripulações.

Portanto, a verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que o tempo mudou...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor também!

O Orador: ... e nós estamos numa situação de crescimento e se é verdade que houve tempos em que as coisas não correram como nós gostaríamos, basta verificar que ao nível do número de voos para os Açores, em termos inter-ilhas, a situação tem vindo sucessivamente a melhorar e nós temos tido um trabalho, conjuntamente com a empresa pública, no sentido de que os voos inter-ilhas aumentem para que os açorianos possam ter a sua mobilidade garantida.

Ainda há pouco a Sra. Secretária anunciou um reforço exatamente desta mobilidade.

Por último, Sras. e Srs. Deputados, a questão do Subsídio Social de Mobilidade. Não há nenhum partido, nem nenhum Governo que se preocupe tanto com a questão do Subsídio Social de Mobilidade quanto o Partido Socialista e quanto o Governo dos Açores.

Deputado Marco Costa (PSD): Acho que o senhor não dormiu nada esta noite a passar no Subsídio de Mobilidade!

O Orador: E da mesma forma que trabalhamos com o Governo da República para garantir exatamente a implementação do modelo do atual subsídio de mobilidade, é nossa obrigação garantir que nós possamos ter um modelo de um subsídio de mobilidade que consiga proporcionar e garantir aos açorianos exatamente a mesma mobilidade, exatamente a mesma concorrência, exatamente os mesmos direitos em termos de mobilidade.

Tem sido sempre este o nosso compromisso, e a solução...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Diga lá: mesmo que sejam os açorianos a pagar!

O Orador: ... e o trabalho que deve ser feito ao nível do subsídio de mobilidade não deve ser imediatamente solucionado, como faz o PSD, apontando o dedo à SATA.

Disse o Sr. Deputado do PSD aqui nesta Sala uma frase extraordinária: a SATA anda a sacar dinheiro ao Orçamento de Estado.

É extraordinário!...

Deputado André Bradford (PS): Além de ser autonomista!

O Orador: É extraordinário que quando se verifica a possibilidade da existência de um problema ao nível de custos, o primeiro dedo que os senhores apontam não é à TAP, não é à Ryanair, é à companhia de todos os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É extraordinário!...

O senhor sabe, é que a TAP pratica preços muito semelhantes à SATA, mas o senhor, nesta câmara não olha para mais lado nenhum. O primeiro dedo que aponta é para a SATA.

Deputado Paulo Parece (PSD): Que os senhores destruíram!

Deputado André Bradford (PS): O único dedo!

O Orador: Eu sempre critiquei muitas pessoas que dizem que os senhores gostam de falar mal da SATA, porque sempre me pareceu estranho que os açorianos falem mal da sua própria companhia aérea.

Nunca me pareceu que fossem estes os objetivos das Sras. e dos Srs. Deputados.

O problema é que os senhores teimam em não me dar razão, os senhores teimam em dar razão a todos aqueles que dizem que os senhores de facto não gostam da SATA.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Na esperança de que isso não seja bem assim, eu convido os Srs. Deputados a retificarem as declarações que fizeram.

Deputado Paulo Parece (PSD): Olha a importância que está aí!

O Orador: Portanto, algo que nós sabemos ao nível do subsídio de mobilidade é que nem os senhores, nem nós, achamos que deva haver abusos na utilização do mesmo. Todos nós sabemos disso e todos nós iremos trabalhar para que o subsídio de mobilidade, tendo em conta que desde a última discussão que tivemos até agora não houve qualquer tipo de evolução,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Houve, houve, o Primeiro-Ministro falou!

O Orador: ... continue a proporcionar aos açorianos exatamente o mesmo tipo de mobilidade e de direitos que tinham anteriormente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que não vou acrescentar grande novidade àquela que é uma constatação que poderá ser feita por qualquer açoriano ou açoriana, de que viver nos Açores não é o mesmo que viver em Lisboa, no Porto ou mesmo em Bragança.

Portanto, nós, açorianos, temos direito à mobilidade, e aquilo que se entende por mobilidade, não é só mobilidade inter-ilhas, mas também é mobilidade entre a Região e o Continente e entre a Região e a Madeira.

Portanto, nesse sentido foi anunciado há pouco mais de três ou quatro ou anos um novo modelo de transportes aéreos que, desde logo, foi tido, tanto pelo Partido Socialista, como pelo Partido Social Democrata e até mesmo pelo CDS, como o modelo exemplar, aquele a ser seguido e aquele modelo que há muito tempo os açorianos e açorianas tanto esperavam.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi isso que o CDS disse!

O Orador: Ora, mas esse modelo trouxe problemas, além de neste momento também...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O dos senhores não era!

O Orador: Sra. Presidente... Sr. Deputado Artur Lima posso continuar?

Presidente: Pode continuar Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se o que o senhor diz não é verdade, eu tenho que o interromper desta forma!

O Orador: Voltando e esperando não ser interrompido pelo Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está no Diário das Sessões!

O Orador: Como estava a dizer, este modelo poderá vir a acarretar ainda mais problemas do que aqueles que têm vindo até agora a revelar.

Desde já, e espero que a Sra. Secretária venha a dar resposta às dúvidas legitimamente levantadas pelo Sr. Deputado Artur Lima aquando da sua intervenção inicial, que não são dúvidas de agora, foram dúvidas que foram levantadas no plenário de abril e que têm a ver com as condições que se advinham para atribuição do Subsídio Social de Mobilidade.

Sabemos que o Governo da República, através do Primeiro-Ministro António Costa, veio dar conta de que este modelo tem problemas e por incrível que possa parecer esses problemas só podem ser resolvidos, à primeira vista e pelo que consigamos adivinhar neste momento, impondo limites à mobilidade dos açorianos.

Espero que isso não aconteça e espero que a Sra. Secretária consiga neste plenário esclarecer-nos de que não existirão condições que irão limitar a mobilidade dos açorianos, nomeadamente a limitação do número de viagens por ano e até mesmo a limitação a determinados voos por ano.

Portanto, em abril também assistimos por parte do Sr. Deputado Duarte Freitas a declarações que infantizavam a importância e a vantagem deste novo modelo. Este novo modelo acaba por impor condições à mobilidade dos açorianos, mesmo atualmente, porque apostou na total liberalização, pelo menos nas rotas entre Terceira e continente e São Miguel e continente.

Portanto, o Sr. Deputado Duarte Freitas veio aqui dizer que este era o modelo que há muito o PSD vinha a defender, esquecendo-se que até neste momento se impõem condições que são muito limitadoras à mobilidade dos açorianos, para já com os preços que são praticados pelas companhias aéreas.

É verdade que temos o Subsídio Social de Mobilidade, mas esse Subsídio Social de Mobilidade só é atribuído depois de feita a viagem. Portanto, o residente tem sempre que adiantar o dinheiro à partida.

Ora, o Sr. Deputado Duarte Freitas também disse, e foi reafirmado aqui pelo Sr. Deputado Francisco César, que as companhias aéreas, e aqui dou razão ao Sr. Deputado Francisco César quando acusa o PSD de apontar sempre o dedo à SATA, têm vindo a abusar do Subsídio Social de Mobilidade e de assim enriquecer à custa das transferências do Orçamento de Estado.

Mas não é só a SATA!... Mas não é só a SATA!... Até as tais companhias aéreas de baixo custo também o fazem. Talvez não façam no mesmo grau que a SATA, ou mesmo a TAP, mas também o fazem.

Quem nunca experimentou em época alta voar nas companhias aéreas de baixo custo e apanhar preços, tarifas, que são tudo menos de baixo custo?

Ora, por que é que isso acontece?

Porque nós estamos num mercado completamente desregulado e esse mercado completamente desregulado traz, de facto, limitações à mobilidade de todos nós, porque nem toda a gente tem dinheiro para adiantar, para pagar preços exorbitantes que neste momento são cobrados.

Convém recordar que neste momento nós temos, através de Obrigações de Serviço Público, rotas que estão condicionadas à prática de tarifas de preço máximo. Eu tive ocasião de ver aqui um requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Governo Regional que pediu o valor da tarifa média por mês e por rota, em rotas Obrigações de Serviço Público, e facilmente constatamos que o preço médio praticado nessas rotas é, até mesmo em época alta, inferior àquele que é valor do Subsídio Social de Mobilidade, 134€, portanto, valores bem abaixo desses valores praticados, o que quer dizer que todos nós beneficiaríamos se houvesse um teto a ser cobrado pelas companhias aéreas aos cidadãos residentes e que todos nós ganharíamos com isso.

Ora, mas também sabemos que as companhias aéreas de baixo custo não apreciam em nada esse tipo de regulamentação. Eu recorro até a afirmação feita pelo Diretor Comercial da EasyJet em 2013, em que diz claramente que “a nossa operação é efetuada em mercados desregulados, sem limite de valor para tarifas mínimas e máximas, a atribuição de ajudas de Estado deve ser efetuada diretamente aos passageiros”.

Portanto, não querem saber de tarifas mínimas ou máximas, querem mesmo operar num mercado completamente desregulado. O que é que isso quer dizer? Que não podemos meter no mesmo saco residentes, e o direito que eles têm à sua mobilidade, e turistas, porque senão temos, como neste momento estamos a presenciar e perante a nossa realidade, os residentes muito e muito condicionados na sua mobilidade.

Por isso gostaria de perguntar à Sra. Secretária se o Governo Regional estaria sensibilizado para, junto ao Governo da República, colocar a prática de tarifas máximas também nas rotas atualmente liberalizadas?

Já agora, gostaria que o Governo Regional, mesmo até o Sr. Presidente do Governo Regional ou a Sra. Secretária, até porque as afirmações foram feitas pelo Sr. Presidente do Governo Regional em janeiro passado, que afirmou que gostaria de alterar as Obrigações de Serviço Público para atrair mais operadoras aéreas, o que é que isso quer dizer?

Quer dizer que para aquelas ilhas onde atualmente nós temos Obrigações de Serviço Público e a fixação de tarifas máximas, que a fixação de tarifas máximas poderá estar em risco só porque queremos atrair mais companhias aéreas, nomeadamente para o Faial, Santa Maria e o Pico? Vamos ter no futuro essas ilhas sem as tarifas máximas?

Por enquanto é tudo, Sra. Presidente.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima** (CDS-PP): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente, Sra. Secretária Regional: Naturalmente procurou responder às perguntas, mas também não advinha o que eu trataria, de maneira que se permite vou colocá-las novamente. A primeira coisa que tenho que lhe dizer é que sem querer tirar brilhantismo ao anúncio que aqui fez, a certificação para uso civil da pista das Lajes já tinha sido feita há um mês e meio pela Sra. Deputada Lara Martinho, até em artigos de opinião, e que em julho estaria concluída. Portanto, o que a senhora anuncia aqui hoje já não é uma novidade.

Mas sempre lhe pergunto, a primeira pergunta que tenho para lhe fazer e ao Governo Regional é a seguinte: a pista do aeroporto das Lajes está ou não está certificada para operação civil? – primeira pergunta em que quero e exijo uma resposta. Está ou não está certificada? É que se não está certificada não podem operar lá aviões civis.

É que estamos aqui a brincar com uma coisa: a certificação para uso civil do aeroporto das Lajes, o que é que isto quer dizer? É a primeira pergunta.

Sra. Secretária, segunda pergunta: aceita este Governo que os açorianos possam viajar entre os Açores e o continente apenas em dias e viagens pré-definidos?

Terceira pergunta: aceita que se imponha um limite anual do número de passagens quer aos açorianos em geral, quer aos estudantes em particular?

Quarta pergunta: aceita este Governo a imposição de tetos no valor de comparticipação das passagens em que o excedente passa a ser suportado pelos açorianos tal qual acontece na Madeira? Aceita esse Governo isto?

Quinta pergunta: aceita este Governo o plafonamento orçamental do subsídio de mobilidade em que o Governo da República, como já anunciou, quer dar 25 milhões à Madeira e o resto pagamos nós? Aceita esse Governo esse princípio?

E, sobretudo, se o Governo aceita a regionalização do excesso desse plafonamento orçamental?

Portanto, essas são as perguntas para V. Exa. que agradecia que tivesse a delicadeza de me responder.

Sr. Deputado Francisco César, podíamos estar bem melhores, muito melhores relativamente ao transporte aéreo, mas se me permite, Sr. Deputado Francisco César eu vou começar por ler... Se calhar não estaríamos a necessitar de ter um avião romeno a fazer ACMI para a SATA, não tínhamos necessidade de termos um avião espanhol a fazer ACMI para a SATA.

Deputado André Bradford (PS): Preferia que fosse português?

O Orador: Sr. Deputado, ouça-me. Também o ouvi com toda a atenção, agradeço que me ouça.

O que não podemos ter são políticas erráticas e errâncias e não saber o que se quer. E não é estar ou não estar contra a SATA, é estar a favor da mobilidade dos açorianos, que é uma coisa bem diferente.

Os senhores anunciaram, com pompa e circunstância, a cedência do A330 à HiFly, com o seguinte argumento, porque a SATA não podia ficar com o 330 porque precisava de um avião suplente caso acontecesse alguma coisa (estou a citar de memória). Era o que iam fazer e de repente o negócio com a HiFly vira todo para trás. Isto também exige uma explicação, por que é isso aconteceu?

Segundo ponto: como os senhores sabem, essa empresa espanhola que opera com os 340, apenas tem um 340, o outro estar em permanente ACMI com uma companhia estrangeira. Portanto, não tem suplente.

Deputado Francisco César (PS): Mas nós temos um A330!

O Orador: Sr. Deputado, já no passado a HiFly operava com um A340 para Oakland e nós tínhamos um 330 e não houve necessidade de fazer o ACMI para a HiFly.

Este ano houve e os senhores não conseguem explicar. Portanto, quem está a esbanjar dinheiro da SATA são as vossas intromissões políticas na companhia.

Deputado Francisco César (PS): Nós?

O Orador: E por que é que se faz ACMIS, Sr. Deputado Francisco César? Eu vou explicar-lhe.

Deputado Francisco César (PS): É normal! A TAP tem a HiFly toda por sua conta!

O Orador: O Sr. Parreirão, Presidente do Conselho de Administração da SATA – presumo que é Luís Parreirão – dizia o seguinte: “como sabem, a SATA Internacional operava com quatro A320 e está agora a operar com três A320, com a correspondente diminuição do número de tripulantes, nomeadamente tripulantes técnicos e conseqüente redução de custos, está a operar com três A3230 que é aquilo que consideramos a frota adequada para a operação que queremos desenvolver”.

Sr. Deputado Francisco César, está explicado quem é que andou a vender aviões e agora anda a fazer ACMIS.

Deputado Francisco César (PS): Os aviões eram novos!

O Orador: A isso chama-se má gestão, má organização, mau planeamento e a culpa não é do CDS.

Portanto, quem reduziu a frota da SATA, quem achou que era ociosa, chama-se (eu não sei se é nome do senhor) Luís Parreirão.

Deputado Francisco César (PS): O senhor também disse!

O Orador: Eu não disse nada disso.

Deputado Francisco César (PS): Disse na Comissão!

O Orador: Disse na Comissão que a frota de Q400 era desadequada à operação nos Açores. Disse e continuo a dizer e a realidade está aí.

Só em cinco anos foram dezenas de milhões de dólares em motores e já agora por que é que não estão os quatro Q400 a operar todos? Por que é que não estão?

O que é que acontece para que os quatro Q400 não estão a operar todos? Ou já começaram ontem? É a questão que também ponho. É porque há um motorzinho que está aí num sítio que é preciso ir buscar e ainda não veio.

Sr. Deputado Francisco César, temos nós, pela nossa parte, dado resposta e aproveito que o Sr. Presidente do Governo está aqui e veio recentemente da bilateral.

Como V. Exa. se lembra, Sr. Presidente, eu fiz-lhe até um pedido, numa das idas à bilateral, que pedisse aos americanos que pusessem um anemómetro da pista militar das Lajes a funcionar. Em qualquer aparelhinho destes que nós temos, vamos ver o METAR e o TAF das Lajes. Não existe! E não existe, porque o anemómetro não está a funcionar.

Sr. Presidente, se não me falha a memória, se não foi há seis meses foi há um ano atrás (eu não quero exagerar), eu pedi-lhe encarecidamente que isso fosse resolvido. Até hoje ainda não foi.

Portanto, contributos para a melhoria da aeronavegabilidade cá está um, Sr. Deputado Francisco César, da nossa parte.

Outros contributos que já demos, Sr. Deputado Francisco César, de maneira a não necessitar...

Deputado Francisco César (PS): O senhor deu tantos contributos!

O Orador: Ouça!

Deputado Francisco César (PS): E nós aceitámos!

O Orador: Alguns!

Deputado Francisco César (PS): O que é que está tudo mal?

O Orador: Não, não aceitaram.

Sr. Deputado, ouça.

De maneira a reduzir, demos mais um contributo que seria excelente: certificar algumas pistas para o voo visual noturno. Fizemos propostas nesse sentido e, sobretudo, também propusemos aqui que, nos aeroportos que já têm essas pistas certificadas, se alargasse o horário de funcionamento da SATA Air Açores de maneira a poder servir todos e com mais voos e de maneira a poder evitar ACMIS. E a frota da SATA Air Açores, bem gerida, no verão, com os quatro Q400 a funcionar em pleno, com os dois Q200 a funcionar em pleno, com a devida articulação de horários e bem-feita entre eles, julgo que era possível dar uma resposta satisfatória aos açorianos.

Por que é que não se faz? É porque há coisas que não custam dinheiro, é preciso apenas serem bem organizadas e bem articuladas.

Eu não posso admitir que chegue um avião da Horta para a Terceira, que um passageiro vá para a Graciosa e o voo tenha saído dez minutos antes. Não acredito!... E o mesmo de um avião que sai do Corvo e chega à Horta e não se espera por cinco ou seis passageiros que vêm do Corvo e tenha saído dez minutos antes em vez de esperar quinze minutos. Todos sabemos que o voo visual noturno para alguns aeroportos melhoraria essa consequência.

Portanto, nessa matéria temos dado os nossos contributos como também demos, Sr. Deputado Francisco César, para as rádios-ajudas e também aceite por vós.

Agora o que eu não percebo, Sr. Deputado Francisco César, é isto, mas o senhor vai-me explicar e a Sra. Secretária.

Mês de julho, mês de verão, de grande intensidade, o horário de verão das companhias:

Segunda-feira, a SATA não voa para a Ilha Terceira. Isso é admissível?

Terça-feira, ela vem, mas não volta.

Há quarta-feira ela vai, mas não volta.

Bom, isto se não é brincadeira andamos lá muito perto.

Que horário é este? Que horário se fez?

Quinta-feira, a SATA não voa para a Terceira.

Eu não estou a falar no horário de inverno, estou a falar no horário de verão, no pico do verão.

Sábado, a SATA não voa para a Terceira.

O que é isto, Sr. Deputado Francisco César?

Recordo-vos, quando os senhores diziam e aqui se manifestava preocupações, que se houver problemas a SATA lá estará. A SATA não está cá, por orientações vossa, porque os senhores é que determinaram outros voos para outras paragens.

Mas Sr. Deputado, explique-me também o seguinte: se quisermos ir ver, no dia 10 de julho há dois voos da SATA para a Ilha Terceira. No dia 17 de julho já só há um. No dia 24 volta a ter dois e no dia 31 já volta a ter um. Mas isto é como a Feira da Ladra? Como é que se passa isto? Como é que se fazem estes horários? Qual é o critério?

Mais!... Sr. Deputado, se formos às quartas-feiras...

Eu sei que lhe dá vontade de rir, mas olhe que não dá vontade de rir às outras pessoas. Eu sei que lhe dá vontade de rir, porque os senhores desprezam isto.

O Sr. Deputado Bradford tem sempre a sua característica de, enfim, provocar a destabilização...

Deputado André Bradford (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e o gozo pegado aqui dentro.

Deputado André Bradford (PS): Não há gozo nenhum!

O Orador: Mas o gozo é feito pelo seu grupo e pelo seu Governo.

Se formos às quartas-feiras, em julho, Terceira-Lisboa, no dia 25 de julho, não tem voo; no dia 11 tem; no dia 18 tem; no dia 4 também já não tem voo.

Portanto, andamos aqui a brincar.

Quais são os operadores turísticos que podem prever viagens se ora tem, ora não tem, ora sim, ora não. Isso é verdadeiramente, falando de acessibilidades para já não falar do resto, desastroso.

E mais!... Estão a fazer a mesma maldade, nalguns destes voos Lisboa-Terceira, que fizeram com o voo do Porto e que já se está aqui a ver à distância. Começam a operar com o 330 agora nesta rota, Lisboa-Terceira às quartas-feiras e no dia que vai para Boston, que é para a taxa de ocupação reduzir para 54%.

O futuro se não for este cá estaremos para o discutir novamente, porque os senhores não têm 320 para voar; os senhores não têm aviões para servir os Açores, mas têm aviões para servir Manchester, Cabo Verde, Londres e Frankfurt. Essa é que é a realidade e essa é que nós não aceitamos.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): O problema para si não é esse!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às dez para o meio-dia.

Eram 11 horas e 22 minutos.

Presidente: Vamos dar continuidade ao debate.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu tenho aqui um novo dossier de artigos de opinião (já está a preparar o futuro). É um conjunto de artigos de opinião sobre aquele que será, dizem, o novo líder parlamentar do Partido Socialista, Sr. Deputado Francisco César.

Tenho estes artigos de opinião que são também maravilhosos em termos de antevisão e tomadas de posição em relação ao futuro.

Começo aqui por um artigo de opinião sobre esta questão deste debate que estamos aqui a realizar, em que o Sr. Deputado Francisco César dizia em 2010, com um artigo que chamou de “Desmontar os mitos e a demagogia”, o seguinte (vale a pena ler, sem rir – vou tentar!):

“Tenho a convicção de que os açorianos têm orgulho na sua companhia de bandeira que apresenta hoje uma frota renovada, uma operação de qualidade e contas de gestão perfeitamente controladas”.

Em tom triunfal, terminava o Sr. Deputado a dizer assim:

“Não há muitas regiões do mundo em que se possa dizer o mesmo”.

Depois o Sr. Deputado num artigo posterior dizia assim, num artigo também de 2010:

“Considero, pois, ser uma boa altura para discutirmos as vantagens de operarmos nos Açores sobretudo com companhias de bandeira”.

Depois leva o resto do artigo a desclassificar as *low cost*, que não serviam, que não prestavam, que não era esse o futuro dos Açores, que nada disso nos servia, nada disso implicava uma companhia servir os açorianos de forma mais célere e com maior eficácia.

Depois (não tenho tempo) tenho outros artigozinhos, que são autênticos tesourinhos, a defender o monopólio da SATA, o futuro das tarifas aéreas nos Açores, a demagogia fácil sobre as tarifas aéreas, a oposição em lista de espera, etc., etc., um conjunto de tesourinhos que convido todos e tenho o livrinho disponível para que possam ler o conjunto de referências que aqui são feitas.

Mas a questão fundamental é esta: é que não há estratégia, como é evidente. Não há estratégia nenhuma por parte do Partido Socialista e por parte do Governo Regional em relação a esta matéria.

Limitam-se pura e simplesmente a reagir aos estímulos e limitam-se a reagir aos estímulos com os dogmas que já têm e com o conjunto de interesses que têm nesta matéria.

Devo dizer que se aquela era a opinião do Sr. Deputado Francisco César e que é uma opinião absolutamente contorcionista em relação a esta matéria, o grande responsável pelo descalabro em que se encontra a empresa SATA, senta-se ali, naquela bancada. É o Sr. Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro. É o grande responsável pela situação em que se encontra a SATA, desde os seus tempos como Secretário da Economia e agora também como Presidente do Governo Regional.

Se há uma má estratégia em relação à empresa, se há uma má planificação, a responsabilidade é sua, em primeiro lugar. Foi o senhor que conduziu a SATA para a situação em que se encontra a mesma, a situação absolutamente caótica, a situação deficitária, a fragilidade tremenda em que se encontra a empresa. E não só prejudicou a empresa, prejudica profundamente também aquele que é o serviço dos transportes aéreos que deve ser assegurado, em parte, pela SATA, e o papel fundamental que ela tem no equilíbrio deste serviço e a responsabilidade, em primeiro lugar, é sua.

E quero aproveitar esta oportunidade, das poucas vezes que V. Exa. se sentou aqui nos últimos quatro meses, para lhe dizer frontalmente e olhos nos olhos (devo dizer-lhe também o seguinte):

Essa mesma frontalidade que eu estou a usar aqui para lhe dizer olhos nos olhos o que eu acho que é a sua responsabilidade direta na gestão caótica em que se encontra a SATA, também é a mesma que o Sr. Presidente do Governo Regional deveria ter tido, na minha perspetiva, quando ouviu as declarações

inacreditáveis do Primeiro-Ministro, na Assembleia da República, quando acusou as empresas que são tuteladas por esta Região, em que o senhor é o máximo responsável de sacar em dinheiro aos contributos portugueses.

Deputado André Bradford (PS): Quem disse isso foi o Sr. Deputado do PSD!

O Orador: Eu tenho aqui o discurso proferido pelo Sr. Primeiro-Ministro António Costa, que é um discurso que deveria ter sido imediatamente desmentido e em que a dignidade dos açorianos e do povo açoriano devia ter sido imediatamente defendida por V. Exa., porque como se sabe, esse tipo de afirmações é absolutamente inaceitável para a Região Autónoma dos Açores e V. Exa. não o fez e não o fez porque é um amiguinho do partido.

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: É isto que tenho para dizer sem retirar uma única palavra.

Portanto, se nos encontramos nesta situação a responsabilidade é vossa, a responsabilidade é em especial do Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira intervenção para explicar de novo a posição de princípio do PSD Açores sobre o modelo de mobilidade aérea implantado em 2015.

Renovo a análise e renovo a reflexão de que, tanto quanto me é dado a conhecer, esta medida de política pública tomada pelo Governo liderado por Pedro Passos Coelho e que incluía o PSD e o PP (tanto quanto me é dado conhecer), terá sido uma das medidas de política pública mais impactantes na história recente de Portugal.

E digo isto, que esta medida e esta decisão política do Governo de Pedro Passos Coelho que incluía o PSD e o PP terá sido uma das mais impactantes medidas de política pública em Portugal nos últimos largos anos, porquê?

Desde logo, porque há uma região de Portugal, que é os Açores, que, através desta decisão, teve um crescimento dos passageiros territoriais, desde logo, que quase triplicou,...

Deputado Francisco César (PS): Não era tudo mau?

O Orador: ... e teve também um crescimento do turismo a partir dessa altura a dois dígitos por ano.

Isto para dizer que, sim, nós sempre defendemos este modelo e continuamos a defendê-lo.

Apenas dizemos que ele deve ser melhorado naquilo que deve ser melhorado, mas não pode haver retrocessos na mobilidade dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi um verdadeiro muro que caiu em relação à mobilidade dos açorianos e foi esta medida de política pública que teve este impacto decisivo na economia dos Açores.

Por parte do PSD assumimos aquilo que nos acusam de correr menos bem, porque também assumimos aquilo que correu bem e esta medida que sempre defendemos foi extraordinária para os Açores, talvez como nenhuma outra nos últimos 15 anos, para a economia e para a sociedade dos Açores.

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos por isso muito orgulhosos de termos estado ao lado desta medida e defendê-la quando ainda éramos os únicos a defendê-la.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Não nos eximimos de afirmar que ao defender isto também devemos ser consequentes e assumir que há coisas neste modelo que não foram perfeitas. Assumimo-lo!... É assim que deve ser!

Temos que assumir o bem e o mal ou o menos bem. Assumimo-lo com toda a honestidade e com toda a frontalidade, mas o que dizemos e fica aqui a nossa posição de princípio, é que este modelo que representou esta evolução para os Açores e para os açorianos, pode e deve ser melhorado naquilo que é necessário, mas não admitimos retrocessos no modelo, retrocessos nomeadamente que condicionem a mobilidade dos açorianos quanto a preços, quanto a horários e quanto ao número de viagens que são feitas.

Dito isto e posta esta posição de princípio, gostaria de, ao Sr. Deputado Francisco César, dizer o seguinte:

Na dialética pública e parlamentar, nomeadamente, é alguma vez usual, por vezes, colocar-nos ou tentarmos interpretar o discurso dos outros da forma que melhor nos facilita a abordagem, mas isso é uma coisa.

Agora pôr na boca dos outros algo que eles não disseram, para podermos atacar os outros, isso aí já é um bocadinho demais.

Nesse aspeto eu peço a atenção da câmara porque vou ler na íntegra dois parágrafos, um que foi o que o Deputado António Vasco Viveiros disse e outro foi aquilo que o Primeiro-Ministro disse na Assembleia da República e vamos ver onde é que está a diferença.

Primeiro, a diferença do Deputado António Vasco Neto Viveiros em relação àquilo que o Deputado Francisco César disse.

Nesta intervenção, neste parágrafo, que se refere à questão das companhias operarem nos Açores andarem a angariar proveitos do Orçamento do Estado, ele não referiu a SATA.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Ah, referiu, referiu!

O Orador: Não referiu a SATA!

Deputado André Bradford (PS): Referiu a empresa!

O Orador: Não referiu a SATA!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Referiu, referiu!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para que não tenhamos que pedir a ata desta sessão, eu vou fazer chegar à Mesa o texto que o Deputado António Vasco Viveiros leu,...

Deputado André Bradford (PS): Integral!... Integral!... Não nascemos ontem!

O Orador: ... em que referia o seguinte:

“Mas reconhecemos que o esforço do Orçamento do Estado, não se destina a engrossar os proveitos das companhias que operam nos Açores.” – ponto final.

Deputado André Bradford (PS): Não é essa frase!

O Orador: Isto tinha a ver com o seguinte,...

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são as companhias aéreas?

O Orador: ... com o que o Sr. Primeiro-Ministro disse no Parlamento nacional em resposta a uma questão colocada para a Dra. Assunção Cristas relativamente à mobilidade para a Madeira.

Deputado André Bradford (PS): Não é essa frase!

O Orador: E o que o Sr. Primeiro-Ministro disse no Parlamento nacional foi...

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a atirar areia para os olhos dos outros! Não é essa frase!

Deputados João Bruto da Costa (PSD): Não!... É a frase que o senhor tinha preparado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, entregarei naturalmente o discurso na íntegra à Sra. Presidente, esperando da parte do Sr. Deputado André Bradford as devidas desculpas quando reconhecer que estava errado e que eles puseram na nossa boca palavras que nós não dissemos.

Deputados João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E vamos ver agora o que é que dizia o Sr. Primeiro-Ministro no Parlamento nacional. Dizia assim:

"Da forma como foi criado", o subsídio de mobilidade, "não financia a mobilidade entre os residentes da Madeira e dos Açores, financia simplesmente as companhias de aviação".

Oh!... O Sr. Primeiro-Ministro não estava a atacar a SATA, ou estava? Ah!... Então o Deputado António Vasco é que estava a atacar a SATA! Caros amigos, pelo amor de Deus!...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem! É uma vergonha!

O Orador: Não brinquemos com coisas sérias.

A esse respeito, Sr. Deputado Francisco César e face ao hábito que tem de colocar na nossa boca palavras que não são nossas, e até ao hábito de dizer que o PSD não gosta da SATA, sabe o que é que isso me faz lembrar?

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Eu disse que pensava que isso não era assim!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sabe o que é que isso me faz lembrar, Sr. Deputado Francisco César? Uma pessoa que não sei se o senhor votou nela também há pouco tempo: Bruno de Carvalho!

Deputado Francisco César (PS): Nunca votei!

O Orador: O Bruno de Carvalho diz "ninguém gosta do Sporting". E a gente pergunta: mas ninguém gosta do Sporting. O Sporting está assim é por culpa de quem? Dos outros ou é do Bruno de Carvalho?

Isto é, a gente é que não gosta SATA. Os senhores desgraçaram a SATA e nós é que não gostamos da SATA?

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Ó senhor, fique com a teoria do Dr. Bruno de Carvalho que fica muito bem, porque quem não gosta da SATA é quem, por via da sua incompetência em 10 anos, passou de um capital próprio positivo de 30 milhões a caminho de 150 milhões negativos. Isto é de quem não gosta da SATA.

E é verdade, o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem razão: o Sr. Presidente do Governo Regional, como Secretário da Economia de então e Presidente do Governo agora, é o responsável n.º 1 para um buraco de cerca de 200 milhões de euros que foi criado na SATA. Se isto é gostar da SATA eu vou ali e já venho.

Pelo contrário, eu não acredito que os senhores não gostem da SATA. Gostam tanto quanto nós. Agora os senhores tinham a responsabilidade, gostando tanto da SATA como nós, de ser mais competentes na sua gestão.

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, cada crítica que se faça aqui, não é à SATA nem aos seus trabalhadores. Eles são vítimas também da má gestão e das más políticas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E somos solidários com os trabalhadores da SATA. O que dizemos aqui é que tem que haver alguém responsável. Quem vai inaugurar os aviões com a “madrinha” não sou eu, nem nenhum dos Deputados, é o Sr. Presidente do Governo.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Então, quem inaugura os aviões, faz o foguetório e vai nas viagens inaugurais não tem culpa nenhuma. Quando as coisas correm mal, é a oposição que não gosta da SATA.

Srs. Deputados, eu acho que isto é elementar e em relação a essa teoria de Bruno de Carvalho ficamos conversados, os senhores ficam com ela, nós ficamos bem do outro lado.

Deputado António Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: A terminar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de colocar aqui algumas questões em concreto ao Sr. Presidente do Governo Regional.

A primeira pergunta que coloco ao Sr. Presidente do Governo Regional é se concorda com a afirmação do Sr. Primeiro-Ministro quando diz que este modelo financia simplesmente as companhias de aviação? Gostaria de ouvir um comentário do Sr. Presidente, se concorda ou discorda com esta afirmação?

Gostaria de fazer uma outra pergunta, Sr. Presidente do Governo: o Primeiro-Ministro disse na Assembleia da República que tinha apresentado uma proposta ao Governo da Madeira.

Eu gostaria de saber se também apresentou uma proposta ao Governo dos Açores?

Mas gostaria também de saber mais: eu gostaria de saber quais foram as medidas que o seu Governo, Sr. Presidente, tomou para que as companhias que têm maioria de capital público, ou que têm tutela pública ou semi-pública, pudessem servir de agentes moderadores do sistema e não serem agentes eventualmente exploradores do sistema?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É uma outra pergunta muito concreta. Que diretrizes é que o Sr. Presidente do Governo deu para que, nomeadamente a SATA, fosse um agente moderador do sistema e para que não tivéssemos que andar a falar agora a pôr tetos, quando temos uma companhia que é nossa, que poderia por essa via resolver o problema?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Gostaria também de colocar ao Sr. Presidente uma outra pergunta: se ele tem conhecimento, Sr. Presidente, de alguma ação que a ANAC tenha feito em função das suas competências estatutárias de regulador do mercado,

mas também daquilo que diz o articulado do diploma da mobilidade aérea que imputa à ANAC a responsabilidade de aferir da execução do modelo e se está a haver perturbações ou combinações de preços no modelo, se o senhor tem conhecimento da ANAC ter feito alguma coisa destas?

É que, Sras. e Srs. Deputados, antes de se colocar em causa o modelo e haver um retrocesso à mobilidade dos açorianos, precisamos pensar o que é que ainda pode ser feito no atual modelo? Primeiro, uma intervenção da ANAC como regulador; segundo, uma intervenção do Governo dos Açores, desde logo, para a SATA ser um agente moderador do sistema.

Deputado Francisco César (PS): Moderador?! Moderador?!

O Orador: Dito isto, vamos então passar à fase final, que era aquilo que eu gostaria também de perguntar ao Sr. Presidente do Governo.

Numa entrevista que o Sr. Presidente do Governo deu, no dia 8 de junho passado, à Antena 1, acerca deste assunto, o senhor disse que, e cito:

“Não me parece que se deva mexer no custo das passagens”.

Sr. Presidente do Governo, foi o que afirmou sobre várias perguntas, mas conseguiu chegar a este ponto, a dizer em relação a esta matéria, que não me parece que seja pelo preço das passagens que se deve mexer.

A pergunta que fica, Sr. Presidente do Governo, é se, achando que não se deve mexer no preço das passagens, onde é que se deve mexer? O senhor acha que se deve mexer no número de viagens que os residentes nos Açores fazem ao continente? O senhor acha que se deve obrigar a determinados horários para quem se desloca ao continente? Eu gostaria de saber a sua resposta.

Para nós, para o PSD, e a terminar, achamos que o modelo revolucionou os Açores, necessita naturalmente de ser melhorado, mas recusamos retrocessos que imponham tetos financeiros, que imponham horários para se poder viajar para o continente ao limite do número de viagens aos residentes.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional.

(*) Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas (Ana Cunha): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Caros Colega do Governo, Sr. Presidente do Governo Regional:

A questão do Subsídio Social de Mobilidade foi devidamente colocada no último plenário em abril, naquilo que era o seu ponto de situação.

Conforme se disse na altura, e sem algum desenvolvimento até a esta data, o Governo dos Açores aguarda pela conclusão dos trabalhos que estão sendo levados a cabo por um grupo de trabalho interdepartamental em que a presença do Governo dos Açores é feita através do Diretor Regional dos Transportes.

Esse grupo de trabalho é constituído de forma anual para, no âmbito do diploma do Subsídio Social de Mobilidade, efetuar uma avaliação em conjunto com a Inspeção Geral de Finanças e com a ANAC, sobre o comportamento do modelo, sobre medidas retificativas a propor e sobre, no caso concreto, a sua revisão.

O Governo Regional dos Açores considera prematura, especulativa e até irresponsável qualquer consideração que possa ser tomada a esse respeito, ponto certo que é, que é absolutamente indispensável continuar a assegurar a mobilidade dos residentes e estudantes prosseguindo os objetivos de coesão social e territorial.

O Sr. Deputado Duarte Freitas fez referência, apesar da pergunta não ser dirigida a mim, a qual foi o comportamento da ANAC neste âmbito.

Pois bem, compete à ANAC, nos termos do diploma a que se referiu, monitorizar a atuação das transportadoras aéreas nas rotas liberalizadas e no

âmbito dessas suas competências produz o tal relatório que está em cima da mesa e que está a ser avaliado por este grupo trabalho.

O trabalho deste grupo trabalho, em relação àquele que é o da Madeira, está numa fase prévia. Estamos atrás do ponto de evolução da Madeira.

A proposta que foi feita pelo Sr. Primeiro-Ministro, anunciada publicamente à Madeira, não foi, nem está ainda no âmbito do trabalho que nós participamos e reiterava neste momento, e antes que sejam conhecidas essas conclusões, que entende o Governo Regional dos Açores que não se deve pronunciar quanto àquilo que são as diversas hipóteses de reavaliação do modelo.

Sr. Deputado Artur Lima, em relação às questões muito concretas que me colocou e passando a tentar respondê-las, os Q400 estão todos operacionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Desde quando?

A Oradora: O negócio do 330 da HiFly sofreu um retrocesso em virtude do *lesser*, dono do avião, ter agendado a sua decisão sobre o negócio apresentado para julho, o que significava cair em plena época alta e inviabilizava a operação da SATA e, portanto, o A330 manteve-se, contrariamente àquilo que era a expectativa da companhia na frota e ficará a operar até a uma nova avaliação em outubro.

Em relação à oferta que é dada para a SATA Internacional para a Ilha da Terceira, obviamente que essa oferta terá que ser vista em conjunto com as outras operadoras, ou seja, com a Ryanair e com a TAP.

Em relação concretamente aos dias dos voos, que o Sr. Deputado mencionou que não havia voo da SATA, a quinta e o sábado, pois é precisamente o dia em que a TAP opera em *code-share* com a SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E na segunda?

A Oradora: Na época junho/setembro, estão programadas na rota Lisboa/Terceira/Lisboa, na Ryanair quatro rotações, oito voos por semana,

segunda, quarta, sexta e domingo, a TAP quatorze rotações, vinte oito voos de segunda a domingo em *code-share* com a SATA,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ai, se não fosse a TAP!

A Oradora: ... e a SATA cinco rotações, dez voos por semana, segunda, terça, quarta, sexta e domingo também em *code-share* com a SATA.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O problema não é o *code-share*, é a concorrência!

A Oradora: Por último, a menção feita ao processo de certificação de infraestrutura da Base A4, utilização permanente de aeronaves civis, o Sr. Deputado perguntou se não estaria a Base certificada anteriormente a este processo de certificação.

Como o Sr. Deputado bem sabe, esta era uma das medidas que estava pendente e que está incluída no âmbito do PREIT. De facto, a pista não estava certificada pela utilização civil, mas era possível essa utilização mediante o acolhimento de determinados procedimentos de autorização instituídos pela BA4.

Neste momento, quer tenha sido eu a anunciar, quer tenha sido a Sra. Deputada Lara Martinho, o que é facto é que o processo está a chegar ao seu término e até ao final de julho conseguiremos essa certificação, o que permitirá, concordará comigo, uma agilização dos processos de operação naquela infraestrutura.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só queria perceber em que linha!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Eu peço desculpa de lhe dizer, mas eu classifico esse vosso anúncio, da certificação civil do aeroporto militar da Base das Lajes, como uma *fake news* (uma notícia falsa!). Aquilo não tem nada de substância.

A pergunta que lhe faço é: quais são as vantagens que vão existir e que não existem agora? É tão simplesmente esta. O que é que vai melhorar, porque eu ainda não percebi.

Certificar é uma palavra que tem um significado próprio. Portanto, se o aeroporto não está certificado para a aviação civil não pode voar para lá aviação civil sob pena de acontecer alguma coisa e depois dizerem, “não, esse aeroporto não está certificado”. Portanto, vamos lá ver o que é que querem dizer.

Se os senhores quiserem dizer “vamos flexibilizar a utilização da pista militar das Lajes”, é uma coisa. Certificar para a aviação civil é outra.

A Sra. Secretária (não gosto de chamar para aqui a profissão das pessoas) é jurista e sabe que certificar quer dizer uma coisa. Se vai certificar agora em julho, quer dizer que até agora não estava certificado e se não estava certificado, quer dizer, no meu fraco entender, que estavam a operar irregularmente. Irregularmente, pelo menos!... Quer dizer, operavam porque a Força Aérea condescendia a bondade de aterrarem lá?

Então, e relativamente a seguros, relativamente a essas coisas todas, como é que é? E à ANAC, como é que é? E aos direitos dos passageiros, como é que é, se não estava certificado?

Vamos a ver se nos entendemos, porque o assunto é muito sério.

Portanto, não venham agora atirar areia para os olhos, que vão fazer a revolução da maravilha do mundo. Vai consistir em quê? “Certificação” da pista militar das Lajes. É a pergunta que tenho para lhe fazer.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de participar neste debate não apenas pelas questões que me foram diretamente colocadas (vou tentar responder a elas), mas porque há um conjunto de questões que foram debatidas ao longo desta discussão e sobre as quais eu gostaria também de partilhar com a câmara um determinado entendimento.

A alteração que aconteceu no regime de acessibilidades aéreas à Região Autónoma dos Açores com a entrada em vigor, em março de 2015, deste novo modelo, é algo que não se traduz apenas numa questão de diminuição do preço das passagens. Há alterações muito mais profundas e que condicionam algumas das (na minha opinião) posições que foram aqui expressas.

Se a maior parte dos partidos políticos acha que a questão da liberalização do transporte aéreo para duas rotas, nos Açores, foi algo de positivo, na minha opinião isso tem automaticamente uma consequência. É que se está liberalizado, não se pode dar aos privados a “carne do lombo” e depois quando o modelo apresenta alguma deficiência responsabiliza-se a SATA para corrigir essas deficiências.

Deputados André Bradford e Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Isso não funciona assim e não acredito que ninguém só tenha percebido isso agora. Toda a gente sabia disso na altura.

Portanto, uma posição que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros referiu, do Governo dar orientações à SATA em termos de preços ou não preços, não, isso não pode ser feito dessa forma.

O modelo, à partida, não permite que isso seja feito dessa forma. Portanto, sejamos claros. E a posição que o Governo assume e tem assumido nesta matéria é perfeitamente clara e em coerência com aquela que foi uma posição

expressa por mim na altura de todo este processo e julgo que até várias vezes nesta Casa.

Quando se discutia se se liberaliza, não se liberaliza, melhora as acessibilidades, não melhora as acessibilidades, a posição que por meu intermédio o Governo tornou clara foi, no momento em que o Governo tiver que optar entre a defesa da sua posição de acionista e a defesa das acessibilidades aéreas à Região, não resta um segundo de dúvida: defenderá as acessibilidades aéreas à nossa Região.

Deputada Sónia Nicolau (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Todos nós concordamos que o modelo está a ter resultados positivos e hoje também constatei aqui que da parte do PSD também reconhece que o modelo pode ser melhorado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sempre reconhecemos!

O Orador: Mas há, a este propósito, declarações que têm sido feitas ao longo do tempo e que eu acho que é muito importante, pelo menos da minha parte, tentar esclarecer aqui para pelo menos não sermos, pelo silêncio, cúmplices daquilo que eu entendo ser alguma demagogia à volta deste assunto, ou muita demagogia à volta deste assunto.

Se é certo que isso neste momento não é a questão principal, uma ideia que é falsa e que os factos demonstram que é falsa, é que esta alteração ao modelo das acessibilidades foi feita a contragosto do Governo Regional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: O Governo Regional, por meu intermédio, como Secretário da Economia, em 18 de agosto de 2011, reuniu com o então Ministro da Economia Álvaro Santos Pereira, exatamente a propor uma alteração ao modelo de acessibilidades aéreas à Região.

As Sras. e os Srs. Deputados, e os açorianos que nos ouvem, certamente que se recordam que essa proposta esteve parada três anos na gaveta do Ministro...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ninguém sabe que proposta era essa!

Deputado Marco Costa (PSD): A propor o quê?

O Orador: ... e que só quando tomou posse o Ministro da Economia, do CDS-PP, é que o assunto se desbloqueou.

Portanto, vamos ter presente também isso, porque dizer que o PSD é que levou, é que forçou o Governo Regional a alterar o modelo, isso é falso. Pura e simplesmente, falso!

Aliás, nessa questão das acessibilidades aéreas há um padrão que se repete ao longo do tempo e que me parece particularmente preocupante para o PSD-Açores, que se diz defensor das acessibilidades aéreas à nossa Região.

Na alteração do Subsídio Social de Mobilidade é o que se sabe: três anos parado na gaveta de um Ministro do Governo do PSD.

No aeroporto da Horta, o único partido que até agora, pela mão do seu responsável máximo nacional disse “não, nós não vamos ampliar a Horta”, quem foi? Foi o PSD!

Deputado Paulo Parece (PSD): O Presidente Carlos César tinha dito que fazia!

O Orador: Portanto, deste ponto de vista, há um padrão que me parece preocupante, mas eu reconheço e concedo...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... que não são essas circunstâncias, pelo menos para mim, que põem em causa aquele que me parece ser um genuíno interesse do PSD-Açores, no sentido de tentar melhorar aquele que é o modelo de acessibilidade aérea à nossa Região.

Mas vamos também ter presente um ponto de partida: toda a gente agora rasga as vestes em sinal de protesto (não é?), porque no modelo, nos Açores, falou-se num plafond orçamental.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Desculpe, não é agora que se fala no plafond orçamental.

O modelo quando aprovado em 2015 e que tantos elogios recebeu, inclusive da parte do PSD-Açores, tinha um limite orçamental de 16 milhões de euros.

O facto é que neste momento e com dados relativos a 2017, o modelo atingiu os 26 milhões de euros.

Há uma coisa que me parece clara, não por causa do PSD-Açores, mas o que seria de nós se tivéssemos na República ainda um Governo do PSD quando atingíssemos esse valor? Os açorianos já tinham deixado de beneficiar do Subsídio Social de Mobilidade há muito tempo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Segundo aspeto que tem a ver com a questão do funcionamento do modelo.

É verdade, foram estimados 16 milhões de euros para o funcionamento deste modelo. No caso dos Açores estamos em 26.

Não é verdade que a questão dos preços máximos seja a solução. A Madeira que tem um preço máximo de 400 euros, cresceu 5.5 vezes em relação àquele que era o limite orçamental. Cresceu mais do que os Açores!

O modelo da Madeira que tinha 11 milhões de euros de limite orçamental e com o custo máximo das passagens, em 2017, segundo consta, já vai acima dos 30 milhões.

Aqui está aquilo que na minha opinião é também o funcionamento de uma empresa pública, porque nós estamos aqui, neste caso, exatamente porque temos uma empresa pública, que é a SATA, e que funciona sem a necessidade do Governo dizer assim “os senhores não podem cobrar mais do que x euros por passagem, como um fator moderador”.

Os números demonstram!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não!

O Orador: Os números demonstram!

Eu agradeço as questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Duarte Freitas e gostava de responder a elas de forma muito clara, as que ainda não foram respondidas, uma vez que houve algumas que já foram respondidas.

O modelo financia unicamente as companhias de avião?

Não! Não concordo com essa afirmação.

O Governo da República apresentou uma proposta ao Governo dos Açores?

É a resposta que a Sra. Secretária deu. Há um grupo de trabalho que está a trabalhar sobre isso. Até esse grupo de trabalho ter as conclusões técnicas, do ponto de vista de pronúncia, não a faremos.

Medidas tomadas para que as companhias fossem agentes moderadores do sistema:

Oos números demonstram que a SATA é um agente moderador do sistema.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A ação da ANAC, a Sra. Secretária já respondeu.

Quanto ao custo das passagens e ao teto financeiro, eu gostava agora de saber também a posição do PSD sobre essa matéria. Se o PSD admite que o modelo é bom (estamos de acordo!), se o PSD admite que é necessário introduzir melhoramentos a esse modelo, venham daí essas propostas.

Quais são as propostas do PSD-Açores para se melhorar esse modelo de acessibilidades aéreas?

Quais são as propostas do PSD-Açores para fazer esse modelo cumprir aquilo que foi tão elogiado pelo PSD na altura, com o tal limite orçamental dos 16 milhões?

É que esta conversa de chegarmos a uma situação em que todos nós dizemos que defendemos as acessibilidades, claro que defendemos! Concedo isso... Não é concessão nenhuma! É convicção minha que todos os partidos aqui dentro defendem isso, mas a realidade é esta: nós hoje nos Açores temos uma situação em que tendo um limite orçamental de 16 milhões fixado em 2015, logo no início do modelo, e toda a gente aqui dentro sabe e sabia disso, neste momento, este modelo custa 26 milhões.

Também é um facto que hoje temos..

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dezasseis mais seis! Há seis milhões que estão a ser transferidos diretamente para a Região!

O Orador: Sra. Deputada, deixe-me terminar, por favor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas esta é a verdade!

O Orador: É que hoje está difícil. Portanto, deixe-me terminar.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Tenho imensa pena, está difícil para todos!

O Orador: Em relação a essa componente, toda a gente sabe disso. Há a necessidade de introduzir essas melhorias. Também é um facto que hoje temos menos açorianos a usufruir do apoio à mobilidade do que havia no regime de indemnizações compensatórias.

Portanto, alguma coisa aqui necessita de ser corrigida e se o PSD também está disponível para esse trabalho, da parte do Governo e da parte do PS há todo o interesse em fazê-lo, porque este é um modelo que desencadeado por iniciativa de um Governo do partido regional do Partido Socialista e concretizado também por um Governo Regional do Partido Socialista,...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... tem algo que para nós é fundamental, é intocável: as acessibilidades aéreas à nossa Região e a possibilidade, o potencial que elas encerram para servir os açorianos e para servir a economia dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Dezasseis mais seis, são vinte e dois!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não, não são!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os encaminhamentos são transferidos diretamente!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente do Governo. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte, pegando nas palavras do Sr. Presidente do Governo:

A resposta que deram para a SATA não voar às segundas, às quintas e aos sábados, à quarta ir mas não vir, e à terça vir mas não ir, é que a TAP tem *code-share*.

Mas esqueceram-se do principal argumento que quer dizer regulador. O que acontece é que os preços são substancialmente diferentes e os outros que vão pela *gateway* da Terceira pagam mais, porque têm menos hipóteses de escolha. Isso é, numa rota liberalizada, que regula o mercado, a hipótese de escolha. Portanto, só têm duas, os outros têm três e quatro, têm menos hipóteses de escolha porque o *code-share* implica que o preço seja o mesmo, senão mais caro quando é a SATA a vender, porque tem que pagar à TAP.

Portanto, estamos entendidos nessa matéria. O *code-share* não serve, o que interessa é a SATA regular o mercado, voar. É preciso recuar 20 anos (20 anos, quase!) para a SATA voar apenas (quatro ou cinco vezes) quatro vezes por semana para a Terceira. Vinte anos!

Sr. Presidente tem toda a razão nos 16 milhões. O teto sempre existiu, é verdade. Foi dito na altura, e recordo-lhe também, não sei se se lembra, de um debate que tive com o Sr. Secretário de Estado Sérgio Monteiro em que eu lhe disse que 16 milhões não iam chegar. E o senhor, muito zangado,...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não fui eu!

O Orado: Não! O senhor Sérgio Monteiro, muito zangado, apresentou-me lá as suas contas que eu não podia rebater obviamente, mas que a maior parte dos açorianos ia passar a não fazer reembolso, porque as *low cost*, iam passar a levar dinheiro inferior aos 134 euros e que, portanto, os 16 milhões tinham uma folga grande para acomodar as despesas. Foi essa a tese que o Sr. Secretário de Estado defendeu e que o CDS na altura não concordou como todos aqui nesta Casa bem se lembram num debate na televisão.

Portanto, tínhamos razão. É facto, o plafonamento sempre existiu, correu algo mal, porque eu outro dia vim na Ryanair para a Terceira e paguei 287€, numa perna (287€).

Portanto, se as *low cost* estão a levar este preço, obviamente que os 16 milhões de euros não podiam chegar.

Na altura, não sei que contas é que foram feitas, porque eu não tinha acesso a esses números, tinha o Sr. Secretário de Estado naturalmente, apresentou quem viajava, que eu não viajava nas *gateways*, para baixo e para cima e para cima e para baixo, e aquele dinheiro dava e sobrava, de maneira que não dava e é preciso nós agora, nós açorianos, defendermos com unhas e dentes a mobilidade dos açorianos. Isto para nós é que é fundamental. O resto cá estamos para ver.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, para informar a Mesa do Parlamento de que o Partido Socialista irá entregar dois documentos. O primeiro, referente às declarações do Primeiro-Ministro aquando do último debate quinzenal onde o Primeiro-Ministro afirma que, da forma como foi criada o atual modelo, este não financia a mobilidade entre os residentes da Madeira e do Continente,...

Deputado João Bruto Costa (PSD): Era suposto a gente ler

O Orador: ... financia simplesmente as companhias aéreas e vou entregar também uma transcrição das declarações do Sr. Deputado António Vasco Viveiros onde afirma que “ainda em setembro passado questionámos a política de preços praticados pela SATA a residentes, denunciando exageros que melhoraram os seus resultados entre 2014...

Presidente: Sr. Deputado Francisco César,...

O Orador: ... e 2016, e que isso se deveu...

Deputado João Bruto Costa (PSD): Já não precisa entregar na Mesa!

O Orador: ... a esta forma da SATA de sacar recursos financeiros ao Orçamento do Estado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, a Mesa aguardará...

O Orador: Sra. Presidente, gostaria só de dizer que vou entregar estes dois documentos, porque há algo que prezo, que é a minha palavra e a minha honra.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu não faço citações por engano.

O que eu fiz foi uma acusação e ela foi consubstanciada.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, a Mesa aguardará a chegada dos documentos para depois os distribuir conjuntamente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com pouco tempo para intervir, mas gostaria, em primeiro lugar, de fazer uma referência relativamente às afirmações que aqui foram proferidas sobre o aeroporto da Horta.

É verdade!... O então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho afirmou algo que o PSD-Açores discordou desde logo, como muitas outras vezes discordámos e afirmámos publicamente as nossas discordâncias.

Quando Pedro Passos Coelho disse que não concordava com a ampliação do aeroporto da Horta, o PSD-Açores disse que ele estava errado e discordou, como várias outras vezes discordou publicamente das diretrizes, das políticas e das afirmações do então Primeiro-Ministro Pedro Passos Coelho.

Há uma ligeira diferença, é que ele, apesar de tudo, não mentiu. Nós discordámos do que ele disse, mas ele não mentiu, mas quem prometeu várias vezes, quer seja nos Açores, quer seja na República, Governo Socialista na República, Governo Socialista nos Açores, que faria a ampliação do aeroporto da Horta ainda não o cumpriu. Quem é que está mais errado? Quem prometeu e não cumpriu...

Deputado João Bruto Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... ou quem afirmou que não o poderia fazer mesmo com a nossa discordância, mas afirmou a verdade? É esta a grande questão.

Portanto, é bom que nós nos entendamos em relação a esta matéria.

Há um conjunto de promessas por cumprir do Governo Socialista dos Açores e também do Governo Socialista da República relativamente à ampliação do aeroporto da Horta.

Deputado Bruno Belo (PSD): Essa é que é a verdade!

O Orador: Aquilo que o então Primeiro-Ministro disse que na sua opinião não se devia ampliar, ele disse o que entendia e nós dissemos o que entendíamos também, que era a discordância das afirmações do Sr. Primeiro-Ministro de então.

Continuando e esperando naturalmente que se possa cumprir aquilo que o então Presidente Carlos César prometeu nos Flamengos, que se a ANA não ampliasse o aeroporto da Horta o Governo Regional iria fazê-lo, esperando que o senhor, como sucessor de Carlos César, possa cumprir essa promessa tão atrasada no seu cumprimento, ficamos por aqui em relação ao aeroporto da Horta.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isto chama-se ser sério!

O Orador: Agora, eu gostaria de perguntar ao Sr. Presidente, porque penso que não terei percebido bem: o senhor afirmou que o Governo, a tutela, não dava instruções sobre a política de preços da SATA? Foi o que eu percebi.

Eu acho muito estranho uma tutela pública não dar instruções sobre a política de preços da SATA.

Deputado André Bradford (PS): E as ingerências!

O Orador: Dá sobre tanta coisa, tanta coisa, tanta coisa...

Deputado André Bradford (PS): O senhor não era contra as ingerências?

O Orador: Ainda há poucos dias não havia lugares para vir para o Pico, mas veio um avião especial por causa do Santa Clara subir o Pico. E muito bem!... E muito bem!...

Só sobre a política de preços é que o Governo não dá instruções à SATA. Eu acho que é extraordinário. Mas eu gostaria de confirmar, da parte do Sr. Presidente, se é mesmo isto que o senhor quis dizer.

Por outro lado, Sr. Presidente, aquilo que eu percebi da sua questão, que é saber qual a posição do PSD, nós já dissemos quais eram os nossos princípios.

Reafirmamos: não haver tetos, não haver limitação do número de viagens e não haver limitação de horários.

Eu gostaria de saber da sua parte se comunga destes nossos princípios?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua proposta?

O Orador: É que se comungar destes três princípios, não haver tetos, não haver limite do número de viagens e não haver restrições aos horários (se comungar destes três princípios), nós sentamo-nos para conversar.

Mas devo lembrar-lhe ainda que a respeito de propostas eu ainda espero, desde agosto de 2017, a delicadeza de uma resposta sua a uma carta que lhe enviei com várias propostas sobre a SATA e que o senhor já usou como arma de arremesso aqui...

Deputado Paulo Parece (PSD): É verdade!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... mas que não teve a delicadeza, pelo menos de me responder.

Deputado Marco Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com essa resposta e com a assunção se concorda com estes nossos três princípios, e também clarificando se pode ou não interferir na política de preços da SATA, nós naturalmente sentamo-nos e temos muitas condições para ajudar o senhor a resolver esse assunto como talvez se tivesse seguido a nossa carta podia ter resolvido alguns problemas da SATA também.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: O PSD esgotou o seu tempo. Vou ter que dar a palavra aos outros inscritos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu pensei que o Sr. Presidente do Governo Regional tivesse pedido a palavra para assumir as responsabilidades políticas que teve neste processo.

Eu pensei que o Sr. Presidente do Governo Regional tivesse pedido a palavra para assumir as responsabilidades que tem no âmbito da crise que está instalada na SATA, da falência técnica em que a empresa vive, porque foi o senhor o responsável pela abertura de rotas deficitárias durante muito tempo que prejudicaram gravemente e desequilibraram economicamente a empresa. Foi o senhor o responsável por essa situação exatamente num quadro em que esta empresa precisava de equilíbrio.

E foi o senhor o responsável por não efetuar os pagamentos devidos por parte do Governo Regional à SATA, desequilibrando ainda mais a empresa.

Foi o senhor que, num cenário concorrencial que se adivinhava, fragilizou a empresa e a colocou na situação em que estava. Foi o senhor como Secretário da Economia, foi o senhor como Presidente do Governo Regional. A responsabilidade é sua!

Eu pensei que o senhor tivesse tomado a palavra, tivesse usado a palavra neste Parlamento para assumir as suas responsabilidades nesta matéria e vou dizer-lhe o seguinte:

Não é há fuga possível em relação a esta questão que agora se coloca. Esta questão das transferências do Governo da República nesta matéria, o senhor não me venha dizer que também as achas injustas, porque o senhor tutela uma empresa pública.

O senhor concorda que a SATA está a inflacionar os preços de forma irregular? O senhor concorda com essa informação, com essa imputação que foi feita por parte do Primeiro-Ministro na Assembleia da República?

É que eu tenho aqui o discurso que foi feito e o que ele diz é que financia simplesmente as companhias de aviação e é por isso que este sistema foi criado pelo seu Governo. Estas são as imputações que são feitas à SATA, nomeadamente.

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: O que eu lhe pergunto é se o senhor, como principal responsável pela tutela, se revê nestas críticas?

E digo-lhe mais: é inconcebível, no momento em que, por exemplo, as Canárias tiveram um reforço extraordinário em relação ao apoio à mobilidade dos seus residentes, em que há um reforço extraordinário para uma potência turística como já é as Canárias, nesse momento em que isso acontece, o que eu lhe pergunto é se acha normal, num ciclo expansivo, exatamente em Portugal fazer-se o contrário, querer reduzir-se, querer delapidar aquele que é, neste momento, o potencial que a Região tem nesta matéria?

Eu acho que o senhor deveria ter assumido uma posição firme e não o fez e a responsabilidade política é sua, Sr. Presidente.

Deputado André Bradford (PS): Perdeu-se um grande deputado estadual!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. Membros do Governo: Sr. Presidente do Governo, creio, e não deve ter sido de deliberada, que houve aqui uma confusão de conceitos. Se calhar não me expressei de forma suficientemente clara, mas uma coisa é o teto máximo a ser atribuído individualmente pelo Subsídio Social de Mobilidade, como ocorre neste momento na Madeira e com resultados que têm sido desastrosos, outra coisa é a prática de uma tarifa máxima a ser cobrada ao passageiro, neste caso ao

residente, e que ocorre neste momento nas rotas não liberalizadas entre os Açores e o Continente.

Pelo que percebi das declarações do Sr. Presidente, não há qualquer intenção, pelo menos do Governo Regional, ou não haverá qualquer sensibilidade do Governo Regional para encontrar uma solução que passe pela introdução de tarifas máximas a serem cobradas aos residentes, também nas rotas liberalizadas.

Portanto, os números também demonstram (e os números não são nossos, são os números que foram fornecidos pelo Governo Regional) que a aplicação de uma tarifa máxima pelas companhias aéreas aos residentes tem funcionado.

Tanto funciona que os valores médios ao longo de todo o ano são inferiores inclusive aos 134€.

Portanto, está aqui demonstrado que o que não funciona mesmo é a desregulação total e é necessário haver aqui uma regulação e a regulação faz-se como? Através da introdução de condições e neste caso de uma tarifa máxima.

Uma pergunta que eu tenho a fazer à Sra. Secretária Regional dos Transportes tem a ver com os transportes aéreos de mercadorias.

A Sra. Secretária sabe, e aliás reconheceu-o no plenário de abril, e todos nós sabemos, que os dois concursos que foram abertos para os transportes aéreos de mercadorias ficaram desertos.

Também sabemos que muito recentemente, em São Miguel, uma associação de pesca contratou um consórcio madeirense para fazer esse transporte, portanto, uma operação entre privados em que não há qualquer tipo de atribuição de compensação pública para esse serviço, mas também não existem, que eu saiba, Obrigações de Serviço Público, porque afinal de contas foi uma operação combinada entre dois agentes privados.

O nosso receio é que toda esta liberalização, inclusive no transporte aéreo de mercadorias, acabe por se repercutir negativamente, neste caso no transporte

aéreo de mercadorias, e no caso deste negócio entre privados, entre uma associação de pesca e um consórcio madeirense de transporte aéreo de mercadorias, venha a se refletir negativamente nos pescadores, porque esse será um custo acrescido que o setor da pesca não deveria ter, porque é uma obrigação do Estado compensar financeiramente esse transporte. Portanto, se deixar tudo nas mãos do mercado claro que necessariamente alguém vai pagar e, neste caso, quem vai pagar são os pescadores.

Gostaria de saber então se o Governo Regional está atento a esta matéria e o que é que pretende fazer, que ação pretende tomar para, a curto prazo, nós termos uma solução satisfatória para todos e que sejam cumpridas Obrigações de Serviço Público neste setor?

Outra pergunta muito simples e que tem a ver com os transportes coletivos rodoviários que foram referidos na intervenção inicial do Sr. Deputado João Paulo Corvelo e que tem a ver com a efetivamente da intermodalidade.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, na última legislatura, apresentou uma iniciativa legislativa para a criação do passe intermodal e combinado e, à época, o Secretário Regional dos Transportes, também à época, na altura teve algumas reservas quanto à aprovação dessa iniciativa...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque faltava implementar um sistema de informação de partilha de receita por entre os operadores dos transportes coletivos rodoviários. Gostaria de saber se neste momento esse sistema já está implementado e se já há condições para finalmente termos a intermodalidade, pelo menos entre transportes coletivos terrestres e transportes marítimos?

Obrigado.

Presidente: O Bloco de Esquerda também esgotou o seu tempo.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para uma interpelação?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sim, senhora Presidente.

No sentido de solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Apesar da Mesa só ter uma inscrição, é regimental. Portanto, teremos que interromper agora os trabalhos. Regressamos às 15h00 para continuar com o debate.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que anuncie os tempos restantes para se poderem organizar para o debate da parte da tarde.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 6 minutos e 55 segundos, o PS de 19 minutos e 38 segundos, o PSD esgotou o seu tempo, o CDS-PP tem 3 minutos e 54 segundos, o BE esgotou o seu tempo, o PCP tem 2 minutos e 59 segundos e o PPM tem um minuto.

Presidente: Regressamos então às 15h00.

Eram 12 horas e 54 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputado, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Vamos dar continuidade ao debate. O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Impõe-se esta interpelação para dar nota à Sra. Presidente que os documentos que tinha referido de manhã que entregaria na Mesa não o vou fazer na medida em que, analisando melhor, vejo que o Sr. Deputado Francisco César tinha razão e eu não, razão pela qual peço desculpa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então recomeçar o debate. Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os senhores desculpar-me-ão, mas o Sr. Deputado Francisco César tinha razão em quê? É que já não me recordo bem.

Deputado Francisco César (*PS*): É na questão da SATA!

Deputado José San-Bento (*PS*): O que interessa é que o Sr. Deputado Duarte Freitas não tinha razão!

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): O Sr. Presidente sabe muito! Sabe mais que a Lúcia!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Quem é a Lúcia agora?

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Sabe os três segredos! A pastorinha, Sr. Presidente do Governo!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, segundo julgo saber, o PSD esgotou o seu tempo e por essa razão havia aqui algumas questões que queria colocar e que não colocarei. De qualquer das formas há uma questão que eu gostaria de dizer aqui. Reconhecerá que essa situação relativa à carta que me enviou não é habitual e, portanto, vou verificar o que é que se passa e por que razão é que esta carta não teve resposta conforme referiu.

Sr. Deputado Paulo Mendes, a questão é que há dois modelos completamente diferentes:

Se nós quisermos ir para um modelo como aquele que vigorava antes da alteração das regras das acessibilidades aéreas à nossa Região, muito provavelmente aquilo que acontecerá é que (pelo menos é essa a forma como o modelo funciona) passaremos a um modelo de indemnizações compensatórias e

não de subsídio ao preço do bilhete, indemnizações compensatórias que, em princípio, serão diretamente à companhia aérea e isso significará, a julgar pelos dados que temos neste momento (a julgar, é uma avaliação, a questão nunca foi colocada – não é verdade?), que companhias que passarão a ter um maior encargo, desde logo do ponto de vista burocrático e administrativo, com essa solução que vigorava antes e que o senhor agora pretende retomar, deixarão de ter interesse no nosso mercado.

São dois modelos completamente diferentes. Interessa é termos consciência daquilo que à partida isso implica. No nosso juízo, na nossa avaliação, com os dados que temos, essa sua proposta tem como consequência isso, voltarmos a uma situação de indemnização à companhia aérea e muito provavelmente as companhias de baixo custo deixarão de ter interesse em voar para a Região, porque não lhes interessa ter essa carga de processamento de todos estes dados.

Há, relativamente às questões de disponibilidade para conversar, de interesse, essa disponibilidade para conversar. Resta saber é se nós estamos conscientes de qual é o objetivo comum e o objetivo comum neste caso e a questão que se coloca é, há ou não há um plafonamento orçamental? Ou seja, mantém-se a solução que atualmente existe de haver um plafonamento orçamental ou rasga-se essa solução. No fundo, este é o objetivo principal para sabermos por que razão é que estamos a conversar e por que razão é que estamos a trabalhar. Obviamente que a partir daí cada um dos intervenientes tem liberdade de apresentar as suas soluções com a consciência obviamente daquilo que elas podem implicar.

Mas a questão primeira é esta: mantém-se ou não se mantém essa questão do plafonamento orçamental?

Essa é uma questão que noutras circunstâncias naturalmente haverá oportunidade de esclarecer.

Das notas que eu tenho, Sra. Presidente, penso que é isso neste momento. Penso não me ter esquecido de alguma questão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Tenho a inscrição da Sra. Secretária Regional. Tem a palavra.

(*) **Secretária Regional dos Transportes e Obras Públicas** (*Ana Cunha*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Conforme tive oportunidade de transmitir na intervenção inicial, o Governo Regional entende indispensável, sempre, a imposição de Obrigações de Serviço Público no transporte de carga aérea e correio entre os Açores e o continente, isto independentemente de qualquer outra solução que possa aparecer, como aquela que mencionou do consórcio mais que pretende realizar a partir de Ponta Delgada e cujos contornos da operação em concreto se desconhece. Portanto, independentemente de qualquer solução que se entende complementar, não se abdica da imposição de Obrigações de Serviço Público por se entender que são estas que garantem as condições de um abastecimento contínuo, regular e com as frequências que se desejam.

Em relação à segunda pergunta que me colocou da gestão da receita entre os transportes terrestres e marítimos, eu lamento não lhe poder esclarecer neste momento, mas logo que tenha a informação far-lhe-ei chegar a resposta.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

De momento a Mesa não tem inscrições. Sr. Deputado Artur Lima é para intervir ou para encerrar? Se é para intervir dou-lhe a palavra naturalmente.

Deputado Artur Lima (*CDS-PP*): É para encerrar, Sra. Presidente.

Presidente: Então, Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado André Bradford (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para, em primeiro lugar, destacar com agrado o reconhecimento feito pelo Sr. Deputado Duarte Freitas de que os documentos que tinha entregue à Mesa, ou que disse que ia entregar à Mesa, já não o faria, porque eles não comprovavam aquilo que o Sr. Deputado tinha dito, mas também me parece importante que na sequência desse reconhecimento se faça um esclarecimento e se recentre o assunto de modo a que toda a gente perceba do que é que se está a falar.

É que o Sr. Deputado Francisco César tinha destacado da intervenção do Sr. Deputado António Vasco Viveiros o facto do Sr. Deputado do PSD ter dito que a SATA sacava recursos financeiros ao Orçamento de Estado e que, aliás, essa era uma maneira de disfarçar as contas, percebe-se da sua intervenção.

Em seguida, o Sr. Deputado Duarte Freitas, com alguma indignação, disse que essa acusação não era adequada, que não era isso que tinha sido dito, e que não era isso que o PSD pensava e que quem teria dito algo parecido até teria sido o Sr. Primeiro-Ministro ao dizer que o modelo existente, relativamente à mobilidade aérea dos açorianos, era uma maneira de financiar as companhias de aviação.

Ora, ao assumir (e mais uma vez digo, felicito-o por isso) o facto de estar errado, o Sr. Deputado Duarte Freitas está a dizer duas coisas que são importantes. Primeiro, que o Sr. Primeiro-Ministro se estava a referir à Madeira e não aos Açores e, portanto, que fique claro que o sistema que o Sr. Primeiro-Ministro classificou desadequado é o da Madeira;

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E o dos Açores também!

O Orador: Segundo, e neste caso talvez mais relevante, porque especificamente entre nós, aqui, nesta Casa, o que Sr. Deputado Duarte Freitas

está a dizer é que o PSD-Açores acusou de facto a SATA de sacar dinheiro ao Orçamento do Estado.

Portanto, eu só não queria que da intervenção, que felicito, do Sr. Deputado Duarte Freitas, ficasse a ideia de que não se tinha passado nada. Não!... Passou-se!...

Aliás, esta acusação de que o PSD-Açores faz à SATA entra no grande esquema da maneira como o PSD encara a SATA. E há algo de ciclotímico na maneira como o PSD olha para a SATA.

Primeiro, o PSD quer que ela seja sólida do ponto vista financeiro, mas logo a seguir não quer que ela saque dinheiro ao Orçamento de Estado;

Quer que ela se mantenha estável, mas depois quer que ela entre e saia dos mercados para ficar com a parte que as outras companhias aéreas não querem fazer, independentemente do impacto que isso tem nas suas contas;

Depois quer que ela seja estável, boa empregadora, tenha condições financeiras, mas logo a seguir quer que ela fique em concorrência aberta nos mercados da América do Norte e até diz que essa concorrência é boa, que a vai fazer melhorar. Se ela estiver a voar para mercados da América do Norte onde outros também voam, e isso é bom para a SATA, obriga-a a ser mais eficiente, a estar num ambiente aberto de concorrência.

Portanto, os senhores querem tudo e o seu contrário. Os senhores até criticam o aluguer de aeronaves e tripulações da SATA a nível internacional, mas querem que esse modelo seja importado para a Região. Aquilo que os senhores não querem que a SATA Air Açores faça, ou Azores Airlines faça,...

Deputado Marco Costa (PSD): Queremos viagens, os senhores não!

O Orador: ... querem agora que a SATA regional faça, que a SATA Air Açores faça.

Portanto, há aqui uma constante indefinição e um constante mudar de posição de acordo com o contexto, de acordo com aquilo que o Governo a cada momento diz, ou daquilo que a cada momento o PS defende.

Nós, não! Nós temos uma só posição sobre a SATA.

Deputado Marco Costa (PSD): Isso! Uma só posição!

O Orador: É uma empresa imprescindível à Região. Uma Região com as nossas características tem de ter assegurada uma empresa de transportes aéreos alinhada com os objetivos de desenvolvimento da Região, seja para promover a mobilidade interna dos açorianos, seja para promover a sua mobilidade externa, seja para dinamizar o mercado turístico açoriano, papel que a SATA assumiu sozinha quando mais ninguém queria assumir, quando as outras companhias não queriam arriscar no mercado turístico açoriano. Papel que a SATA assumiu sozinha durante o período em que as coisas foram muito difíceis...

Deputada Sónia Nicolau e Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... para os hoteleiros, para os restaurantes, para a estrutura turística da Região.

Portanto, a SATA é um ativo imprescindível do ser açoriano. A SATA é uma empresa que deve ser vista com responsabilidade e não de acordo com as conveniências político-partidárias de cada momento.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não pode ser acusada um dia de ser gastadora, no dia a seguir de ter que ser sólida financeiramente. Não!... A SATA, daqueles que apoiam este

Governo como daqueles que fazem oposição a este Governo, tem que estar acima das conveniências e dos contextos político-partidários.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Como sabes não tenho tempo, mas no diploma a seguir a gente já fala! Agradeço as tuas palavras! És de uma “elegância florentina”! Devias ver o incómodo da tua bancada!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver inscrições para participar no debate. Pergunto se o Governo, com o tempo que dispõe pretende fazer encerramento? Não!

Sendo assim, Sr. Deputado Artur Lima, com o tempo que lhe resta tem a palavra para encerrar este debate de urgência.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em boa hora trouxe o CDS este debate aqui a esta Casa. É preciso perceber uma coisa. Plafonamento existiu e existe desde o início. Agora a questão que se põe aqui e que não foi aqui respondida e que eu perguntei é, o plafonamento de 16 milhões foi ultrapassado. Quem pagou o excesso foi o Governo da República não foram os açorianos. A pergunta que eu faço e que deixo aqui é se o plafonamento for ultrapassado quem paga o excesso?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: É o Governo Regional ou é o Governo da República? Porque plafonamento de alguma maneira tem que existir. A questão é quem paga o excedente.

A outra questão que me parece muito importante e que eu acho que já devia ter havido penalizações a esse respeito é o concurso público de carga aérea entre o continente e as regiões autónomas.

Não é admissível que ainda hoje não haja uma conclusão sobre essa matéria, nem haja um passo em frente sobre essa matéria.

Portanto, é preciso apurar responsabilidades, é preciso perceber o que se passa. Por outro lado, também é preciso perceber que a SATA é uma companhia absolutamente necessária, absolutamente fundamental. Eu até disse no passado, estratégica para a nossa Região Autónoma dos Açores, mas não foi assim que foi sempre entendido pelo Partido Socialista e pelo Conselho de Administração da SATA.

Já dei aqui o exemplo de que como levemente se alienou um Airbus A320 dizendo que o futuro da SATA passava por encolher a sua frota, encolher as suas tripulações e diminuir os seus custos. Foi isso que foi dito por Luís Parreirão na Comissão de Inquérito.

Hoje em dia estamos a fazer ACMIS que não tínhamos nenhuma necessidade de o fazer. Esta é que é a realidade.

Deputado José San-Bento (PS): São as circunstâncias, Sr. Deputado!

O Orador: As circunstâncias foram criadas absolutamente pela circunstância do Conselho de Administração, que entendeu que tinha que alienar. Não foi capaz de prever o futuro,...

Deputado José San-Bento (PS): Quem é que prevê o futuro, Sr. Deputado?

O Orador: ... não foi capaz de perceber que o futuro era crescer o turismo, não foi capaz de perceber que o futuro era servir os Açores, e hoje chegámos ao ponto de a SATA não ter aviões seus para servir a Região Autónoma dos Açores. Esta é que é uma triste realidade, esta é que é a realidade a que os senhores e os Conselho de Administração são os verdadeiros responsáveis, porque quatro A320, na frota da SATA, hoje faziam toda a diferença em termos de mobilidade. Por isso era preciso recuar dezenas de anos atrás para perceber por que é a SATA só voa alguns dias para algumas ilhas.

E mais!... A maior parte dos turistas que estão a vir hoje em dia para a Região Autónoma dos Açores não foram pela SATA.

Deputado Francisco César (PS): Não?

O Orador: Não senhor!

Deputado José San-Bento (PS): Mas temos turistas ou não temos turistas?

O Orador: São pela TAP e pela Ryanair!

Portanto, o que os senhores fizeram foi transformar a SATA numa “satinha” e mudaram-lhe o nome para Azores Airlines.

Vamos ver mais uma inconsistência dos senhores: mudaram o nome (recordam-se? Façam um esforço de memória!) de SATA para Azores Airlines, porque a palavra Azores Airlines era vista lá fora.

O que é que fazem? Estão a fazer viagens para a Califórnia, para os Estados Unidos, para Frankfurt, com um avião que diz Blue Air e pelas Air.

Então onde é que está a Azores Airlines? Onde é que está o *marketing* dos Açores?

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não percebi!

O Orador: Portanto, mais um erro dos senhores que não tem...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Percebeu bem, Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não! Hoje o avião que eu viajei foi da Azores Airlines!

O Orador: O avião da Plas AIR espanhol que voa para Oakland e percebeu bem o avião romeno que anda a fazer viagens para Frankfurt e para Londres. Percebeu bem, Sr. Presidente!

E a grande estratégia de mudança de nome da SATA para Azores Airlines era exatamente a publicidade. Foi exatamente milhares e milhares de euros que foram esbanjados e que hoje não tiveram resultado prático: concurso de carga,

diminuição de frequências e sobretudo o subsídio de mobilidade. É preciso saber quem paga e se aceitam a sua regionalização. Estas são as questões que tem que responder.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Encerrámos este ponto da nossa Agenda.

O ponto dois, conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes, passou para amanhã.

Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às 16 horas.

Eram 15 horas e 28 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 16 horas.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os nossos trabalhos. Entramos agora no ponto três da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 93/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA: alterações ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e Madeira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar no processo legislativo comum: o PSD, o PS e o Governo dispõem de 25 minutos, o CDS-PP de 15 minutos, o BE de 12 minutos e as Representações Parlamentares do PCP e do PPM de 10 minutos.

Para apresentar a iniciativa tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me apresentar o nosso Projeto de Resolução dando algumas explicações não só em relação ao conteúdo do mesmo, mas também em relação àquilo que é o momento e ao processo que levou a que hoje aqui o discutíssemos.

Em abril passado, o PSD apresentou neste plenário, com pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, este mesmo Projeto de Resolução e sustentava-se a argumentação da urgência e do pedido de dispensa de exame em Comissão, por um lado, na urgência em que o Parlamento dos Açores, representando os cidadãos desta Região, pudesse tomar uma posição face àquilo que eram as movimentações e os trabalhos que estavam em curso relativamente à mobilidade e ao apoio à mobilidade.

O que estava em causa, e o que está em causa desde já, é um direito das açorianas e dos açorianos, de todos, de todas as açorianas e de todos os açorianos, residindo em todas as ilhas dos Açores. Esse é o direito à sua mobilidade, direito que foi assumido na ligação ao continente português e à Madeira (foi assumido, e bem!) sempre pelo Orçamento de Estado. Repito: direito esse à mobilidade, seguindo o princípio da continuidade territorial, que foi sempre assumido, e bem, pelo Orçamento de Estado.

Ora, em outubro passado, o Ministro dos Transportes disse que estava constituído um grupo de trabalho para rever o subsídio de mobilidade.

Depois disso, e no mês de abril, surgiu um conjunto de afirmações que elevaram a nossa preocupação quando foi posto em causa o subsídio de mobilidade e os montantes que estavam a ser gastos.

Bom, começando por aí:

É importante retermos que dos 16 milhões de euros que estavam no Orçamento para os 22, que foi o último ano que estava referenciado (agora o Sr. Presidente falou-nos em 26, mas 22 ou 26 não alteram substancialmente aquilo que vou dizer), o deslizar e as responsabilidades para o Orçamento de Estado que isto implica representam 0,00001% do Orçamento de Estado.

Parece-nos que face ao impacto que este modelo teve, ao impacto que ele tem na Região Autónoma dos Açores e também na Madeira, um deslizar que representa 0,0001% do Orçamento de Estado...

Deputado Francisco César (PS): Isso é o défice da Região!

O Orador: ... é perfeitamente acomodável...

Deputado Francisco César (PS): O senhor está a falar do défice da Região!

O Orador: ... e politicamente razoável.

Portanto, as questões e as queixas que surgiam relativamente a esta matéria a nós parecem-nos não ter sustentação ou tradução naquilo que é o impacto para o Orçamento de Estado quando sem grandes problemas o Orçamento de Estado acomoda milhões e milhões e milhões de prejuízos de bancos, por exemplo, e este valor, para garantir a continuidade territorial dos açorianos, parece-nos que não é de modo algum razoável para pôr em causa todo o modelo, por um lado.

Por outro lado, já aqui hoje referimos de manhã, e podemos continuar a lembrá-lo, que o próprio diploma que prevê a mobilidade, que está em vigor, nele próprio se refere que a Autoridade Nacional, a ANAC, deve monitorizar, seguir, aferir, se está a haver distorções no mercado, aliás, de acordo com aquilo que é o próprio estatuto da ANAC que prevê poderes regulatórios.

Portanto, antes de se fazer qualquer análise de deslizamentos é preciso saber o que é que a ANAC fez, se está a monitorizar ou não o que se está passando, se já fez alguma intervenção junto daquelas companhias que eventualmente estejam a explorar o modelo, porque por essas razões, se alguém está a explorar o modelo, não podem os açorianos ficar prejudicados.

Os açorianos não podem ficar prejudicados na sua mobilidade por haver entidades que estão a explorar o modelo e que não estão a ser reguladas por quem tem a obrigação de regular.

Por outro lado, ficou a questão colocada pelo Sr. Deputado Artur Lima, e é importante termos oportunidade de falarmos um bocadinho mais sobre ela. É que mesmo que se faça essa intervenção do regulador, se corrija o que é preciso corrigir, quer seja no modelo, quer seja na imposição perante as companhias para que não explorem este modelo, mesmo que se ultrapasse de alguma forma o que está orçamentado, é preciso saber se o Governo Regional dos Açores entende que isso deve ser assacado ao Orçamento Regional ou se deve ser assacado ao Orçamento de Estado? Isso é uma questão elementar que aqui temos que colocar.

Mas voltando outra vez à questão da nossa iniciativa. Aquilo que nós pretendemos é que este Parlamento, em nome de todos os açorianos tome uma posição, uma posição a dizer que temos todos os açorianos, de todas as ilhas, o direito à nossa mobilidade, que o princípio da continuidade territorial foi assumido e deve continuar a ser assumido e bem, no Orçamento de Estado, e que não deve haver limitações aos horários de saída ou de chegada, que não deve haver limitações ao número de viagens.

Portanto, antes de se pôr em causa todo o modelo vamos ver se alguém está a provocar distorções no modelo e depois vamos tentar corrigi-las, além dos melhoramentos necessários num modelo destes que é novo, para que aí, sim, possamos analisar o que é que podemos fazer mais, porque os princípios de não

haver tetos, de não haver limite de viagens e de não haver condicionamentos de horários, acho que são elementares.

Se forem tocados esses princípios é tocado o princípio da continuidade territorial e isso nós entendemos que não deve acontecer, é uma porta que não se deve abrir e, na nossa opinião, é o Orçamento de Estado que deve continuar a fazê-lo e naturalmente poderemos ouvir da parte do Sr. Presidente do Governo a sua visão nesta matéria.

Agora uma outra questão: o porquê do PSD-Açores ter feito o agendamento potestativo deste diploma para este plenário. É relativamente simples, nem tem a ver especialmente com o facto de já ter terminado o prazo que tinha sido dado à Comissão de Economia. Não!... Tem a ver com as afirmações do Sr. Primeiro-Ministro, na Assembleia da República, no dia 23 de maio.

O Sr. Primeiro-Ministro, na Assembleia da República, no dia 23 de maio, no debate, disse... Sr. Deputado André Bradford, agora que tenho tempo, posso pôr as coisas no devido lugar e explicar, porque às vezes a gente acelera, e é como o Pepito, tem uma curva e já está. Então o senhor já vai ver onde é que se espetou.

Vou citar o Diário da Assembleia da República, do dia 24 de maio de 2018, na página 23, aí no terceiro ou quarto parágrafo:

O Sr. Presidente da Assembleia da República pede ao Sr. Primeiro-Ministro da concluir. O Sr. Primeiro-Ministro diz:

“Portanto, o que propusemos ao Governo Regional da Madeira foi, em primeiro lugar, o que é próprio de um regime autónómico, que é respeitar a sua autonomia e permitir que cada região autónoma defina o seu próprio modelo, garantindo nós um financiamento de 25,5 milhões de euros para que a região autónoma defina o seu próprio modelo de subsídio à mobilidade, de forma a assegurar a mobilidade, sem com isto pormos os contribuintes portugueses a financiar as companhias de aviação...”. Foi dito!

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que estão a sacar o dinheiro?

Deputado Francisco César (PS): Isso é para a Madeira!

O Orador: Desculpe! Como é que diz, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): É sobre a Madeira!

O Orador: Não! É aí que o Sr. Deputado se espetou e o senhor também se ia espetando.

Conclui!

Diz o Sr. Presidente do Parlamento: “Tem de concluir, Sr. Primeiro-Ministro.”

E o Sr. Primeiro-Ministro conclui assim: estava a dizer que não podem ser os contribuintes portugueses a financiar as companhias de aviação “... que voam para a Madeira ou para os Açores, que não precisam de ser financiadas, nem há nenhuma razão para que os nossos impostos sirvam para financiar companhias de aviação. Financiar a mobilidade, sim! Financiar as companhias de aviação, não!” Para os Açores e para a Madeira.

Espero as suas desculpas, Sr. Deputado André Bradford.

Deputado Paulo Parece (PSD): Peça desculpa agora!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Graça Silveira (peço desculpa de também interromper o seu diálogo), Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, da minha parte, nunca teria qualquer tipo de problema de pedir desculpa sobre qualquer frase ou sobre qualquer citação em que eu me tivesse enganado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Mas eu não me estava a referir a si!

O Orador: Da mesma forma, Sr. Deputado, de que eu não teria nenhum problema em criticar o Primeiro-Ministro...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Teria ou tem?

O Orador: ... de Portugal por qualquer afirmação que ele tivesse feito.

Portanto, o Sr. Deputado fez o seu trabalho e eu naturalmente fiz o meu e o que disse o Sr. Primeiro-Ministro, que eu citei, foi o seguinte: “da forma como foi criado [o subsídio de mobilidade], este não financia a mobilidade entre os residentes da Madeira e o continente, financia simplesmente as companhias de aviação”.

Eu gostava que os Srs. Deputados me dissessem em que é que esta frase que eu citei por diversas vezes nesta câmara está incorreta,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O Sr. Deputado André Bradford disse que não falava dos Açores e da Madeira!

O Orador: ... está errada e refere-se aos Açores. Esta frase foi citada pelo Deputado André Bradford.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não, não!

O Orador: Segunda citação do Sr. Primeiro-Ministro:

“Aquilo que propusemos ao Governo Regional da Madeira, em primeiro lugar, o que é próprio de um regime autonómico que é respeitar a autonomia da Madeira, é permitir que cada região autónoma defina o seu próprio modelo, garantindo nós um financiamento de 25,5 milhões de euros por ano para que a Região Autónoma [estava a referir-se à Madeira] defina o seu próprio modelo de subsídio à mobilidade”. É isto que está dito sobre...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó senhor, pelo amor de Deus! Está aqui no diário! Conclua!

Deputado Paulo Parece (PSD): Tem uma versão diferente!

O Orador: Eu também tenho sobre o Sr. Primeiro-Ministro.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Leia um bocadinho mais abaixo!

O Orador: Terceiro:

Sr. Deputado, se o Sr. Primeiro-Ministro possa ter dito...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Possa?! Acha que eu menti?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... o que o senhor disse, eu acho que o fez da forma incorreta.

Agora, o Partido Socialista não faz como o senhor fez, que é quando o Governo da República é do PSD não é crítica, quando o Governo é do PS é o primeiro a estar na frente.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Parece (PSD): O que nos distingue é um bocadinho de humildade!

O Orador: Nessa matéria se o Sr. Primeiro-Ministro disse isso nós naturalmente que não subscrevemos.

Portanto, da minha parte aquilo que se espera e da parte desta bancada é uma atitude de coerência.

Segunda questão, Sr. Deputado, em relação ao subsídio de mobilidade.

Este debate acaba por estar naturalmente esgotado com tudo aquilo que já foi dito no debate anterior.

Penso que o debate anterior promovido pelo CDS conseguiu que todos nós pudéssemos debater de uma forma séria e correta aquilo que se pretende em relação ao subsídio de mobilidade e as garantias que demos no debate anterior são exatamente as mesmas garantias que voltamos a reafirmar.

Essas garantias são simples: é de garantir um modelo que sirva os açorianos, que permita a mobilidade inter-ilhas, dentro daquilo que sempre foi estabelecido.

Falou o Sr. Presidente, por exemplo, de que sempre existiu um teto orçamental. O Sr. Deputado Artur Lima ainda há pouco referiu que se lembrava muito bem desta menção. O Sr. Deputado, enquanto líder do PSD, também na altura tem declarações onde falava sobre esta matéria. Portanto, penso que estamos todos de acordo, partilhamos todos do mesmo sentimento e iremos certamente trabalhar para que o modelo que nós temos a funcionar nos Açores, e que continua a funcionar nos Açores, os sirva como deve servir e, portanto, permita a sua mobilidade.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Deputado André Bradford vai pedir desculpa em nome da bancada. Só lhe fica bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo dizer que eu não percebo qual é a dúvida. Eu tenho a transcrição daquilo que o Primeiro-Ministro disse na Assembleia da República e aqui não há nenhuma dúvida. Diz assim:

“Isso não é justo e, portanto, aquilo que propusemos ao Governo Regional da Madeira foi, em primeiro lugar, o que é próprio de um regime autonómico, que é respeitar a autonomia da Madeira e permitir que cada região autónoma defina o seu próprio modelo, garantindo nós um financiamento de 25,5 milhões de euros por ano para que a região autónoma defina o seu próprio modelo de subsídio à mobilidade [as repetições são do Primeiro-Ministro], de forma a assegurar a mobilidade, sem com isto pormos os contribuintes portugueses a

financiar as companhias de aviação que vão para a Madeira ou que vão para os Açores e que não precisam de ser financiadas, nem há nenhuma razão para que os nossos impostos serviam para financiar as companhias de aviação”, etc., etc.. Portanto, não há nenhuma dúvida de que estas declarações são declarações que se dirigem também e afetam a Região Autónoma dos Açores. Desmentir isto é desmentir o óbvio.

Deputado Francisco César (PS): Ninguém desmentiu!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O senhor disse que não falava dos Açores!

O Orador: É impossível desmentir aquilo que foi dito. Está escrito, está gravado, não há qualquer tipo de dúvida e, portanto, esta matéria não se pode apagar.

Portanto, é bem explícito. O que não é explícito é o que o Sr. Deputado Francisco César disse aqui: vamos garantir que o modelo funcionará...

Vamos garantir como? Aceitando restrições? Que tipo de restrições vão ser colocadas? Que tipo de imposições vão ser colocadas pelo Estado central?

É porque há pouco... O Sr. Deputado não gosta que eu dê outros exemplos da Europa, mas é fundamental. O que eu vejo é, modelos que financiam a mobilidade entre as Regiões Autónomas ou comunidades autónomas, aumentam a participação financeira, ao contrário do que o Governo Socialista da República quer fazer em relação à Região Autónoma dos Açores. Isso é que é a verdade.

Nós verificámos um acréscimo brutal dos apoios do Estado espanhol à mobilidade com a comunidade autónoma das Canárias.

Aqui, o Governo do Partido Socialista quer fazer precisamente o contrário e o que o senhor fez foi levantar aí uma bandeirinha branca de rendição e disse: “não, estamos de acordo com as restrições que nos venham aqui a colocar; o que é importante é que exista um modelo; sim, o modelo pode ser o modelo de 20 milhões, de 25 milhões, como pode ser um modelo de um milhão. Vamos

continuar a ter um modelo”. Não vamos é ter um modelo funcional, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado em relação a esta matéria não apresentou nenhuma garantia. O Governo Regional a mesma coisa.

O que eu gostava de verificar por parte do Governo Regional, que pede a unidade na defesa dos interesses regionais, e do Partido Socialista, era voz grossa nesta matéria, que os senhores não se submetessem àquelas que são as imposições por parte de Lisboa.

O que vejo é uma aceitação absoluta e total em relação às imposições do Governo centralista de Lisboa.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já muito foi discutido hoje aqui de manhã em relação à questão das acessibilidades deste novo modelo e da forma como está a ser financiado e se continuará ou não a ser financiado desta forma, trazido a debate pelo CDS, e durante esse debate o Sr. Presidente do Governo Regional disse, e bem, que a principal alteração desta nova forma de financiamento não é apenas a redução do preço único do chamado antigamente bilhete de residente, mas que foram introduzidas muitas outras alterações.

É verdade!... E uma das alterações que foi introduzida foi a chamada política de encaminhamentos, ou seja, a lógica de que os Açores passavam a funcionar como uma *gateway* única e em que se poderia viajar para qualquer ilha de destino sem que se tivesse que pagar mais por isso.

Neste sentido, eu penso que é oportuno colocar uma questão à Sra. Secretária do Turismo que, nesta Casa, em novembro, afirmou que estavam a ser negociados com a Delta Air Lines, acordos interline.

Portanto, gostaria de lhe perguntar, no âmbito deste modelo em que todos os açorianos poderão ter igualdade de oportunidade e viajar para qualquer ilha de destino, se conseguiu chegar a algum acordo em relação à possibilidade de todos os açorianos, e não só os de São Miguel poderem usufruir dessa grande conquista, que foi a Delta Air Lines passar a voar para os Açores?

Em relação às declarações que foram feitas pela República em relação a este modelo, começo por colocar a questão da regionalização, que de resto já foi colocada hoje de manhã, aqui, pelo Deputado Artur Lima, que já colocou a questão se o montante total for excedido quem é que assume, se assume a Região ou se assume a República?

Porque aquilo que sai nas notícias, nas palavras do Sr. Ministro das Infraestruturas e do Planeamento, é que o Subsídio Social de Mobilidade deverá passar para competências regionais, ou seja, a República não quer ter mais nada a ver com isto e a Região que assegure essa equidade entre todos os açorianos.

Mais!... É importante o Governo Regional tomar uma posição perante estas declarações públicas.

Os açorianos neste momento não sabem, depois do Ministro da República ter feito estas declarações, se o Governo Regional concorda ou não com estas declarações.

Mais!... Nas declarações do Sr. Primeiro-Ministro, em que diz (posso mostrar o vídeo que tenho aqui, mas penso que todas as bancadas já neste momento têm as declarações escritas) claramente: “não há nenhuma razão para que os nossos impostos sirvam para financiar as companhias de aviação que vão para a Madeira e para os Açores”.

Deputado Paulo Parece (PSD): Mais uma mentira de um jornal!!!

A Oradora: Eu pergunto: Sras. e Srs. Deputados, se o princípio da solidariedade não é razão suficiente para isso, então estamos entendidos em relação à amizade que este Governo da República tem perante os açorianos.

Muito obrigada.

Deputado Alonso Miguel (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, no seguimento da intervenção do Sr. Deputado Francisco César, penso que a câmara ficou toda ciente que poderemos ter aqui uma boa oportunidade para tomarmos uma posição forte em nome dos nossos concidadãos, das açorianas e dos açorianos, dando nota daquilo que nós pretendemos levar ao Parlamento nacional, ao Presidente da República, ao Governo da República, que é sublinhar a importância da mobilidade para todos os açorianos, o princípio da continuidade territorial e não haver limitações de tetos financeiros, horários ou número de viagens.

Por isso pretendemos pôr aqui meramente os princípios nesta Resolução, para ser mais fácil todos nós nos entendermos. E são esses princípios também que podem respaldar o próprio Governo Regional para depois trabalhar junto com o Governo da República e garantir que não haja um retrocesso, quer seja no modelo em si, quer seja um retrocesso histórico, se assumíssemos nos Açores, no Orçamento Regional, aquilo que sempre foi assumido pelo Orçamento de Estado.

Seria um retrocesso em relação ao modelo e um passo em frente fundamental que foi dado nos Açores, mas também seria um retrocesso em relação à própria lógica da autonomia e à visão como a República tem vindo nalguns casos mal, mas noutros casos bem, como é este da mobilidade e do princípio da continuidade territorial que tem vindo a assumir.

Eu não tanto agora já na questão de quem disse o que disse, porque todos já percebemos que, de facto, o Primeiro-Ministro António Costa falava das companhias que voam para os Açores e para a Madeira (portanto não é isso que está em causa, e passo à frente nessa matéria), mas acho que é de alguma forma, pelo conteúdo e até pelo tom, um bocadinho acintoso a maneira como o Primeiro-Ministro se referiu a esta matéria, como quem diz, não estão para aqui os continentais para pagar as viagens baratas dos açorianos e dos madeirenses. Por outras palavras foi isso que ele quis dizer, de uma forma acintosa.

Aquilo que é preciso perguntar ao Sr. Primeiro-Ministro é, antes dele fazer estas declarações levianas e um ataque, na minha visão, à autonomia, o que é que ele fez em relação à fiscalização e à maneira como o modelo estava a ser operacionalizado? O que é que ele fez?

Deputado Carlos Silva (PS): O que é que isso tem a ver com o diploma?

O Orador: O que é que ele fez?

O que é que o Governo da República fez? Perguntou à ANAC? Pressionou à ANAC? Fez alguma coisa ao longo deste tempo, que se saiba? Nada!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não está no Projeto de Resolução!

O Orador: Portanto, alguma coisa que corre menos bem, em vez das entidades reguladoras e fiscalizadoras atuarem, não! Culpa-se os açorianos e os madeirenses, porque estão a explorar o sistema.

Não é assim! Nós não estamos a explorar o sistema.

Deputado Francisco César (PS): Antes eram as companhias aéreas!

O Orador: Não nos deram nada que nós não tivéssemos direito.

O princípio da continuidade territorial, a mobilidade dos açorianos não é uma dádiva, é algo que nasce por natureza de estarmos numa pátria comum e de – e bem – o Orçamento de Estado assim o assumir desde sempre.

Portanto, agora é o momento é para nós próprios, aqui neste plenário, darmos uma mão ao Governo Regional e ajudarmos o Governo nesta matéria, junto do grupo de trabalho, assegurando que não haja retrocessos nesta situação,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Muito bem!

O Orador: ... nem retrocessos no modelo, nem retrocessos históricos, que seria a Região assumir o financiamento da mobilidade para o exterior.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, é verdade, já aqui foi afirmado e eu subscrevo, que a substância deste debate está parcialmente ultrapassava na medida em que os nossos trabalhos começaram com esta temática...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e assim têm continuado até este momento, mas isso não lhe retira, do nosso ponto de vista, nem oportunidade, nem razão. E se calhar, Sras. e Srs. Deputados, tendo sido interessante esta análise semântica e minuciosa do discurso do Sr. Primeiro-Ministro que disse o quê dos Açores e da Madeira, e, são os açorianos que estão a aproveitar o modelo, ou são as empresas que se estão a aproveitar do modelo, o mesmo discurso curiosamente já foi interpretado de várias maneiras por alguns de nós, se calhar o melhor era agora ultrapassarmos, andarmos um bocadinho para a frente e em vez de nos preocuparmos tanto com o que disse o Primeiro-Ministro, pensarmos o que é que nós dizemos nesta Casa sobre exatamente o mesmo assunto.

E quando o Sr. Deputado Francisco César diz, e bem, como disse na sua última intervenção, que o Partido Socialista – ele, Deputado Francisco César – não tem nenhum problema...

Deputado Paulo Parece (PSD): Claro! É lógico!

A Oradora: ... em dizer a este Primeiro-Ministro quando não concorda com as suas análises, presumo eu e presume o Bloco de Esquerda, que então o mesmo Partido Socialista também não terá nenhum problema em se juntar aos partidos desta Casa para que dela saia uma pronúncia, em nome desta Casa,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que possa ajudar o Governo!

A Oradora: ... que possa mandar um recado muito claro para a República, para o Governo da República e para o Sr. Primeiro-Ministro.

E o recado é muito simples e, desde março, quando este Projeto de Resolução entrou com pedido de urgência, que ele fazia sentido e agora, depois das análises todas aos discursos que foram ditos na Assembleia da República, ele para nós ainda faz mais sentido porque, Sras. e Srs. Deputados, faz todo o sentido nós lembrarmos ao Governo da República e ao Sr. Primeiro-Ministro que o princípio da continuidade territorial é uma obrigação constitucional e que, portanto, quem tem que garantir esse princípio e assumir os custos do mesmo é o Governo da República e, portanto, é o Orçamento de Estado.

Deputado Carlos Silva (PS): Não está é correto! Contém erros!

A Oradora: Faz todo o sentido esta Casa dizer à República que estando disponível os açorianos e açorianas para aperfeiçoar o modelo de mobilidade vigente, nós não estamos disponíveis nem para pagar aquilo que não nos compete (este é o recado!), mas também não estamos a abusar dos impostos dos nossos irmãos da República. Não, não! Estamos a ser portugueses como todos os outros.

Portanto, este recado, na opinião do Bloco de Esquerda, não faz mal. Poderão dizer: é um bocadinho como o “Melhoral, não faz bem, nem faz mal”! Mas há um ditado também, Sras. e Srs. Deputados que diz que (como é?) “cautelos e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém”.

A infelicidade, talvez a precipitação ou talvez qualquer outra coisa, cada um tirará as suas conclusões, com que alguns Ministros da República, e às vezes

também o Sr. Primeiro-Ministro, se tem referido a esta Região Autónoma em algumas das suas características e diferenciações, merece talvez, e da parte do Bloco de Esquerda nós achamos que merece, um reparo e um recado muito claro desta Casa. E daí concordarmos com a iniciativa da pronúncia própria desta Casa.

Chegados a esta altura do debate, que ainda não foi concluído, teremos oportunidade de o prolongar talvez mais um bocadinho, nem nos passa pela cabeça que o Partido Socialista faça tudo o que disse da parte da manhã e faça aquilo que já repetiu da parte da tarde desta sessão sobre a análise deste Projeto, possa fugir a essa pronúncia comum desta Casa, porque isso, sim, seria de uma grande, grande incoerência.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem agora a palavra.

Deputado João Paulo Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Afirmar que o atual modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e a Madeira, em vigor desde 29 de março de 2015, contribui para melhorar a mobilidade dos açorianos, para além de não corresponder totalmente à verdade, é uma verdadeira afronta a todos os açorianos que frequentemente, sobretudo durante o Verão, se vêm a braços com inúmeras dificuldades e obstáculos quanto à sua mobilidade, designadamente no interior do próprio arquipélago, mesmo quando razões imperiosas, como questões de saúde e de assistência médica, a isso os obrigam.

Se é verdade que um reduzido número de açorianos vivendo nas ilhas servidas principalmente por duas das cinco *gateways* da Região e que frequentemente viajam entre a Região e Portugal Continental viram melhorada a sua

mobilidade, o mesmo não é, porém, verdade para os açorianos cujas suas ilhas não são servidas por qualquer *gateway* e isso mesmo fora do período de Verão.

Sejamos claros:

As viagens para residentes e visitantes, mais baratas, por exemplo, com destino à Ilha das Flores, acarretam quase sempre uma pernoita numa ilha servida de *gateway*, e por vezes até mesmo duas noites. Há casos de viagens de 50 horas entre Lisboa e as Flores.

Como bem se vê, ao preço baixo da tarifa anunciado, quando lhe juntamos as correspondentes despesas de pernoita e alimentação, estas transformam-se rapidamente numa viagem com um preço verdadeiramente exorbitante.

Ora, pergunto: será isto um contributo para melhorar a mobilidade dos açorianos, neste caso dos açorianos do Grupo Ocidental do Arquipélago?

Impõe a seriedade que digamos liminarmente que não!

Só um grande desconhecimento da realidade pode permitir que se afirme que o atual modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal continental e a Madeira contribui para melhorar a mobilidade dos açorianos em geral.

Manda a verdade que se corrija e se diga: de apenas alguns açorianos!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Invocar as estatísticas de aumento substancial do número de passageiros entre a Região e o continente português sem analisar com pormenor essas mesmas estatísticas procurando traduzir e saber o que as mesmas significam em termos de mobilidade geral dos açorianos, para além de demonstrar uma grande falta de rigor, conduz inevitavelmente a conclusões erradas sobre a realidade do contributo do atual modelo para a mobilidade dos açorianos.

O atual modelo de Subsídio Social de Mobilidade ao invés do que anteriormente acontecia em que no lugar do subsídio era estipulado um preço a pagar pelo Estado por cada passageiro residente nos Açores e Madeira sob a

forma de indemnização compensatória diretamente à companhia aérea, foi substituído pelo atual que veio obrigar os residentes a desembolsar o custo total da passagem para apenas à posteriori receberem o respetivo subsídio.

Tal situação é para além do mais discriminatória sobretudo para aqueles que menos possibilidades económicas têm, ou seja para os trabalhadores que menos ganham.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O processo de reembolso do Subsídio Social de Mobilidade é um processo muito burocratizado e durante o qual, por exemplo, é exigido (o que legalmente nem deveria acontecer) que o passageiro assine uma declaração dando consentimento a entregar uma fotocópia do seu Cartão do Cidadão no Balcão da empresa privada, refira-se, CTT.

Se é certo que na maioria dos casos os CTT disponibilizam de imediato o dinheiro, a verdade é que também há situações excecionais em que por falta de dinheiro no respetivo balcão o pagamento é feito em cheque, obrigando neste caso a mais uma ida ao banco para trocar ou depositar o cheque em causa.

Não é justificável nem aceitável que todo este processo de reembolso não seja muito mais agilizado, até porque não faltam meios nem métodos de trabalho que o permitam fazer com segurança.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para nós, PCP, este modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e a Madeira está longe de ser aquele que melhor serve os interesses de todos os açorianos, sem exceção, conforme já o dissemos anteriormente.

É um modelo desenhado para servir outros interesses que não o de melhorar a mobilidade de todos os açorianos.

É um modelo que servindo para melhorar os números do desempenho da nossa economia, apenas graças à indústria do turismo, revela sérias distorções quanto ao objetivo fundamental de melhoria da mobilidade dos residentes açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra para fazer uma intervenção neste debate sobretudo para não ser o “elefante” na sala, uma vez que me apercebi que da parte da bancada do PSD havia um grande incómodo pelo facto de eu ainda não ter falado sobre a citação do Sr. Primeiro-Ministro. E para que não sirva, o meu silêncio, como pretexto para não se discutir a proposta do PSD, que eu julgo que é o que está em apreciação, eu assumo aqui então a parte que me compete e a parte que me compete é que eu citei parte das declarações do Sr. Primeiro-Ministro, tendo-me apercebido agora, pela leitura integral feita pelo Sr. Deputado Duarte Freitas, que no final de uma extensa declaração do Sr. Primeiro Ministro, às apreciações que ele tinha feito em relação à Madeira, juntou os Açores.

Portanto, de facto, é verdade. Eu não tinha essa perceção e a citação que eu fiz, na posse dos elementos que tinha foi correta, mas não foi completa, uma vez que o Sr. Primeiro-Ministro também no final tinha juntado os Açores. Mas eu não faço, e espero que me compreendam, uma leitura de que estas declarações sejam uma culpabilização ou um desagrado aos açorianos. Elas parecem-me, sinceramente na minha análise, dirigidas particularmente às companhias de aviação que operam numa região e na outra e a acusação é feita no sentido de que os impostos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por acaso, os açorianos!

O Orador: ... não devem servir para financiar a atividade das companhias de aviação.

Portanto, não me parece que isto seja dirigido aos açorianos, nem aos madeirenses.

Deputado Paulo Parece (PSD): Está a branquear!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é um contrassenso!

O Orador: É dirigido às companhias de aviação.

É que sabe, Sr. Deputado, para nós, os centralistas, quando são centralistas orgânicos, e atuam como centralistas, deixam de ter partido.

Para nós, quando os centralistas atuam de forma centralista deixam de ter partido. Não faz diferença se são socialistas, se são do PSD,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não, não!

O Orador: ... se são do CDS, ou do Bloco, a partido do momento que se afigurem centralistas...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Cheques em branco!

O Orador: ... e combatam os legítimos interesses da Região.

Quando isso acontece nós somos os primeiros a denunciá-lo e os primeiros a combatê-lo, mas o Sr. Primeiro-Ministro António Costa não tem um pingão de centralismo na sua história, na sua atuação com esta Região, no cuidado que teve em resolver dossiers que nos últimos cinco anos não tiveram qualquer desenvolvimento com o Governo do PSD-CDS. Portanto, não é este o tipo de centralismo que nos preocupa, porque do Sr. Primeiro-Ministro não vemos nem atitudes, nem posições centralistas, antes pelo contrário. Que fique também claro.

Agora, se nós estamos a discutir uma proposta de Resolução do PSD, se essa proposta visa o Subsídio Social de Mobilidade, neste seu processo de revisão, e sem querer entrar em muita questão pormenorizada ou técnica, até porque o Sr. Deputado Francisco César o fará, eu gostava de saber o que pensa o PSD sobre

qual deve ser esse aperfeiçoamento, porque eu já percebi, disse o Sr. Deputado Duarte Freitas, que há ali três limites que não podem ser ultrapassados: o senhor não quer se mexam em horários, não quer que se mexa no número de viagens, não quer que se mexa no preço. Então onde é que se mexe? O que é que se aperfeiçoa, Sr. Deputado?

Então o senhor diz que é preciso melhorar a fiscalização e que há abusos.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Quais são?

O Orador: Que abusos? Como é que se corrigem esses abusos? Quais são? Como é que se corrige? Quem é que corrige?

Deputado Duarte Freitas (PSD): A pessoa que os apontou e não os corrige!

O Orador: O senhor diz que na fase inicial do modelo o PSD era favorável, apreciou muito positivamente o facto de haver uma orçamentação, um teto orçamental de 16 milhões. A prática demonstrou-nos que os 16 milhões não eram suficientes.

Deputado Paulo Parece (PSD): Quer passar a bola para cá, mas não pega! Isso não funciona!

O Orador: O custo do sistema foi aumentando. Já vamos em 26 milhões.

O senhor diz que há deslizos orçamentais aceitáveis. Até quando? Qual é a banda? Qual é o limite?

Os 26 milhões são suficientes, mas não é para si, para o PSD que é o proponente.

Eu acho que era este o debate que devíamos estar a fazer e gostava muito que fosse possível esse tipo de esclarecimentos com o proponente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Deputado está inscrito, eu posso prescindir e falo depois.

Presidente: Eu tenho uma pessoa antes do Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Francisco César (PS): Mas eu espero.

Presidente: Prescinde? Então tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito obrigado por ter prescindido.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu vejo que há aqui uma tentativa de bipolarizar o debate político, mas o PPM já estava inscrito antes do PSD e, portanto, tenho que agradecer que o Partido Socialista tenha prescindido. É a primeira vez que em 10 anos isto me acontece, o Partido Socialista prescindir para me dar a palavra.

Eu devo dizer o seguinte, é que se a intervenção do Sr. Deputado André Bradford era para retirar o “elefante” aqui da sala, o “elefante” saiu, mas por outros motivos, mas continua à sombra. O “elefante” continua aqui na sala. A verdade é esta, ainda aprofundou as dúvidas que eu tenho em relação a esta questão.

O Sr. Deputado André Bradford o que veio aqui dizer foi o seguinte: nós consideramos que isso não tem nada a ver com a Região e com os açorianos, tem a ver “é com as empresas”, diz ele, que é o que o Sr. Primeiro-Ministro disse, “que voam para a Madeira e para os Açores”.

Bom, entre elas está inegavelmente a SATA. Então, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista admitiu aqui que o Sr. Primeiro-Ministro tem toda a razão e que provavelmente o Governo Regional deu ordens à SATA para se financiar através das contribuições do Governo da República. Foi isso que o Sr. Deputado André Bradford veio aqui dizer: sim, sim! Nós consideramos que aqui não há fogo amigo! Nós reconhecemos que em relação à SATA admitimos.

O que eu pergunto ao Governo é se o Governo Regional admite que se anda a financiar, promovendo e não fiscalizando, que a SATA esteja a praticar os preços que está a praticar, não só prejudicando obviamente a nível das

contribuições que estão a ser feitas, mas até quem compra o bilhete e tem que o pagar muito mais caro?

Portanto, o Governo Regional admite que é isso que está a mandar fazer na SATA? É isso que está a permitir que se faça na SATA? O Governo Regional admite que se faça isso na SATA? A pergunta é esta: admite?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Admite isso? Admite que está a fazer isso? Admite que está a deixar que isso aconteça? Admite que está a financiar a SATA através desta forma?

Portanto, há aqui uma crítica que é evidente e uma pergunta que é evidente que nós temos que fazer.

O Governo Regional partilha a admissão de culpas que o Sr. Deputado André Bradford, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, acabou de fazer? É esta pergunta que dirijo diretamente ao Presidente do Governo Regional que tem enormes responsabilidades nesta matéria, como já assinalei no debate desta manhã.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Prescindo.

Presidente: Prescinde? Sendo assim, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É extraordinário!...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É!... Também Bruno de Carvalho diz isso!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP)

O Orador: Sr. Deputado, o Parlamento não é nem a Assembleia Geral do Sporting, nem tem nada a ver com o Presidente do Sporting.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Eu também não sou do Sporting!

O Orador: É até ofensivo que o senhor tente fazer esse tipo de comparação.

Segundo: eu percebo o entusiasmo de alguns Deputados, o entusiasmo militante.

O Subsídio Social de Mobilidade, o novo modelo de transportes para os Açores, é um património do Partido Socialista que nós nos orgulhamos.

Há quem se ria disso. Nós temos orgulho nisso. Isso permitiu com que nós tivéssemos os melhores resultados ao nível dos transportes, ao nível do turismo, de sempre.

Isso permitiu, inclusive, que tivéssemos que alterar políticas para nos podermos adaptar a esta realidade; isto fez com que empresas públicas e não públicas tivessem que se adaptar e alterar todas as suas previsões sobre esta mesma realidade.

Os senhores sabem que os açorianos reconhecem no Partido Socialista e neste Governo os resultados da alteração que fizemos neste modelo. É verdade!... Os senhores sabem disso!

E não resistem à tentação, nem à possibilidade de que possa haver aqui alguma alteração neste modelo que nós possamos dizer: “os senhores têm responsabilidade nesta alteração deste modelo”.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores não resistem a isto. E chegam aqui com um discurso de falinhas mansas, com um discurso de tentativa de indução no erro da declaração de cada partido, de cada deputado, de cada responsável governativo para poder dizer “aquilo que os senhores disseram não era bem aquilo que depois aconteceu”.

Do outro lado há um partido e um Governo que tem consciência do que estão a fazer,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... que conhecem a realidade, que sabem duas coisas e que essas duas coisas orientam toda a ação e toda a posição de cada um dos responsáveis.

A primeira: nós não negamos, até salientamos o que de bom tem este modelo, mas não seria responsável da parte de nenhum de nós que aceitássemos os abusos que esse mesmo modelo tem e que por esse motivo o tornam mais fraco perante aqueles que o financiam.

A postura responsável de qualquer um de nós é dizer: nós queremos um modelo que satisfaça os açorianos e que garanta aquilo que de bom tivemos até agora.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas não o podemos pôr em causa por causa daquilo que ele tem de mau.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): O que é que isso quer dizer?

O Orador: Agora, devemos chegar aqui e imediatamente dizer: aqui não! Aqui sim! Ou devemos esperar no momento certo para discutir o que tem que ser discutido?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu percebo que os senhores da oposição tenham essa tentação do crédito político e do ganho político imediato, mas eu peço-lhe desculpa: um partido que é responsável, um partido que suporta um Governo, um Governo que quer governar a sua Região com responsabilidade, só o deve fazer no momento certo, apesar das tentações que os senhores nos tentam colocar à frente.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, nós sabemos que há uma Comissão que está a estudar o problema, que ela tem responsabilidade, não política, Sras. e Srs. Deputados, técnica, porque a política é feita ao Governo e deve ser orientada ao Governo.

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor está bem entusiasmado com esse discurso!

O Orador: Nós sabemos que a Madeira tem outra Comissão que está num estado de estudo totalmente diferente daquele que há nos Açores e aquilo que nós dizemos agora é aquilo que dissemos anteriormente:...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor é que está num estado de negação!

O Orador: ... é prematuro ainda colocar a posição do Partido Socialista em cima da mesa, mas qualquer um de nós compreenderá,...

Deputado Paulo Parece (PSD): Basta olhar para a bancada do governo para ver o incomodo nessa matéria!

O Orador: ... qualquer um de vós compreenderá, qualquer jornalista, qualquer açoriano sabe que há duas premissas que nós não abdicamos: a manutenção das virtualidades do modelo e a anulação dos abusos que o tornam mais fraco.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quais são os abusos?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: Foi essa a nossa posição deste o início e continuará a ser a nossa posição.

Tudo o resto, Srs. Deputado, por muito gozo que vos dê tentar assustar as pessoas, tentar ter ganho político e eleitoral sobre o assunto, quem tem a responsabilidade de governar, quem tem a responsabilidade de levar esta Região para a frente, não cairá na tentação e fará o que deve ser feito.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir, porque naturalmente também gostaria de contribuir para o esclarecimento desta questão, não tanto para os exercícios de exegeses a propósito daquilo que disse ou não disse o Sr. Primeiro-Ministro,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Pois não interessa, mas se ele se chamasse Passos Coelho!...

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Na altura o senhor rasgava as vestes, “o rei ia nu” ... Lembra-se, Sr. Presidente, aquelas expressões que o senhor usava?

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: ... mas mais sobre aquilo que verdadeiramente interessa, julgo eu, aos Açores e aos açorianos: como é que nós conseguimos ter um modelo que sirva bem os açorianos, que sirva bem a economia dos Açores, com o máximo de eficiência em termos de afetação de recursos e de execução desses recursos? Em segundo lugar, o que eu gostava de dizer é que me parece haver aqui uma contradição insanável em relação à posição de alguns partidos da oposição. Essa contradição é, a meu ver, mas tendo as conta as circunstâncias reconheço que posso estar enganado, a seguinte:

Ou nós acusamos a SATA de estar a aproveitar-se do modelo e nessa altura a consequência lógica é dizer “alto lá, isso não pode funcionar indefinidamente em termos de valor”, ou então não é assim. Não se pode usar simultaneamente os dois argumentos. Não se pode dizer simultaneamente, porque é o cúmulo da irresponsabilidade (é o cúmulo da irresponsabilidade!)...

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Não, não!

O Orador: ... que é dizer, a SATA está a aproveitar-se desse modelo, e simultaneamente dizer, mas não pode haver qualquer limite.

Deputado André Bradford (PS): Ora aí está!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó senhor, quem é que manda na SATA?

Deputado Paulo Parece (PSD): Quem manda na SATA? Quem a destruiu?

O Orador: Onde é que nós estamos?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria eu gostava de tornar clara a posição do Governo. Essa é uma contradição em que alguns partidos políticos estão a cair neste debate, querem simultaneamente dizer que a SATA abusa do modelo, mas ao mesmo tempo o que dizem é: mas o modelo não pode ter qualquer limite.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Uma coisa é o limite orçamental, outra coisa é o limite ao preço do bilhete!

O Orador: Segunda questão: qualquer cêntimo, qualquer euro dos impostos gasto nas acessibilidades aéreas dos açorianos e na melhoria das acessibilidades aéreas dos açorianos é bem gasto. Não é um abuso. É bem gasto.

Qualquer euro ou qualquer cêntimo gasto no modelo de acessibilidades aéreas à Região, que não se destina e que não tenha por efeito imediato esses objetivos que vos referi, é malgasto. É um abuso, seja lá de quem for.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Terceira questão:

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acho que do ponto de vista de acessibilidades aéreas à nossa Região os senhores podem querer acusar o atual Governo da República de muita coisa, mas não podem acusar o atual Governo da República de tratar mal os Açores e os açorianos.

Este foi o Governo, depois de recusas sucessivas de Governos da República para participar no pagamento das Obrigações de Serviço Público Inter-ilhas,...

Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: ... (este foi o Governo) que disse sim, nós assumimos também esse contributo e,...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

... a somar a tantas outras circunstâncias, esta é também a prova de que a mobilidade dos açorianos, a mobilidade por via aérea dos açorianos, não é indiferente. Foram vários os Governos que recusaram, ao contrário do que acontece na Madeira, em que as ligações inter-ilhas entre a Madeira e o Porto Santo são integralmente pagas pelo Estado, sempre foram,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sempre foram!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é só na Madeira!

O Orador: ... mas que com este Governo, no caso dos Açores, também as Obrigações de Serviço Pública inter-ilhas passam a ter uma participação da parte do Orçamento de Estado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade sim senhor!

O Orador: É justo que se diga isso e que se refira isso aqui.

Isso é também a prova de que a mobilidade aérea dos açorianos não é indiferente para este Governo.

Misturar todas essas coisas, contradizemo-nos nestas questões, não é defender os interesses dos açorianos, é instrumentalizar os interesses dos açorianos para atacar o Governo da República.

Deputados André Bradford e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Por último, eu gostaria de reafirmar aquilo que (julgo que a primeira vez que me pronunciei publicamente sobre isso foi aquando da visita que realizei à Região Autónoma da Madeira, em que houve declarações do Sr. Ministro do Planeamento, e em que fui questionado pela comunicação social sobre essa matéria) afirmei na altura: que estava a decorrer um trabalho técnico, quanto a analisar e a dissecar o funcionamento do atual modelo, e que após as conclusões desse trabalho técnico então haveria uma parte para tomar decisões políticas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O Sr. Ministro da República não esperou as conclusões políticas acabarem!

O Orador: Há uma coisa que eu posso dizer aqui:

Nós não temos qualquer compromisso em relação a esta matéria. Queremos conhecer o funcionamento do modelo, porque há dados efetivos que nos levam a querer conhecer o que é que está a acontecer neste modelo para todas as previsões que foram feitas quanto ao custo deste modelo terem sido ultrapassadas. Todas!...

O Sr. Deputado Artur Lima referiu que não foi a sua previsão. Foi exatamente o contrário, mas que a maioria das previsões que foram feitas quanto ao funcionamento deste modelo estão a ser ultrapassadas.

Há dados! Por exemplo, a diminuição do número dos beneficiários do apoio ao Subsídio Social de Mobilidade e o disparar do custo. Esses dados julgo que necessitam de ser esmiuçados, do ponto de vista técnico: redução do número de beneficiários e aumento do custo do funcionamento do modelo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Primeiro-Ministro já deu uma explicação!

O Orador: E a posição que o Governo Regional entende que é a correta é, vamos ter todos os dados técnicos dissecados em cima da mesa e depois passamos à fase seguinte. É isso que me parece que é importante e é essa a posição do Governo dos Açores que eu gostaria de reafirmar neste momento, nesta Casa, fase a uma proposta que contraria essa orientação...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Contraria? Não, não! São princípios!

O Orador: ... que pretende já tomar uma orientação política antes de concluído o trabalho técnico.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Disse agora de uma forma enfática, o Sr. Presidente do Governo Regional: eu não consigo perceber, ninguém me explicou, por que é que o modelo está a sair tão caro, está muito mais caro do que o previsto.

Mas o Primeiro-Ministro já lhe explicou. Está aqui. Disse o seguinte: "... de forma a assegurar a mobilidade, sem com isto pormos os contribuintes portugueses a financiar as companhias de aviação que vão para a Madeira ou vão para os Açores e que não precisam de ser financiadas, nem há nenhuma razão para que os nossos impostos sirvam para financiar as companhias de aviação".

O Sr. Primeiro-Ministro parece não ter dúvidas. Não o ouviu? Com certeza que o ouviu! O Sr. Primeiro-Ministro fez esse tipo de afirmações. Parece-me inegável!

Qual é a explicação dele?

A explicação dele é que os senhores estão a financiar a SATA utilizando estes mecanismos de subsídio e utilizando estes subsídios. Os senhores estão como acionistas e quem tutela a SATA. Foi essa a responsabilidade que vos atribuiu o Primeiro-Ministro e não vale a pena dizer que não ouvi, que não reparei, que não anotei. Não, não! É muito nítido! Devia ter ouvido e têm agora, depois de ouvir, a obrigação de responder.

Depois há outra questão. Eu vou aqui ao meu arquivo do Sr. Deputado Francisco César que diz aqui num artigo brilhante, de 7 de janeiro de 2010: “*Low cost* de onde e como?”

Dizia o Sr. Deputado assim (vale a pena, são dois ou três parágrafos!):

“Em relação às *low cost* tenho muitas dúvidas.” E depois diz assim: “será possível um residente em São Miguel que necessita de viajar para Lisboa impreterivelmente, numa determinada data, pagar menos por um bilhete de ida e volta do que 240€?”

Será possível pagar menos do que 240€?

Tenho uma resposta para si, oito anos depois: sim, é possível! Sim, está a acontecer!

Dizia o Sr. Deputado: “será possível a um turista pagar em média, por tarifa promocional, menos do que 190€?”, perguntava o senhor?

Sim, é possível!

E o senhor dizia assim: “De facto, só para o turismo, acredito verdadeiramente que este modelo liberalizado funcionaria, pois estamos a falar de um passageiro tipo que queria viajar para os Açores uma ou mais vezes por ano.”

Depois diz: “acredito, sim, que com algumas modificações e aperfeiçoando o atual modelo de Obrigações de Serviço Público é possível obter tarefas promocionais mais baixas para todos os passageiros sem prejudicar os residentes de toda a Região”.

Ou seja, o senhor não queria privatizar e o senhor tinha muitas dúvidas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Liberalizar!

O Orador: Liberalizar!

O senhor não queria liberalizar. Tinha dúvidas, fez perguntas absolutamente espantosas, não pagam muito menos e dizia o senhor, “não, não, isto não nos serve; isto não nos serve; é aperfeiçoar o modelo atual”.

Sr. Deputado Francisco César, não reescreva a história. O que está escrito, está escrito. O senhor, em relação a esta matéria, é a contradição absoluta. Não é só o senhor, é o Governo Regional e o seu partido. É a contradição absoluta em relação ao que o senhor aqui defendeu neste Parlamento e que escreveu ao longo de muitos anos em diversos artigos de opinião.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Informo que esgotou o seu tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidenta, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por algo que foi aqui referido, e bem pelo Sr. Presidente do Governo. É verdade, é a primeira vez que o Orçamento Regional tem verbas que vêm do Orçamento de Estado para a mobilidade interna. Nós referimo-lo aqui com agrado, na altura da discussão dos documentos orçamentais, na altura da discussão do Plano e Orçamento dissemos sim senhor, ainda bem, uma boa medida do Governo da República para ajudar à mobilidade interna, mas fomos consequentes e dissemos: já que vem dinheiro da República para ajudar à mobilidade interna, vamos fazer um esforço para baixar as tarifas nos Açores.

Deputado Carlos Silva (PS): Se o avião está cheio como é que baixa?

O Orador: E propusemos, no âmbito do Plano e Orçamento, nesse caso, que houvesse uma descida de 25% das tarifas. Ora, para esta proposta, fizemos as contas, e a verba que acrescia do Orçamento de Estado para o Orçamento Regional, nesta matéria, era superior àquilo que significaria baixar em 25% as tarifas internas. O que é que os senhores fizeram? Votaram contra!

Portanto, uma boa medida do Governo da República para os Açores, não foi para os Açores, foi para o Orçamento do Governo Regional dos Açores e não foi levada até aos utentes, até às açorianas e açorianos que querem viajar inter-ilhas.

Deputado Carlos Silva (PS): E o orçamento é culpa de quem? Isso é demagogia, pura demagogia!

O Orador: Portanto, aqueles seis milhões de euros que vieram a mais, e bem, não vieram ajudar a economia dos Açores, vieram ajudar o Orçamento do Governo Regional, porque se fosse para fazer repercutir nos açorianos tinha sido aprovada a baixa das tarifas em 25%.

Portanto, Sr. Presidente do Governo, com as suas afirmações também ficam aqui as suas contradições, as contradições do Partido que suporta este Governo que não fez repercutir nos açorianos a medida positiva que veio do Governo da República.

Agora em relação à matéria em concreto que estamos aqui a discutir (já ouvimos da parte do Deputado André Bradford e também da parte do Sr. Presidente do Governo, de alguma forma), não vejo onde é que está a discordância em relação aos princípios.

É evidente que o modelo está a ser estudado. Há questões que têm que ser vistas, as afirmações, quais são as companhias que estão a explorar mais ou menos o modelo. Naturalmente a ANAC, a Entidade Reguladora, vai ter que conferir. Isso vai-se saber tudo.

O que eu sei é que antes do modelo estar em vigor as passagens da SATA Internacional ou da TAP eram 300€, agora a gente vai à SATA e à TAP e às vezes são 800 e ficamos assim: como é que é possível? Como é que é possível? Se antes era aquele preço, agora é este?

É isto que causa perplexidade nos açorianos!

Portanto, é preciso ver quais são as companhias que estão a abusar do modelo. Mas isto é uma coisa! Uma coisa é corrigir o modelo, ver quem é que está a abusar do modelo, outra coisa é isso ser feito à custa das açorianas e dos açorianos.

Nós entendemos, sim senhor, é preciso melhorar o modelo, corrigir algumas disfunções, mas isso não pode ser feito à custa das açorianas e dos açorianos.

Queremos proteger, naturalmente, os direitos dos açorianos; não queremos proteger os direitos ou as componentes de interesse das companhias aéreas.

Mas uma última questão que é muito importante e que vai para além do que estamos a discutir e que ainda não foi aqui respondida pelo Sr. Presidente, uma questão colocada pelo Deputado Artur Lima.

O princípio da continuidade territorial para o Governo dos Açores tem limites ou não? Isto é, os senhores entendem que a partir de certo limite é o orçamento regional que deve pagar ou entendem que deve ser o Orçamento da República a pagar, impondo naturalmente a regulação e a fiscalização do modelo, mas não penalizando as açorianas e os açorianos?

Para nós, o princípio da continuidade territorial é elementar e não tem limites. O que deve ser feito, isso sim, é aperfeiçoar o modelo, fazer as correções, intervir junto de quem está a abusar dele e não prejudicar os açorianos por essa via.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu gostaria, enfim, de dizer aqui algumas coisas que me parecem relevantes.

Quando se trata da Região Autónoma dos Açores ou da Região Autónoma da Madeira, o sentimento que há no continente, e um bocadinho transversal a todos os governos, e agora particularmente neste e no Sr. Primeiro-Ministro António Costa e no Sr. Ministro não sei como é que se chama...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Das Infraestruturas!

O Orador: ... das Infraestruturas, é que quem quer ilhas paga-as. É mais ou menos isso que eles querem. Querem regionalizar o subsídio, dão-nos 25 milhões ou 30 milhões e a partir daí os senhores que se desenrasquem.

Somos frontalmente contra isto. O Governo Regional, pelo menos nessa parte, tinha a obrigação de já ter dito, pese embora as irregularidades todas que há no modelo, que eu não conheço (nessa matéria eu não conheço nenhuma), irregularidades não sei se existem, corrupção não sei se existe, o que é que existe no modelo que leva o Sr. Primeiro-Ministro a afirmar o seguinte (e eu vou ler novamente porque nunca é demais):

O Sr. Primeiro-Ministro diz que “não podemos estar a financiar as companhias de aviação que vão para a Madeira ou que vão para os Açores e que não precisam de ser financiadas, nem há nenhuma razão para que os nossos impostos [nossos, parece-me que são mais deles e não dos açorianos] sirvam para financiar as companhias de aviação; financiar a mobilidade sim, financiar as companhias de aviação não”.

Agora eu pergunto ao Sr. Primeiro-Ministro: e por que é que terei de ser, quando os contatos de concessão das pontes, no continente, deram prejuízo? Por que é que foram os meus impostos, a financiar...

Deputado Francisco César (PS): Por acaso não foram os seus impostos!

O Orador: ... os contratos de concessão das pontes do continente?

E quando os contratos de concessão dos combóis, de financiamento das linhas, deram prejuízo, por que é que fui eu e os meus impostos a financiar isso?

E quando os contratos de concessão de autoestradas deram prejuízo, e grande, dos Governos Socialistas (contratos malfeitos), por que é que fomos nós, com os nossos impostos, nós todos, a pagar os prejuízos? A pergunta é essa.

Por que é que nas estradas, sem custos para o utilizador, também deram prejuízo, também fomos nós a pagar com os nossos impostos, Sr. Presidente do Governo? Essa é que é a questão.

Portanto, a expressão do Sr. Primeiro-Ministro é manifestamente infeliz, é manifestamente infelizmente, porque ele não diz em relação à Carris, em relação à CP, nem em relação às estradas de Portugal. Não diz rigorosamente nada sobre isso.

Deputado José San-Bento (PS): O seu argumento é muito pior, Sr. Deputado!

O Orador: É o Orçamento de Estado que cobre esses défices quando ele acontece na Carris, na CP, nas autoestradas, onde quer que seja. Portanto, também deve ser o Orçamento de Estado a financiar o défice que possa haver do plafond que haja para a mobilidade dos açorianos.

Essa é que é a realidade e isso foi uma afirmação infeliz do vosso Primeiro-Ministro e que os senhores bem a aceitam.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Nosso Primeiro-Ministro!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que aprecio e muito a capacidade de oratória e até mesmo de retórica dos Srs. Deputados André Bradford e Francisco César. Capacidade de oratória, porque conseguem vir aqui para este plenário, e já não é a primeira vez, puxar dos galões, se assumirem como os principais responsáveis e recolher todo o crédito por este novo modelo.

Este novo modelo inclui a liberalização das rotas aéreas entre a Terceira e o Continente e entre São Miguel e o Continente.

Portanto, o que aqui assumem claramente é que estão a favor e que mais do que estarem a favor foram os donos da proposta, foram os proprietários da ideia e depois é claro que entramos aqui nos conflitos sobre quem é que é o dono da criança.

Deputado Paulo Parece (PSD): O pai! Não há donos da criança!

O Orador: O PSD também se declara como o dono da liberalização. Portanto, assistimos a este debate infundável.

Agora eu não percebo, eu não chego a perceber, por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, como é que poderá reprovar esta proposta, porque se se reclama todo o crédito pelo atual modelo, então também depois de chegados os tais resultados técnicos que permitirão dar maior esclarecimento àquela que será a opção política sobre como melhorar este modelo, isto quer dizer que se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vier a reprovar este Projeto de Resolução, também vai ter que recolher no futuro, se calhar, não sabemos, porventura, dependendo dos tais dados técnicos, créditos pelo estabelecimento de tetos financeiros, condicionamentos de horários ou limitações ao número de viagens no âmbito do Subsídio Social de Mobilidade.

Portanto, terão que se explicar perante os açorianos e açorianos o porquê de estarem a limitar os seus direitos de mobilidade.

Depois também, capacidade de retórica. Porquê? Porque invertem o ónus do Projeto de Resolução. Não é a primeira vez que assistimos a essa estratégia aqui

nesta Casa, quando o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desafia toda a oposição. Então se tem soluções apresente-as, sabendo nós, até agora, que o único princípio inabalável é da liberalização total.

Portanto, os açorianos e açorianas não vão poder nunca, em parte alguma, pelo menos aqui nos Açores...

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua proposta, Sr. Deputado!

O Orador: ... vir a usufruir de uma regulação do mercado.

E essa regulação do mercado poderia ser feita como? Tal e qual como eu anunciei esta manhã: conferindo o direito ao Subsídio Social de Mobilidade, mas também impondo às companhias aéreas uma tarifa máxima a ser praticada junto ao cliente, mas é claro que segundo o Presidente do Governo Regional isso é impensável, porque isso era afastar, desde já, o interesse das companhias aéreas de baixo custo e isso é inatacável. Não se pode! Há aqui uma “vaca sagrada”, digamos assim.

Deputado Carlos Silva (PS): Ele não disse isso, Sr. Deputado!

O Orador: As companhias aéreas *low cost* não podem estar obrigadas a praticar uma tarifa máxima, apesar de se arrogarem de praticar os preços mais baixos do mercado. É verdade, praticam os preços mais baixos do mercado, quando não há procura. Quando não há procura, praticam de facto os preços mais baixos do mercado, mas se formos ver na época alta, muitas vezes companhias aéreas de baixo custo, tal como aqui o Sr. Deputado Artur Lima chegou a confessar e a assumir, as dez companhias aéreas *low cost*, praticam preços que são em nada *low cost*.

E depois os problemas da burocracia. A burocracia que podiam estar envolvidas as companhias aéreas de baixo custo: ai, não podem ser, porque existem imensos requisitos burocráticos e não podemos impor esses requisitos burocráticos às companhias aéreas de baixo custo.

Pois não!... Mas impomos essas exigências burocráticas aos cidadãos residentes que têm que reclamar o subsídio de mobilidade junto a um balcão dos CTT, tem que adiantar o dinheiro e muitas vezes não é pouco, aliás é bastante.

Portanto, todos os constrangimentos estão do lado dos residentes, para quê? Para defendermos aqui um negócio de viagens, segundo um modelo que confunde aquele que é um direito à mobilidade dos residentes e aqueles que são os interesses do setor do turismo.

Não estamos com isso a dizer que estamos contra o setor do turismo. O que estamos a querer dizer é que é preciso haver aqui uma distinção entre aqueles que são os interesses e os direitos dos residentes e aqueles que são os interesses do turismo, daí termos de ter uma intervenção no mercado e não basta a regulação, tal como o Grupo Parlamentar do PSD defende.

A ANAC o que é que vai fazer?

De facto, segundo o desafio lançado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista (está bem), o que é que a ANAC vai fazer? Vai detetar eventualmente irregularidades.

E depois disso? Vai agir como? Não sabemos. A ANAC pode limitar-se somente a vigiar o mercado e nada mais do que isso.

Deputado Manuel Pereira (PS): Acaba-se com a ANAC!

O Orador: Portanto, é preciso ter coragem de interferir no mercado e interferir pode-se fazer de variadas maneiras, de vários modos para não cairmos também naquele que é o modelo que atualmente vigora na Região Autónoma da Madeira, que de facto é totalmente desastroso, porque estabelece um teto, é verdade, mas é a atribuição ao Subsídio Social de Mobilidade por viagem e depois é o residente que paga o remanescente. Portanto, também acabam por pagar exorbitâncias.

Deputado Carlos Silva (PS): Qual é a sua proposta?

O Orador: Portanto, há aqui a necessidade de arranjar uma solução de bom-senso e a proposta do PSD vem aqui impor condições mínimas que devem ser obedecidas para não limitar a mobilidade dos açorianos. Condições mínimas!

Portanto, eu não estou a ver como é que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista poderá no futuro arriscar a recolher o crédito junto dos açorianos e açorianas, reclamar o crédito de averter condicionamentos de horários ou limitações ao número de viagens no âmbito do Subsídio Social de Mobilidade, a não ser que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo consiga nos garantir, aqui e agora, que nunca haverá qualquer tipo de condicionamento no que diz respeito aos horários ou limitações ao número de viagens no âmbito do Subsídio Social de Mobilidade, coisa que ainda não o fez e não o fez por alguma razão, é porque não consegue garantir isso.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não há muito mais a dizer sobre este debate.

Nós acabámos por ter aqui um conjunto de assuntos em discussão que acabam por não estar diretamente ligados à proposta do PSD.

A posição do Partido Socialista é clara e já foi manifestada por mim na anterior intervenção, mas os senhores continuam a querer discutir um conjunto de matérias que me parecem, a meu ver, que não têm nenhum reflexo, nem trazem nenhuma vantagem para o debate.

A primeira questão que se coloca tem a ver com a responsabilização. Os senhores querem acusar o Governo da República de centralismo; os senhores querem acusar o Primeiro-Ministro de centralismo...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que está em discussão!

Deputado Paulo Parece (PSD): É uma subserviência!

O Orador: ... quando o Sr. Primeiro-Ministro, e este Governo do Partido Socialista, foi aquele que mais direitos repôs à Região Autónoma do Açores, resolveu problemas históricos de diferente autonómico com o Governo da República.

É curioso!... O Sr. Primeiro-Ministro pode ter dito que os problemas deste modelo estavam relacionados com abusos eventuais de companhias aéreas que voam para as regiões autónomas.

Curiosamente o Sr. Primeiro-Ministro não falou do nome de nenhuma companhia aérea. O Sr. Primeiro-Ministro não identificou nenhuma companhia aérea.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Pois não! Tem culpas no cartório!

O Orador: O único partido que identificou uma companhia aérea como responsável pelo eventual problema do modelo de transportes foi o Partido Social Democrata. Foi o único que disse: a culpa é da SATA por estar a fazer tarifas acima daquelas que deveriam ser feitas.

Isso é que extraordinário! É que se alguém anti-autonomista na conclusão que teve sobre os problemas do modelo não foi olhar para a TAP, não foi olhar para a Ryanair,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se calhar porque a SATA é que é nossa!

O Orador: ... nem nos tempos da EasyJet, foi olhar para a única companhia que é propriedade dos açorianos.

Sobre esta matéria não irão contar connosco. Nós não demos orientações à empresa no sentido nem de ela baixar os preços, nem de ela subir os preços.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Garcia (PSD): Nós, quem?

Deputado Paulo Parece (PSD): O PS ou o Governo?

O Orador: A empresa achou e fez aquilo que devia fazer no sentido de se posicionar no mercado concorrencial até com bons resultados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os senhores costumam dar orientações à empresa?

O Orador: Infelizmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão não está aqui presente, porque eu tinha algumas matérias para lhe dizer em relação àquilo que escrevi. Aquilo que escrevi era aquilo que eu pensava e aquilo que penso em muitas das matérias.

Curioso! Nós estávamos a discutir um modelo em 2010, que custava na ordem dos 11 milhões de euros e a alternativa até era a liberalização total, aliás uma liberalização que nem era proposta pelo Partido Social Democrata nem por nenhum partido aqui nesta câmara, era proposta apenas pelo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada.

O PSD defendia um aperfeiçoamento do modelo anterior tal e qual como nós, até o financiamento de 1% do orçamento da Região nas palavras do Sr. Deputado Duarte Freitas, enquanto líder parlamentar, da sua estimada líder Berta Cabral.

Portanto, o passado é de cada um.

Eu, sobre as minhas matérias, responsabilizo-me. Tive dúvidas num determinado modelo. Continuo a ter em outras situações.

O meu passado é coerente com o meu presente e espero que seja certamente coerente com o meu futuro.

Deputado André Bradford (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Freitas tem agora a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há, aqui neste hemiciclo, uma pergunta, que paira,...

Deputado Francisco César (PS): Não é um elefante?

O Orador: ... uma questão que paira e que nós temos que ter uma resposta da parte do Sr. Presidente do Governo.

Deputado Francisco César (PS): Ele já respondeu a tudo!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo tem de nos dizer aqui e aos açorianos se concorda ou discorda que haja limites ao princípio da continuidade territorial. É uma resposta, sim ou não!

O Sr. Presidente do Governo se concorda que haja limites ao princípio da continuidade territorial diz “sim, concordo”; se não concorda...

Deputado José San-Bento (PS): Diz “não, não concordo”!

O Orador: ... que haja limites ao princípio da continuidade territorial, tal como o PSD também não concorda, diz “não concordo”.

Deputado José San-Bento (PS): La Palice não dizia melhor!

O Orador: Portanto, esta é uma pergunta elementar e é a prova do algodão, do autonomismo.

Deputado André Bradford (PS): Fiz-lhe cinco perguntas o senhor não respondeu a nenhuma!

O Orador: A prova do algodão, do autonomismo, é verdadeiramente o Sr. Presidente do Governo dizer se concorda ou não que haja limites ao princípio da continuidade territorial. É muito difícil responder a isto, Sr. Presidente? Sim ou não! É muito fácil de responder. Não leva tempo, não gasta do tempo do Governo, só tem que responder. Até pode ser em aparte, Sr. Presidente. Pode dizer em aparte se concorda ou não que haja limitação ao princípio da continuidade territorial.

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não!

O Orador: Ah!... O senhor não quer dizer. Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Quero!

O Orador: É muito simples. O senhor só tem que dizer, “sim, eu concordo com a limitação ao princípio da continuidade territorial e com as limitações ao Orçamento de Estado propostas pelo Primeiro-Ministro António Costa”, ou então diz, “não, eu não concordo com a limitação ao princípio da continuidade territorial tal como foi definido pelo Primeiro-Ministro António Costa, porque eu sou autonomista e defendo os Açores”. É muito simples, Sr. Presidente, é só dizer sim ou não!

De resto, é preciso perguntar verdadeiramente, e chegamos possivelmente ao final desta discussão, com o que é que o Partido Socialista discorda?

Deputado André Bradford (*PS*): Eu já disse!

O Orador: A gente já sabe o PCP com o que é que discorda.

Nós não podemos votar um Projeto de Resolução ponto a ponto, mas é preciso tentar perceber do que é que o PS tem medo ou do que é que o PS discorda efetivamente.

Deputado André Bradford (*PS*): Eu já disse o que tinha a dizer!

O Orador: Do Partido Comunista Português já sabemos. O Partido Comunista Português discorda do ponto um, desde logo, que diz “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera que o atual modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e a Madeira, que entrou em vigor a 29 de março de 2015, contribuiu para melhorar a mobilidade dos açorianos e deu um grande impulso à economia da Região”. O PCP disse claramente que discorda disto.

Eu gostaria de saber se o PS discorda ou concorda com este ponto um. Acho que concorda, posso tirar essa ilação, penso que sim.

Deputado André Bradford (*PS*): Se calhar vamo-nos embora e o senhor fica aí a dizer com o que é que gente concorda e não concorda!

O Orador: Bom, os senhores podem aquiescer, podem levantar-se e dizer... Eu percebi que concordariam, mas pronto! O primeiro ponto eu penso que o PS concordará.

Vamos a ver o segundo ponto se há alguma matéria para discordância da parte do Partido Socialista. Diz o seguinte: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera importante as alterações que conduzam à melhoria do atual modelo e salvaguardem a mobilidade dos açorianos, nomeadamente a simplificação do processo de reembolso das passagens aéreas dos residentes”.

O Partido Socialista, pelo que percebi, também concorda com este ponto dois. Toda a gente concorda, se calhar até o PCP. Mas pronto! Já discordou da primeira, já não está de acordo. Mas o Partido Socialista, ao que me parece, concorda com o ponto um e com o ponto dois.

Ponto três (vamos ver se é este que faz o PS discordar): “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera inaceitável a imposição de quaisquer tetos financeiros, condicionamentos de horários ou limitações ao número de viagens no âmbito do Subsídio Social de Mobilidade”.

Será que é com isto que o PS não concorda, ou que está incomodado, ou tem que receio, que o Primeiro-Ministro António Costa imponha os tais limites...

Deputado Paulo Parece (PSD): Aí é que está!

O Orador: ... à continuidade territorial que o Sr. Presidente do Governo não se quer pronunciar? Será que é isto? Eu espero que não!

Mais ainda vou ao quarto. Pode ser o quarto ponto! Vamos ver!

“Desta Resolução deve ser dado conhecimento ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente da Assembleia da República e a todos os Grupos e Representações Parlamentares nela representados, ao Sr. Primeiro-Ministro e ao Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas”. Será que é com isto que o Partido Socialista discorda?

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): É isso! Eu não queria dizer, mas é isso!!!

O Orador: Se calhar é isto.

Sras. e Srs. Deputados, fica no ar a grande questão: o Governo e o Partido Socialista acham que a continuidade territorial deve ter limites ou não?

Se disserem que acham que sim, a gente percebe. Discordam do ponto três.

Se disseram que acham que não deve haver limites, então concordam com tudo.

Votem a favor da resolução e vão ter mais força nas discussões do Grupo de Trabalho com o Governo da República.

Muito obrigado.

Deputada Mónica Seidi (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem agora a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Freitas, eu conheço esse jogo. Eu acho é que esse jogo não se deve jogar nesse assunto.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: Há aqui uma questão que os açorianos também não sabem a resposta e que antes de tudo eu acho que é importante saber, que é para perspetivarmos a sequência lógica das coisas.

O PSD-Açores mantém ou não mantém a sua concordância com o limite orçamental?

O senhor elogiou o atual modelo que tinha o limite orçamental. Pelas suas palavras eu não sei se mantém ou não mantém.

Segunda questão: eu já disse aqui qual é a posição do Governo. Todo e cada euro gasto na mobilidade dos açorianos é bem gasto. Todo e cada euro, a propósito da mobilidade dos açorianos que não é bem gasto, não é bem gasto e com isso nós discordamos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então apresente uma Resolução!

O Orador: Terceiro assunto: o Governo anda a trabalhar. Foi constituído este Grupo de Trabalho em outubro de 2017. Nós estamos em junho de 2018. Por que razão é que agora se deveria inverter toda a estratégia que se tem seguido, de primeiro esclarecer tecnicamente a questão e depois então passar à fase política? Porque o PSD acordou agora?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não! É porque o Sr. Primeiro-Ministro assim o exigiu!

O Orador: Não é razão suficiente.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez o Sr. Presidente do Governo respondeu *nin*.

Deputado Francisco César (PS): Não, não! Foi muito claro!

O Orador: Nem sim, nem não!

Quis tentar dizer (já não é a primeira vez) que sempre houve limites orçamentais, mas ninguém foi impedido de viajar.

O princípio da continuidade territorial sempre foi prosseguido. O princípio da continuidade territorial sempre foi prosseguido!

O que é preciso que o Sr. Presidente do Governo responda é se concorda ou não com o Sr. Primeiro-Ministro quando diz que vai ser 25 milhões e a partir daí as Regiões que se desenrasquem. Foi isso que ele disse no Parlamento nacional. Muito bem!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Não, não! O limite era para a Madeira!

O Orador: Sr. Presidente, quer me dizer então: parem aí! Boa notícia! O limite era para a Madeira! Para os Açores não vai haver limite!

Deputado André Bradford (*PS*): Não foi isso que foi dito!

O Orador: Sr. Presidente, o senhor disse que o limite era para a Madeira.

Vamos lá ver se a gente se entende. O Primeiro-Ministro disse que ia impor limites. Falou nos números que ia impor para a Madeira como limite, a partir do qual a continuidade territorial era passada para a Região Autónoma, no caso dos Açores. É tão simples quanto isso.

O senhor só tem que dizer se concorda ou não que a partir de certa limite venha para a Região Autónoma dos Açores. É tão simples quanto isso, Sr. Presidente do Governo. Diga sim ou não!

Há limitação à continuidade territorial ou não. O senhor só tem que dizer isto. Não é responder *nin*, porque isso não serve aos açorianos.

Deputado Paulo Parece (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Depois, votar contra esta Proposta de Resolução... Quantas Propostas de Resolução e Projetos de Resolução aprovámos aqui para definir princípios de processos que estavam em andamento? Quantos? Para afirmar a nossa posição, a posição das açorianas e dos açorianos?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Quantas vezes?

E se há um assunto importante para as açorianas e para os açorianos é este da mobilidade e por isso este Parlamento teria que se pronunciar dizendo

claramente que para nós não deve haver limites ao princípio da continuidade territorial que é isso que neste momento pode estar em causa.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo para este debate.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O CDS continua a aguardar que a Sra. Secretária do Turismo nos esclareça em relação às negociações do interline com a Delta Air Lines.

Deputado Francisco César (PSD): Ó senhora, não tem nada a ver com isso!

Deputado Marco Costa (PSD): Então a Sra. Secretária que o diga!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem a ver com encaminhamentos!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: O Sr. Presidente do Governo, hoje de manhã, lembrou, e bem, que o atual modelo trouxe muitas outras alterações além do preço do bilhete. Uma das alterações foi exatamente esta. A lógica da *gateway* única e a política dos encaminhamentos, na qual todos os açorianos teriam direito a viajar para uma ilha de destino, independentemente da porta de entrada.

Portanto, no âmbito desta lógica, a Sra. Secretária Regional afirmou aqui que estava a negociar acordos interline com a companhia para...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Ó senhora, mas não é isso que está aqui a ser debatido!

A Oradora: Não querem responder. Não tem problema nenhum. Os açorianos ficam a saber que o Governo Regional, quando lhes interessa, faz afirmações nesta Casa, e quando lhes é pedido justificações, afinal o assunto não lhes interessa.

Deputado Paulo Parece (PSD): Apoiado!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas o CDS irá pedir, por requerimento, à Sra. Secretária do Turismo que venha prestar esclarecimentos aos açorianos em relação aos acordos interline que disse que estava a negociar.

Em relação ao Sr. Presidente do Governo Regional,...

Deputado Carlos Silva (PS): Mais um debate de urgência para isso!

A Oradora: É impressionante! O PS quer mandar em tudo, inclusivamente nas figuras regimentais...

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não quer!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: ... que a oposição pode utilizar, qual o momento em que a oposição pode intervir.

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Sr. Presidente do Governo, percebo e explicou muito bem aos açorianos, que precisa de resultados do estudo técnico para se poder pronunciar e por que é que agora, a determinado momento, a oposição quer que o Governo Regional se pronuncie.

A questão que se coloca é muito simples: é porque o Ministro das Infraestruturas não precisou dos resultados técnicos para achar que o modelo de mobilidade de financiamento tinha que ser regionalizado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E o Primeiro-Ministro também não precisou do resultado dos estudos técnicos para vir dizer que o modelo assim não funciona, porque as companhias estão a inflacionar os bilhetes.

Deputado Luís Garcia (PSD): Apoiado!

A Oradora: Portanto, perante declarações políticas desta natureza, da República, o Governo Regional não pode continuar com este silêncio ensurdecador e tem que dizer aos açorianos o que é que pensa destas declarações políticas.

Em relação à questão de termos de reconhecer que este Governo da República, pela primeira vez, financiou as Obrigações de Serviço Público inter-ilhas, eu pergunto-lhe: então se este Governo da República fez uma transferência para a Região para subsidiar a mobilidade inter-ilhas, por que é que o preço das passagens inter-ilhas não baixou?

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Francisco César (PS): Já tinha baixado um ano antes!

Deputado Carlos Silva (PS): Se o avião está cheio como é que baixou!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Presidente do Governo, tem agora a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2015, quando foi aprovado este modelo, o PSD teceu loas a este modelo, com um limite orçamental de 16 milhões de euros.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Uma estimativa!

O Orador: Não é estimativa! Limite orçamental de 16 milhões de euros. Se o senhor acha que é estimativa não conhece do que está a falar, porque está no Decreto 16 milhões de euros.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Alguém deixou de viajar por causa disso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Neste momento, o modelo custa... 26 milhões de euros, custou em 2017.

Portanto, a primeira questão que é preciso responder, para se passar à frente, sobre o que é que se salvaguarda, o que é que se considera, é isto: deve ou não deve haver limite orçamental?

Em 2015, o PSD-Açores concordou e elogiou o modelo que previa limite orçamental.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não está homologado no Orçamento! Como é que executa se não está homologado no Orçamento?

O Orador: Agora, recusa-se a dizer se mantém ou não mantém essa posição?

O que é mudou entre 2015 e 2018?

Mudou o Governo da República!

Isto é maneira de defender os interesses dos Açores?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Duarte Freitas pede a palavra para uma interpelação. Tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou fazer chegar à Sra. Presidente o diploma que prevê o Subsídio de Mobilidade onde não há qualquer teto orçamental – primeira questão.

Segunda questão (e coloco uma pergunta técnica, Sra. Presidente): para se executar uma determinada verba pública tem que estar no Orçamento ou não tem?

Presidente: Sr. Deputado Duarte Freitas, vai-me desculpar, mas como é lógico não me compete a mim, na qualidade de Presidente da Assembleia, responder a questões destas.

Quanto ao documento, pois aguardaremos.

Presidente: Sr. Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Orçamento do Estado para 2015, uma lei aprovada na Assembleia na República, destinou 16 milhões de euros para o Subsídio Social de Mobilidade. Está na lei.

Os senhores como é que votaram o Orçamento de Estado para 2015? Votaram contra?

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ó senhor e quantas verbas foram executadas a mais? O que é que isso tem a ver?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Votaram a favor!

Portanto, esta discussão está inquinada, à partida, por um dado muito claro. É que o PSD que elogiou o modelo... Mais!... Que faltou à verdade dizendo que ele é que era o pai do modelo, que ele é que tinha convencido o Governo Regional dos méritos deste Governo, agora que é preciso tomar decisões, ou pelo menos que se constata que a previsão de 2015 deste modelo falhou redondamente,...

Deputados Duarte Freitas e João Bruto da Costa (PSD): E a de 16?

O Orador: ... (falhou redondamente!)...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... o que é que o PSD faz?

Lava as mãos: “não, isso já não é nada... Nós? Pai do modelo? Nós não somos pai do modelo!”

Ó, Sr. Deputado Duarte Freitas, vamos a ver se nos entendemos aqui.

Só faz sentido esta Proposta de Resolução...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ... se houver uma resposta a uma questão à qual o PSD ainda não respondeu:...

Deputado Paulo Parece (PSD): O senhor também não respondeu às perguntas que lhe colocámos!

O Orador: ... deve ou não deve haver, na vossa perspetiva, limite orçamental para o Subsídio Social de Mobilidade?

O que é que mudou? A vossa posição mudou ou não mudou?

A posição do Governo Regional continua muito clara. Qualquer euro ou cêntimo gasto na melhoria das acessibilidades aéreas dos açorianos é um euro e um cêntimo muito bem gasto.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito bem!

O Orador: Qualquer euro ou qualquer cêntimo, mesmo que a propósito disso, não cumpra critérios de eficiência, então é preciso tomar medidas em relação a isso.

Agora, em termos de sabermos neste momento a posição de cada um, a posição do Governo é clara. E a posição do PSD alterou-se desde 2015?

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Eu não vou entrar neste jogo do gato e do rato. Eu vou escusar-me a dizer quem é o gato e quem é o rato, mas há uma coisa que é clara e o Sr. Presidente do Governo já deixou clara, que eu também já deixei clara e que me parece absolutamente evidente.

Qualquer orçamento tem que prever a verba a ser gasta e a ser executada. Portanto, se o orçamento previu...

Deputado Francisco César (PS): Hein? Foram os senhores que propuseram!

O Orador: Sr. Deputado, deixe-me acabar, se faz favor.

Se o Orçamento previa 16 milhões de euros e esses 16 milhões de euros não chegaram e se gastou efetivamente 26, alguém pagou esse excedente.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Claro, é evidente!

O Orador: A pergunta que está aqui para se fazer não é se há um teto orçamental.

Deputado André Bradford (PS): É, é!

O Orador: A pergunta que há aqui a fazer é se a verba que foi prevista for excedida quem é que paga? Essa é que é a pergunta, porque verba tem sempre que haver.

Deputado André Bradford (PS): Mas isso presume limite orçamental!

O Orador: Não, não, Sr. Deputado. Não é limite orçamental. Tem que haver verba...

Deputado André Bradford (PS): É, é! Para haver excedente tem que haver limite orçamental, senão não é excedente!

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Sr. Deputado, para haver um excedente tem que haver verba prevista no Orçamento, por isso é que também há défices, não é verdade? Se o

senhor excede o Orçamento há défices, não é verdade? Ou é o limite? O senhor não gasta mais do que aquele? Não gasta!

Os hospitais se têm um orçamento de 80 milhões e gastaram 90, não se trata mais doentes porque acabaram os 80 milhões, é isso que o senhor está a dizer? Não!... Vamos lá ver se a gente se entende então!

Então o que eu estou a dizer é que tem que haver verba cabimentada, orçamentada, se é 16, se é 20, se é 26.

Deputado André Bradford (PS): Isso é o país das maravilhas!

O Orador: Agora pelos vistos deve ser 26 ou 25. A questão é, se por acaso, por qualquer eventualidade, essa verba destinada ao Subsídio de Mobilidade, for ultrapassada, quem é que deve assumir o excesso?

Deputado Francisco César (PS): Não é essa a questão!

O Orador: É o Governo Regional ou é o Governo da República? A pergunta é só é essa.

Deputado Francisco César (PS): Não, não é!

O Orador: Porque o senhor tem que fazer uma provisão de quanto custa o subsídio de mobilidade e pôr essa verba no Orçamento, como fazem aqui no Orçamento Regional...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Em tudo!

O Orador: ... e se às vezes é ultrapassado, de alguma maneira acontecem défices, não é?

Portanto, este senhor que está aqui disse que 16 milhões (está escrito) não eram suficientes para aquele desiderato, não é verdade? E pelos vistos o senhor que está aqui tinha razão.

Agora, o senhor que está aqui está a dizer-lhe (ele é que me chamou senhor e eu estou a responder-lhe na mesma moeda) que se a verba prevista para o Subsídio de Mobilidade no Orçamento de Estado for ultrapassada a pergunta é: quem deve pagar,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): A Região!

O Orador: ... a Região ou a República? Ponto final, parágrafo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, Sr. Deputado Duarte Freitas:

Dezasseis, vinte seis!

Qual é o limite para vós aceitável?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Parece (PSD): Isto é que é fazer uma pergunta!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente, como é que eu vou responder à pergunta do Sr. Presidente? Dá-me um minuto?

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente do Governo, eu já fui claro naquela que é a posição do CDS.

O que for orçamentado pelo Governo da República (eles é que sabem o que é que têm em conta não sou eu, e o senhor também sabe porque se calhar tem essas contas) se for 20 é 20, ponham lá 20; se 20 não chegar e se gastar 26 paga o Governo da República. É essa a posição do CDS.

Deputado Duarte Freitas (PSD): E do PSD!

O Orador: A posição do CDS é esta. E se for necessário 26, se se chegar à conclusão, depois dos estudos apurados que estão a fazer, que foi 26, é 26.

Se faltar paga o Governo da República!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não há limite!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso mesmo! Não há limites! O senhor sabe isso perfeitamente!

O Orador: Obviamente que não há. Não há limite.

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Há uma verba cabimentada e que se for excedida obviamente o Governo da República tem que assegurar a continuidade territorial...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... constitucionalmente consagrada.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: É tão simples quanto isso, Sr. Presidente. Acho que fui claro nessa matéria.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O CDS também esgotou o seu tempo para este debate.

De momento a Mesa não tem inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver.

Sra. Secretária tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (Marta Guerreiro):

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

A Sra. Deputada Graça Silveira estava ansiosa por me ouvir.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Os açorianos!

A Oradora: Naturalmente que esta resposta fica para o final, porque não está relacionada com este debate, mas naturalmente aqui fica a resposta pedida.

Em primeiro lugar, eu não anunciei nada. Eu respondi a uma pergunta que me foi colocada com base na clareza que se impõe nestas questões.

Em segundo lugar, como na altura foi referido, sim, estava em curso uma negociação entre duas empresas. Portanto, essa negociação entre duas empresas decorre entre ambas, não com a intervenção do Governo Regional.

Como é público, para quem está atento, foi dito pelas duas empresas que para este verão não foi possível formalizar esta ligação que exige desenvolvimentos técnicos complexos.

É importante não confundir isto com aquilo que são os encaminhamentos gratuitos,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não há encaminhamentos gratuitos, isso é falso!

A Oradora: ... que só são aplicáveis às viagens com destino ou origem do continente português ou da Madeira. São coisas completamente distintas.

Outra coisa é querer inferir daqui que pode haver algum condicionante à derrama dos turistas que vêm dos Estados Unidos por todas as ilhas. É falso e é forçado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Diz aqui, Diário das Sessões: “posso dar nota que há negociações em curso!”

A Oradora: Perante a decisão da Delta de vir em força para os Açores, que é algo que nos deve encher a todos de muito orgulho por aquilo que representa esta decisão, o nosso empenho tem sido todo no sentido, como é natural, de promover os Açores neste mercado, com várias iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas no mesmo de forma a que todas as ilhas sejam promovidas e tenham atratividade que esta aposta efetivamente representa.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sra. Deputada Graça Silveira, para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, agradecia que fosse distribuído a todas as bancadas o Diário das Sessões (posso informar qual foi de novembro ou de outubro, poderei dizer depois com precisão, quando a Sra. Secretária disse aqui claramente: “posso dar nota de que há negociações em curso e que as mesmas estão a ser ultimadas”.

Portanto, acabou de dizer ao CDS que não fez negociações nenhuma. Eu percebi mal, que não eram negociações.

Presidente: Sra. Deputada, não pode entrar em debate.

A Oradora: Não estou em debate. Estou só a dizer que agradecia que a Sra. Presidente fizesse distribuir pelas várias bancadas o diário das sessões onde a Sra. Secretária faz essa afirmação aqui, neste plenário.

Presidente: A Mesa fará essa pesquisa para depois distribuir.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para corrigir uma informação que dei previamente à câmara e que não era correta.

Eu falei que o Decreto de execução do Subsídio Social de Mobilidade estabelecia um limite de 16 milhões. Isso não é correto. Portanto, eu gostaria de corrigir esta informação.

No entanto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/A, de 2015, de 2 de outubro, no seu ponto 3.º, estabelece esse limite e essa Resolução foi assinada pelo Primeiro-Ministro de então Pedro Passos Coelho.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

Julgo não haver mais inscrições.

Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando trouxemos este Projeto de Resolução aqui, em abril, e foi chumbada a sua urgência, eu referi na declaração de voto que temia que esse chumbo pudesse trazer consequências gravosas para uma das matérias mais importantes para o futuro dos Açores.

Ora, hoje, aqui, acabámos por confirmar os receios que tínhamos, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque aquilo que nós estávamos a propor, que era uma afirmação do Parlamento Regional em nome das açorianas e dos açorianos, dizendo que admitíamos melhorias e correções ao modelo, mas que não admitíamos retrocessos no modelo e que não admitíamos que pudesse haver limites à continuidade territorial, aqui, hoje, acabou por ser chumbado pela maioria do Partido Socialista, que eu só posso interpretar como o Partido Socialista aceder ao Primeiro-Ministro António Costa que quer impor limites a partir dos quais quem vai ter que pagar é o Governo dos Açores.

Da parte do PSD-Açores o alerta fica, mas fica também a vigilância, porque da nossa parte não deve haver limites ao princípio da continuidade territorial e se se atingirem os montantes orçamentais tem que ser o Orçamento de Estado a

entrar e nunca o Orçamento Regional porque isso era um golpe no princípio da autonomia e no princípio da continuidade territorial que tem sido sempre prosseguido por todos os governos de todas as cores políticas. E se deixar de ser prosseguido ficará uma nódoa negra, uma marca negra no Partido Socialista dos Açores e no Partido Socialista nacional.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista pediu a palavra para fazer uma declaração de voto para que não haja qualquer tipo de dúvida de que a razão do voto contra do Partido Socialista a esta proposta reserva-se, ou está relacionada exclusivamente com a questão do tempo em que a proposta está a ser feita.

A proposta está a ser feita enquanto uma comissão técnica está a analisar o modelo de acessibilidades à Região. Neste modelo o Governo dos Açores tem um representante seu e como partido responsável que somos achamos que não devemos meter a “carroça”, neste caso como diz o povo, “à frente dos bois”.

Devemo-nos pronunciar, devemos agir e tomar uma posição política quando for o tempo da política e esse manifestamente não é o tempo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual é o tempo?

O Orador: É o tempo da comissão analisar tecnicamente este modelo até que nós necessitamos desses próprios dados para nos podermos pronunciar.

Esta posição do Partido Socialista não se alterou desde a última vez que o PSD trouxe exatamente este problema aqui, porque objetivamente não há nenhum

dados novos sobre o processo que está a decorrer de análise do modelo de Obrigações de Serviço Público.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Nós votámos favoravelmente esta iniciativa na defesa dos interesses dos Açores, tendo consciência de que desta forma estamos a defender os interesses dos Açores, porque nós não estamos apenas na defesa dos Açores, onde isso não incomoda o nosso partido ou não incomoda um Governo que é sustentado politicamente pelo nosso partido.

A defesa dos Açores tem que se fazer em todas as circunstâncias, governe quem governe; seja suportado pela força política que tiver essa maioria e fornecer esse apoio parlamentar.

Mas nós o que consideramos fundamental é o seguinte: é que não podemos ignorar o que foi dito pelo Primeiro-Ministro de Portugal na Assembleia da República.

Alguns defenderam aqui que nada se alterou. A verdade é que se alterou tudo. Alterou-se tudo, na medida em que há um anúncio por parte do Primeiro-Ministro que disse duas coisas fundamentais. A primeira é que irá colocar um limite em relação ao Subsídio Social de Mobilidade que transfere para as Regiões Autónomas. É inequívoco! E essa é uma questão nova. Essa questão altera, de facto, o modelo atual, altera esse modelo.

É preciso reagir a esta declaração nesse sentido.

A segunda questão é que imputa responsabilidades nomeadamente à SATA dizendo que está fazendo dinheiro à custa dos contribuintes portugueses e

também aqui é necessário dar uma resposta por parte do Governo Regional que tutela essa empresa e dizer-lhes que não deu instruções, não permitiu que a empresa praticasse preços utilizando esses mecanismos. São estes dois pontos. Estes dois pontos são dois pontos fundamentais.

Votar a favor nesta perspetiva significa defender os interesses dos Açores.

Votar contra este Projeto de Resolução significa ser conivente com o plano que o Governo da República tem, que já anunciou na Assembleia da República, no sentido de restringir e de imputar responsabilidades financeiras à Região nesta matéria.

Quem votou a favor prestou um bom serviço à Região Autónoma dos Açores, teve patriotismo autonómico.

Quem votou contra, votou contra uma posição, que era uma posição essencial neste momento e nesta matéria para defender os interesses dos Açores.

Quando é que o momento é o momento adequado?

Quando estiver já decidido e for irreversível?

Não!

O momento adequado é quando uma posição política de força, votada unanimemente pelo Parlamento pudesse ter consequências políticas.

Isso não aconteceu, responsabilidade da maioria parlamentar nos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições para declaração de voto.

Vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Eram 18 horas e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Conforme foi distribuído por todos o PPM retirou a iniciativa referente ao ponto quatro da nossa ordem de trabalhos. Sendo assim, avançamos para ponto cinco:

Projeto de Resolução n.º 41/XI – “Pedido de admissão da Região Autónoma dos Açores como membro associado da UNESCO”, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Os tempos são os do processo legislativo comum que a Conferência de Líderes deliberou para serem utilizados nestas figuras regimentais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

É a segunda vez que apresento este Projeto de Resolução no âmbito dos 10 anos em que desempenho funções parlamentares.

No âmbito desta legislatura apresentei várias legislativas que se podem contextualizar em mecanismos de promoção da identidade dos Açores e promoção da autonomia dos Açores e dos mecanismos de autogoverno.

Lembro que nesta mesma legislatura já apresentei uma proposta para terminar com o fim da proibição de partidos regionais, uma outra para a criação de um Domínio de Primeiro Nível da Região Autónoma dos Açores, ainda uma outra para a Proteção, Dignificação e Divulgação dos Dialectos Açorianos, outra para a criação de seleções desportivas açorianos e, por exemplo, uma outra que também contextualizo na promoção da identidade própria dos Açores e seu sistema político, a criação do Canal Parlamento Açores.

Portanto, esta é a sexta proposta que contextualizo nesta matéria e neste caso o que se pretende é simples, é que a Região Autónoma dos Açores passe a integrar a Unesco como membro associado.

Esta proposta visa reforçar a presença internacional dos Açores, a visibilidade dos Açores, ainda por cima numa organização de grande prestígio, em que os Açores fundamentalmente nas duas áreas que são fundamentais para esta organização ou que identificam bem a natureza desta organização, nas áreas ambientais e na área cultural, são áreas em que os Açores têm uma particular importância, um particular interesse de promoção e de visibilidade.

Devo dizer que a nossa perspetiva é afirmar os Açores internacionalmente numa organização de grande prestígio, defender os interesses dos Açores em particular nestas duas áreas que são duas áreas em que temos interesses específicos muitos grandes e fundamentalmente também afirmar no panorama internacional a identidade dos Açores.

Há algumas perguntas que importa agora responder muito brevemente, antes de se iniciar o debate. Uma das questões é: é possível territórios autónomos integrarem a UNESCO, ou apenas o acesso à UNESCO, enquanto membro com capacidade de participar estatutariamente e nos trabalhos, está reservada a Estados soberanos?

Não! A resposta é não. Não está reservada apenas a Estados soberanos. Atualmente já existem 11 regiões dotadas de autonomia política que integram a UNESCO.

Evidentemente a proposta e a iniciativa é apresentada pelo Estado, pelo Estado nos quais essas regiões se integram. Para dar alguns exemplos, basta dizer que por exemplo as Ilhas Faroé, ou Macau, ou Nova Caledônia, fazem parte desta organização.

A segunda pergunta é a seguinte: há algum caso em que uma entidade territorial autónoma ligada à administração portuguesa pertença já a uma Agência da ONU?

É verdade, há um precedente e esse precedente é o da Organização Mundial do Turismo que a Madeira integra desde 1995. É uma Agência da ONU que a

Região Autónoma da Madeira integra e que os Açores não integra. Nesse âmbito constitui um precedente importante.

Devo dizer também que estou consciente que a despesa não é muito significativa para a Região. Normalmente uma das áreas de debate neste Parlamento é sempre quanto é que significaria?

Em relação à quotização anual é preciso dizer o seguinte: há valores muito diferentes, conforme os países.

Por exemplo, os Estados Unidos pagou, em 2018, 71 milhões de dólares e o Canadá 20 milhões, mas, por exemplo, Cabo Verde apenas 3 mil dólares. Isso tem a ver com a dimensão e a dimensão económica do país.

Posso dizer-vos que estes territórios autónomos que integram a UNESCO pagam em média 1.950 dólares por ano. Portanto, do ponto de vista financeiro, não significa um incremento da despesa muito significativo. O que estou convencido que significa é um incremento do prestígio da Região muito significativo e uma visibilidade externa também bastante significativa.

Sinteticamente são estes os objetivos que se pretendem atingir e naturalmente estou disponível para responder às questões que entenderem colocar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alonso Miguel.

(*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na anterior legislatura, como disse agora mesmo o Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi apresentada e debatida nesta Casa uma iniciativa em tudo semelhante a esta que agora nós analisamos e, no fundo, o que está em causa é a possibilidade tão somente de recomendarmos ao Governo Regional que o Governo Regional inste o Governo da República a solicitar a adesão dos Açores como Membro associado da UNESCO.

Ora, o CDS continua a achar, tal como tivemos oportunidade de expressar aquando do debate da iniciativa apresentada na anterior legislatura, que a obtenção deste estatuto, de Membro associado da UNESCO, seria um aspeto benéfico para a Região.

Na altura, a maioria socialista, com base num parecer jurídico dos serviços desta Assembleia, chumbou a iniciativa alegando que a Região Autónoma dos Açores não era sujeito de direito internacional e que a referência feita a territórios na constituição da UNESCO excluía as Regiões Autónomas portuguesas.

O PS dizia que a proposta era tentadora, mas que não era viável.

Também na altura o Sr. Deputado Artur Lima, dizia e naturalmente bem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Não é muita gente que dizia isso!

O Orador: ... que esta proposta fazia sentido na medida em que nós devemos ser ambiciosos e que foi a nossa ambição que nos permitiu ter, por exemplo, o nosso Estatuto Político-Administrativo como temos atualmente, quando existiam pareceres jurídicos que eram profundamente contra algumas das nossas pretensões e que hoje estão devidamente consagradas no nosso Estatuto. Nesta e noutras matérias foram tomadas decisões políticas e que nada tiveram que ver com pareceres jurídicos. Continuamos hoje a pensar assim e por isso mesmo o CDS continua a achar que mais do que tentadora esta proposta é exequível.

Nós temos a obrigação de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para valorizar e afirmar os Açores. A nossa autonomia foi sempre assim, um processo difícil, conquista após conquista e sempre em luta contra o centralismo. Por isso mesmo, mais do que tomar posições com base em pareceres que nós obviamente respeitamos, temos que avaliar se a adesão dos

Açores como Membro associado da UNESCO seria benéfica para a Região ou não.

Se sim, e o CDS considera que sim, então não podemos ser nós, o primeiro órgão da autonomia, a barrar esta mais-valia, devemos, sim, viabilizar esta iniciativa e transferir esta responsabilidade de dissipar as dúvidas jurídicas para a República ou eventualmente mesmo para a própria UNESCO.

Os Açores devem ter a ambição de ter assento na UNESCO e nós devemos arriscar. Se o Estado achar que sim e aceitar ficamos apenas então dependentes da interpretação da UNESCO; caso o Estado acho que não e que esta é uma competência exclusiva de política externa e que não deve ser partilhada, então pelo menos nós saberemos que fizemos tudo o que era possível e que esticámos a corda até onde era possível esticar.

Mas, Sras. e Srs. Deputados, é bom recordar que o Estado português, independentemente das suas cores partidárias, muitas vezes, e em diversas matérias, deixa muito a desejar no que toca à defesa dos interesses dos açorianos e dos Açores ao nível das relações externas.

Basta nós repararmos no paupérrimo desempenho do Governo da República no que diz respeito ao processo de descontaminação de solos e aquíferos da Ilha Terceira,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... da Praia da Vitória, e onde nós podemos facilmente constatar que os nossos interesses e os nossos direitos estão longe de estar assegurados e estão longe de estar devidamente representados, neste caso em concreto em relação ao rasto de poluição e à pegada ambiental deixada pelos milhares norte-americanos.

Portanto, este poderá ser mais um passo importante para a nossa autonomia, mas nós só o saberemos se arriscarmos e se tentarmos.

Se for essa a via, independentemente de nós conseguirmos que os Açores assumam este estatuto de Membro associado da UNESCO, nós saberemos, no entanto, que mais uma vez tudo fizemos e que lutámos para o aprofundamento da nossa autonomia e para a valorização e afirmação dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

O Partido Socialista participa nesta discussão de uma forma habitual recorrendo àquilo que, no nosso entender, deve ser o critério de apreciação das iniciativas aqui no nosso Parlamento, um critério de oportunidade e também um critério ou um juízo de mérito destas iniciativas.

Portanto, nós não estamos aqui perante qualquer tipo de campeonato autonómico na abordagem desta questão da UNESCO. Queria que isso ficasse absolutamente claro no início da minha intervenção.

Queria também recordar que os Açores já têm duas zonas objeto de uma distinção importante da UNESCO, nomeadamente a zona central da cidade de Angra do Heroísmo e também a paisagem da cultura da vinha da Ilha do Pico.

E por que é que isso aconteceu? Por que é que os Açores têm estas duas distinções e por que é que os Açores têm vários outros processos que são alguns deles, creio eu, públicos, em preparação?

Isto acontece porque a nossa Região, e é esse o nosso entendimento, já está representada através da participação do Estado soberano na UNESCO e do ponto de vista do Partido Socialista (e eu apelo aqui para essa compreensão) nós

não ganhamos nada, antes pelo contrário, em passarmos deste estatuto em que estamos representados através do nosso Estado soberano, através de um circuito que tem prova dadas, que tem funcionado, que o Governo reconhece como muito válido, para passarmos para um estatuto de membro associado que é, do ponto de vista prático, substancialmente diferente.

É por isso que do nosso ponto de vista não faz sentido esta iniciativa, passar de pleno direito para membro associado, decorrente de não sermos sujeitos do direito internacional. Do nosso ponto de vista, isto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não afirma os Açores no plano internacional, não defende os interesses dos Açores, nem muito menos contribui para a afirmação dos Açores no plano nacional (os três objetivos que o senhor anunciou para a sua iniciativa).

Eu relembro que estes circuitos têm dado provas de funcionar e foi explicado pelo Sr. Secretário numa das deslocações ou audições que participou na Comissão de Política Geral. Esse aspeto também ficou claro e, portanto, o quadro atual é o quadro ideal e suficiente para afirmar e defender as nossas pretensões.

Portanto, é por esse conjunto de razões que o Partido Socialista não viabilizará mais uma vez esta iniciativa do PPM.

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Depois da intervenção do Sr. Deputado José San-Bento até poderia ter ficado com dúvidas acerca da orientação do voto do Bloco de Esquerda relativamente a este diploma, quando o Sr. Deputado José San-Bento diz que nós não precisamos estar lá, nós Açores, como membros associados da UNESCO,

representados neste órgão, para defender aqueles que são os nossos interesses e para zelar por aquilo que é o nosso património.

Mas lembro que Portugal até pode ter prestado até agora um bom serviço aos Açores, enquanto defensor dos nossos interesses e mais especificamente quanto às duas nossas zonas que estão neste momento classificadas como património da UNESCO, a cidade de Angra do Heroísmo (o centro histórico) e a Paisagem da Cultura da Vinha do Pico.

Pois é, podíamos pensar dessa forma. Mas subsistem algumas deficiências nessa representação. Por exemplo, Portugal não pertence ao grupo de trabalho que analisa as consequências das alterações climáticas nas regiões insulares e isso poderia de certa forma interessar à nossa Região.

Portanto, há, por vezes, prioridades que são de um todo nacional que não são propriamente ou que não coincidem com aquelas que são as prioridades da nossa Região. Portanto, haveria toda a vantagem em estarmos representados como membros associados da UNESCO.

Ora, e toda a gente vê vantagens neste Estatuto que a Região poderia adquirir: a Universidade dos Açores, que num primeiro parecer que deu à primeira iniciativa apresentada pelo PPM na última legislatura, assumiu claramente que este estatuto de membro associado poderia ser vantajoso, porque permitiria a participação da Universidade dos Açores nos programas apoiados por esta organização, mais concretamente nas obras com mais-valia e até mesmo com acordos internacionais e de cooperação internacional.

Fico às vezes com a impressão de que o que interessa aqui por parte do Governo Regional e do Partido Socialista é obtermos a certificação ou o estatuto de património, tanto no caso de Angra do Heroísmo como no caso da cultura da vinha da Ilha do Pico.

Uma vez obtido esse Estatuto parece que não interessa zelar por aqueles que são os nossos interesses, por aqueles que são os interesses destas zonas

classificadas, porque senão o Partido Socialista não teria qualquer reserva em votar favoravelmente esta proposta do PPM.

A ideia que subsiste aqui é que para o Partido Socialista uma que, obtendo o estatuto de Património Mundial da UNESCO, se calhar não precisamos de muito mais; se calhar estamos bem assim, porque o que interessa é mesmo transmitir a imagem de que temos algo de distinto.

Quanto ao zelar por esse mesmo estatuto, talvez não seja assim de grande interesse, senão vejamos:

No caso de Angra do Heroísmo temos assistido a obras que são, no mínimo, questionável, como por exemplo, a construção de um hotel no Canta Galo, que é uma autêntica aberração; depois temos a reconstrução daquele que foi o jardim dos Cortes Reais que não tem nada a ver com aquilo que era o original, temos uma Biblioteca Pública do Arquivo de Angra que, pelo menos no seu exterior, não tem nada a ver com o resto.

Recentemente, assistimos em Angra do Heroísmo a um autêntico atentado que foi betonar o muro pedonal da Prainha.

Ora, se nós estivéssemos representados na UNESCO a zelar pelos nossos próprios interesses e a obter vantagens dos nossos Estatutos de Património Mundial, quer na Ilha do Pico, quer na Terceira, através da cidade de Angra do Heroísmo, se assim fosse, se calhar as pessoas começavam a ver mais vantagens em termos de zonas classificadas como património da UNESCO e se calhar não tínhamos casos como, por exemplo, o do Sr. Deputado Artur Lima que acha que os arqueólogos são uns empecilhos.

Nesse caso toda a gente veria grandes vantagens em termos sítios classificados como património mundial pela UNESCO, se nós tivéssemos a possibilidade de junto à UNESCO de zelar pelos nossos próprios interesses.

Lembro também que recentemente tivemos notícia de que na Ilha do Pico havia um projeto, não sei se ainda existe esse projeto, mas pelo menos foi apresentado

publicamente, um esboço digamos assim, da construção de um hotel, em plena Paisagem Protegida da Vinha da Ilha do Pico.

Portanto, parece que vale tudo, por vezes. Vale tudo!... Porquê? Porque o que interessa mesmo é obter o estatuto de Património Mundial da UNESCO e quanto a zelar pelos nossos interesses e pelas vantagens que poderíamos obter desse estatuto parece que não interessa nós estarmos representados como membros associados deste órgão das Nações Unidas.

O Deputado Alonso referiu e com toda a razão (e não podia concordar mais com o Sr. Deputado Alonso), que também interessa aqui testar aqueles que são os limites da nossa autonomia. Isso foi dito pela minha camarada de bancada, Deputada Zuraida Soares na anterior legislatura, quanto a esta mesma iniciativa legislativa.

Em 2014, aquando do debate desta iniciativa, o Partido Socialista reprovou essencialmente porque teríamos que ser mais do que autónomos para pertencer a este órgão.

Agora lendo o relatório da Comissão que apreciou a iniciativa que estamos agora a debater, eu fico algo surpreendido quando vejo a posição do Secretário-Adjunto da Presidência, quando dá pelo menos a entender, senão o assume mesmo explicitamente que agora o problema não é termos que ter mais autonomia do que aquela que temos para pertencer a este órgão.

Agora, o problema é que se calhar a nossa autonomia poderia sair diminuída por virmos a fazer o pedido ao Estado português para virmos a pertencer à UNESCO.

Portanto, ficamos nesta dúvida: se há quatro anos era porque não tínhamos autonomia suficiente, agora é porque a nossa autonomia pode ser beliscada de alguma forma.

Gostaria de obter esclarecimentos por parte do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência acerca daquilo que foi dito na reunião da Comissão que apreciou esta mesma iniciativa.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Caras Colegas:

Relativamente a esta matéria e a esta proposta apresentada pelo PPM é importante fazer algumas referências sobre algumas evidências quando estamos a discutir este assunto.

Em primeiro lugar, parece-me importante e legítimo discutir o que é que é a UNESCO hoje para os Açores e o que é são os Açores hoje para a UNESCO.

Qual foi o percurso e o caminho que nós fizemos enquanto Região Autónoma, integrada no Estado português, no âmbito daqueles que são hoje os instrumentos da UNESCO, de valorização do território nas suas diversas componentes, desde logo, a perspetiva cultural e também a perspetiva ambiental?

Temos nos Açores o Centro de Angra, enquanto património mundial; temos classificado enquanto património mundial a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico; temos também, no âmbito da classificação das Reservas da Biosfera, a Ilha do Corvo, a Ilha das Flores, a Ilha Graciosa e mais recentemente as Fajãs de São Jorge; temos também em curso, como já é público, o processo de classificação da cultura da baleia, como foi também tornado público um processo que está em curso em parceria com os municípios da Ilha do Pico e com o Governo Regional que manifestou, desde logo, o apoio

a essa iniciativa; em curso também a inscrição no inventário nacional daquilo que são os bailinhos e as comédias do Carnaval da Ilha Terceira.

Portanto, é este o percurso que tem vindo a ser feito pela Região Autónoma dos Açores, pelos órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores, pela sociedade civil da Região Autónoma dos Açores e pelas mais diversas entidades que têm participado ativamente nestes processos e o sucesso desses processos, a conclusão de vários desses processos está à vista e é hoje um património importante de valorização do nosso património e naturalmente de valorização da nossa Região.

Outra constatação e referência que me parece relevante nesta matéria: este não é um debate sobre o termómetro autonómico,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... sobre o que cada um acha e entende sobre aquilo que deve ser o processo de construção autonómica ou até a forma como devem ser testados os limites das nossas competências autonómicas. Não é isso de todo que está em causa neste diploma. E é, na nossa perspetiva, redutor, que se aprecie esta resolução, do Partido Popular Monárquico, tendo por base esse princípio ou essa referência.

Aliás, desse ponto de vista, com mais ou menos concordância, com mais ou menos intensidade, com mais ou menos razão, a verdade é que todos os partidos neste Parlamento já deram provas e contributos ativos para o aprofundamento da construção desse processo autonómico. Portanto, não é isso que está aqui em causa.

Outra questão que me parece importante, e na nossa perspetiva um erro, é o facto do proponente desta Resolução comparar ou querer equiparar uma Região Autónoma como a nossa com os designados territórios ultramarinos com especificidades bem diferentes,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as Faroé!

O Orador: ... territórios esses ultramarinos administrados na grande maioria dos seus casos pela coroa, portanto com dimensões constitucionais, estatutárias, de relacionamento com o Estado, no caso com a coroa, bem diferentes do que aquela que existe hoje na Região Autónoma dos Açores.

Também é importante dizer que da lista atual dos 11 membros associados apenas um tem uma classificação como património mundial. Refiro-me à Nova Caledônia. Todos os outros, Saint-Martin, Ilhas Faroé, Curaçao, Antígua, não têm qualquer classificação, nem isso foi um pressuposto para serem membros associados.

Também é importante dizer, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão é de história (é essa a sua área), é importante lembrar, porque certamente o Sr. Deputado saberá, em que momento histórico foi introduzida esta norma na constituição da UNESCO, em consequência naturalmente da ONU, relativamente à permissão de membros associados, em que na altura os processos de colonização e de descolonização estavam na ordem do dia e era importante também garantir pressupostos de representação no âmbito de um enquadramento de relacionamento...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... no caso com o Estado colonial bem diferente daquele que existe hoje na Região Autónoma dos Açores...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e no relacionamento da Região Autónoma dos Açores com o estado português, como se sabe um estado unitário com regiões autónomas.

E também é preciso dizê-lo, porque esta questão não é uma questão apenas jurídica, mas é importante dizê-lo que existe um parecer deste Parlamento (dos serviços deste Parlamento!)...

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Anexo ao parecer!

O Orador: ... quando esta matéria foi discutida em 2014, em que o parecer deste Parlamento apresenta inúmeras reservas relativamente à possibilidade da Região Autónoma dos Açores ser membro associado da UNESCO.

Nós, enquanto Região, sabemos onde é que estamos. Nós temos noção bem clara de onde é que estamos e da forma como aproveitamos os instrumentos no âmbito da representação externa da nossa Região e cumprimos aquilo que consta no nosso Estatuto, aquilo que consta na nossa Constituição e é inquestionável os avanços que temos tido, como aliás foi referido pelo Sr. Deputado Alonso Miguel, lembrando as referências do Sr. Deputado Artur Lima, no âmbito daquele que foi o processo da construção na última revisão do Estatuto que tivemos também neste Parlamento.

Portanto, temos consciência disso e as provas estão à vista. Basta, por exemplo, avaliar o trabalho e o papel que tem tido o Presidente do Governo ocupando diversos cargos ao nível comunitário em Bruxelas, que nos engradecem, que nos credibilizam e que tem a função prática fundamental de lá defender os nossos interesses, valorizando não só a Região Autónoma dos Açores, mas todas as regiões ultraperiféricas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: E é importante dizê-lo de forma muito clara: existe esse parecer que naturalmente não pode ser um parecer desconsiderado, que eu acho que é importante, e desse ponto de vista eventualmente a própria Comissão, permitam-me esta intromissão nos poderes do Parlamento, poderia também ter ido mais longe no âmbito daquela que era a avaliação da possibilidade e recolha de mais pareceres relativamente a esta matéria, mas há uma matéria importante relativamente às vantagens e desvantagens.

Aquilo que está em causa é o seguinte: os Açores estarem, enquanto membro associado, na Conferência Geral da UNESCO, que reúne de dois em dois anos, ao lado das Ilhas Virgens Britânicas, das Ilhas Caimão, das Ilhas Faroé, da

Nova Caledônia, daqueles que são os atuais 11 membros associados que têm dimensões completamente diferentes daquela que existe hoje na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: E a vantagem que existe entre ser membro associado, observador, sem direito a voto nessa Conferência Geral que reúne de dois em dois anos ou fazer parte do Estado português, um estado de pleno direito que tem representação permanente nessa Conferência Geral com direito a voto, com possibilidade de influência para ver assuntos discutidos e que, em nenhum momento, em nada nos diz que os Açores não possam acompanhar o país e a representação permanente do país na Conferência Geral da UNESCO quando estiverem em causa, aliás, como diz também o nosso Estatuto Político-Administrativo, questões que no âmbito cultural digam respeito à Região Autónoma dos Açores.

Portanto, existe a reserva jurídica clara, como consta aliás no parecer deste Parlamento, mas existe também a reserva relativamente às vantagens de estar enquanto membro associado, observador, sem direito a voto, ou estar integrado na representação do Estado soberano, esse sim, com direito a voto e que pode naturalmente e tem aliás a obrigação de se fazer acompanhar da Região Autónoma dos Açores quando estiverem em causa discussões que digam respeito diretamente à Região Autónoma dos Açores.

Portanto, do nosso ponto de vista, neste momento, eram estas as considerações que julgamos importante esclarecer para que fique claro aquilo que estamos a falar quando se trata de ser membro associado e observador e quando se trata de avaliar aquelas que são as vantagens e desvantagens e, do nosso ponto de vista, alterar o modelo e passar a ser observador não nos parece que seja absolutamente claro que teremos vantagens. Julgamos que é exatamente o contrário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Centro Histórico da Cidade de Angra do Heroísmo e a Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, ambas classificadas como património mundial, bem como a Rede Mundial de Reserva da Biosfera com galardão atribuído ao Corvo, à Graciosa, às Flores e ainda às Fajãs de São Jorge e também o Geoparque Açores incluído na lista de Geoparques Mundiais da UNESCO, são vários os exemplos que nos mostram as relações estreitas que os Açores mantêm com a UNESCO.

Esse relacionamento próximo entre a Região Autónoma dos Açores e a Organização das Nações Unidas para a educação, ciência e cultura, poderia ser beneficiado e ainda mais aprofundado se viesse a ocorrer a admissão dos Açores como membro associado da UNESCO.

Por exemplo, como foi referido pelo Sr. Reitor da Universidade dos Açores, no seu parecer em 2014, na anterior iniciativa do PPM, a maior proximidade aos centros de decisão pode vir a ser útil à Universidade, na medida em que poderá permitir a participação nos programas apoiados pela UNESCO e gerar dinâmica de cooperação internacional.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A categoria de membro associado da UNESCO poderia certamente trazer à Região benefícios vários, sendo que a maior proximidade que assim seria gerada deveria trazer ganhos no tratamento de assuntos das atuais e futuras classificações nas zonas dos Açores com galardão da UNESCO.

No entanto, a Representação Parlamentar do PCP defende que deve ficar previamente assegurado que tal admissão dos Açores como membro associado da UNESCO não venha trazer pesados encargos financeiros para a Região, assim como não pode ser colocado em causa a relação de Portugal como estado membro da UNESCO.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vou começar por responder às questões que o Sr. Secretário Berto Messias colocou e que se me permite mostrou uma má preparação técnica em relação a este assunto.

Deputado André Bradford (PS): Olhe que não! Foi exatamente o contrário!

O Orador: A questão é a seguinte:

Diz o Sr. Secretário que os estados a que eu fiz referência são estados em que existe uma Coroa. Eu gostava de saber na Nova Caledônia... Eu não sei quem é que é o rei da França atualmente...

(Risos da câmara)

... mas eu penso que o Macron...

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu disse vários, não disse todos!

O Orador: ... ainda não se candidatou a isso. É o Presidente de França!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Eu disse vários estados são administrados pela Coroa! Vários!...

O Orador: Em relação a Macau, eu não sabia que o Império tinha regressado. Eu pensei que o Império tinha terminado em 1911, na China. Aliás, há um filme famoso sobre o último Imperador que lhe posso aconselhar.

Portanto, há um conjunto de referências, absolutamente a despropósito, que demonstram uma falta de conhecimento tremendo. Aliás, confundir o Estatuto de Estado associado com Estado observador é mais uma calinada de enorme dimensão, porque obviamente são dois estatutos completamente diferentes.

O Sr. Secretário dizia: o senhor quer os Açores seja observador.

Eu não sei qual é a dúvida. Está aqui escrito: membro associado, não é membro observador. Obviamente que o Sr. Secretário estava mal preparado (aliás esta não é a sua pasta) para esta matéria.

Depois o Sr. Secretário diz: bom, mas nós passamos a não estar representados pelo país.

Oiça!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Onde é que está o Secretário da Educação?

O Orador: Quero perguntar-lhe também... Sra. Presidente, não há condições...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Paulo Estêvão precisa de condições para poder continuar a sua intervenção.

Deputado André Bradford (PS): E a gente para continuar a ouvi-lo!

O Orador: Depois, o Sr. Secretário, para além destas confusões todas que são preocupantes e que mostram o mau conhecimento desta matéria, também dizia que isso são territórios ultramarinos e têm um estatuto colonial.

Eu gostava, Sr. Secretário, que esta gravação não circulasse junto das reuniões em que os Açores participam juntamente com estes territórios, porque o que o senhor acabou de dizer é altamente ofensivo. Eu não sei o que é que o Presidente do Governo Regional irá fazer quando se reunir com os Presidentes destas regiões a que o senhor diz agora que são coloniais e ultramarinas, ou seja, que são os restos dos Impérios.

Por isso, nesse sentido também, Sr. Secretário, há uma coisa que não lhe antevejo, é que possa ter uma boa carreira diplomática no futuro, com referências deste tipo.

Depois, quero dizer-lhe também: referiu o parecer o jurídico. O parecer jurídico está cheio de erros de interpretação (está cheio de erros de interpretação!).

Eu vou só dar um exemplo. Podia dar sete ou oito, mas não tenho tempo, mas quando se diz no parecer que o Vaticano é um território sem Estado, é bastante difícil de verificar. Então a Praça de São Pedro em que país é que fica? Na Itália é?

É porque esse tipo de referências aos Estados que foram efetuados no parecer estão praticamente todos errados. Portanto, esse parecer jurídico não tem qualquer tipo de validade e está tecnicamente mal elaborado.

Sem ser ofensivo vou dizer aquilo que penso sobre a postura deste Governo:

Eu acho que este Governo é o Governo mais centralista da história dos Açores (este Governo é o Governo mais centralista da história dos Açores!). É um Governo que submeteu o autogoverno dos Açores aos interesses do Governo da República.

Os senhores têm uma postura de obediência cega ao poder central. Mesmo agora se viu no âmbito das comemorações do Dia de Portugal, senão nunca teriam deixado que a bandeira dos Açores tivesse sido retirada para ser colocada apenas a bandeira nacional.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não tem nada a ver!

O Orador: Tem tudo a ver, Sra. Presidente. Estamos aqui a falar,...

Deputado André Bradford (*PS*): Nada disso é verdade!

O Orador: Sim, sim, sim!

... no âmbito das comemorações que foram efetuadas.

Deputado Francisco César (*PS*): Não é verdade!

O Orador: Os senhores são o Governo mais centralista, mais subordinado ao poder central da história dos Açores.

Eu não me revejo na vossa postura que é profundamente humilhante para os Açores no contexto em que estamos a viver.

Depois, devo dizer também o seguinte:

Está novamente errado, na apreciação técnica que fez, porque eu vou dizer-lhe aqui algumas das competências que têm as regiões associadas:

- participar sem direito de voto nos debates da Conferência Geral;
- participar em condições de igualdade com os restantes membros com exceção do direito de voto na discussão de todas as questões que afetam a tramitação dos trabalhos:
- propor a inscrição (veja bem!) de qualquer assunto na Ordem do Dia provisória da Conferência;
- receber em condições idênticas aos restantes membros todos os avisos, documentos e atas de trabalho;
- ser tratados de forma idêntica aos restantes membros no que diz respeito à convocação das reuniões extraordinárias;
- usufruir do direito nas mesmas condições aos restantes membros;
- submeter propostas ao Conselho Executivo, etc., etc., etc.

Portanto, há um grande conjunto de competências que os Açores poderia exercer.

Depois, quando o senhor diz (também está errado nessa matéria), “o Estado já nos representa”, eu quero dizer-lhe sobre isso duas coisas:

Em primeiro lugar, o Estado, nós, se entrarmos num eixo, não vamos ser uma nação independente, da mesma forma que as Ilhas Faroé também não são.

O Estado Português não fica amputado do território dos Açores, portanto continua a representar o conjunto do Estado e as duas regiões autónomas, obviamente.

Depois, é evidente, e com tudo o que isso significa, que passamos a ter uma voz própria e específica no âmbito da organização. Ou seja, há um acréscimo. Não se perde nada, porque nós não passamos a ser uma Região independente, mas ganha-se uma voz própria e a capacidade de agendar assuntos. E até lhe digo outra coisa: candidaturas! Porque todos os Estados estão limitados no âmbito das candidaturas que apresentam. Por exemplo, para zonas classificadas têm um conjunto de candidaturas que podem efetuar e, portanto, evidentemente no país há o Algarve, o Alentejo, os Açores, a Madeira... Bom, nós passaríamos a ter a capacidade de fazer as nossas próprias propostas com independência da disponibilidade e do conjunto de compromissos do Estado. Portanto, deixaríamos de ficar limitados àquelas que são as candidaturas anuais que o Estado português pode apresentar.

Portanto, há um conjunto de vantagens. Não há nenhuma desvantagem, nenhuma verdadeiramente, porque isto não é um “grito do Ipiranga”, não é uma independência formal.

O que há é juntar à presença do Estado nesta organização também a presença dos Açores. Normalmente é apresentada a questão económica que eu não vi aqui abordada. É muito cara. É o que é dito em relação ao Domínio.

Deputado José San-Bento (PS): Ninguém falou nisso. O senhor está inventando!

O Orador: Foi isso que foi referenciado: é muito caro.

Seleções desportivas, a mesma coisa.

Desta vez são 1900 dólares, mas esse critério não foi apresentado aqui por ninguém. Portanto, também não fica caro. Tem vantagens e não fica caro para a Região.

Portanto, tem grandes, grandes, grandes vantagens de afirmação da Região e a Região teria tudo a ganhar.

Em relação aos seus argumentos eu penso que estão perfeitamente desmontados. Basta dizer só o seguinte, respondendo também ao Sr. Deputado José San-Bento, a quem agradeço a forma cordata como entrou neste debate, bem diferente do Sr. Deputado Berto Messias:

V. Exa. acha que o Estado defende, em todas as circunstâncias, bem o interesse da Região?

Eu pergunto-lhe o que é que Presidente do Governo Regional vai fazer às Bilaterais?

Então não precisamos. Só estaria lá o representante dos Estados. Estamos tão bem representados.

Aquela gente, aqueles diplomatas lembram-se sempre de defender os interesses dos Açores? Esta é uma verdade história tão incontestável na Base das Lajes. Defenderam sempre tão bem os interesses dos Açores, lembraram-se sempre de nós me primeiro lugar. É a primeira coisa que está na cabeça deles: Açores! Açores! É o primeiro interesse que eles têm.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): E o segundo, açorianos!

O Orador: Mas o Sr. Presidente do Governo Regional que faz questão de estar presencialmente nestas comissões, se calhar acha que nem sempre será assim, que nem sempre o Estado representa bem os nossos interesses.

Penso que podemos juntar o melhor de dois mundos: o Estado defende os nossos interesses, porque Portugal continua a lá estar e continua a representar o conjunto do Estado e nós também lá estamos a defender os nossos interesses.

Eu só vejo vantagens e mais do que isso, algumas vezes, muitas vezes na nossa história, o Estado não defendeu bem os interesses dos Açores.

No âmbito da UNESCO, em duas áreas que são fundamentais, a cultura e o ambiente, nós vamos ter a certeza que os nossos interesses vão ser bem defendidos, sabe porquê? Porque nós podemos agendar os nossos assuntos para serem discutidos no âmbito da UNESCO.

Portanto, não vejo nada contra este Projeto de Resolução que possa colocar em causa. Vejo apenas má vontade por ser de um partido da oposição. Vejo apenas é uma posição de subordinação ao poder centralista, medo do poder centralista e vejo apenas sentado naquela bancada o Governo mais centralista da história da autonomia dos Açores.

Presidente: Sr. Deputado César Toste tem agora a palavra.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Haja saúde!

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Haja muita!

Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sobre o Projeto de Resolução...

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Haja saúde!

O Orador: Mas repito!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não, não tem razão, Sr. Presidente. Ele disse, haja muita!

O Orador: Sobre o Projeto de Resolução – “pedido de admissão da Região Autónoma dos Açores como membro associado da UNESCO”, o Grupo Parlamentar do PSD-Açores considera ser uma potencialidade que devemos valorizar.

Perante a evolução da UNESCO nos Açores devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para continuar a valorizar interna e externamente a nossa Região Autónoma.

Como já se falou, em 83, a zona central de Angra do Heroísmo, em 2004 a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, mais recentemente a Rede Mundial de Reservas da Biosfera da UNESCO.

E muito mais caminho podemos e necessitamos fazer para continuar a valorizar o nosso património cultural e natural e outras áreas como património cultural da humanidade.

É vantajoso aprofundar esta relação e instigar o Governo da República a solicitar a admissão dos Açores.

Como já foi referido, o parecer solicitado à Universidade dos Açores então em 2014, era positivo e também o Sr. Secretário para a Presidência para as Relações Externas salientou que, e está no relatório da Comissão, “os Açores tem um conjunto de atividades que necessitam de uma maior proximidade e na sua opinião tudo o que der visibilidade aos Açores é de salutar”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E referenciou o parecer da Universidade dos Açores dizendo que é importante que os Açores tenham cada vez mais competência e concorda com o parecer emitido pela Universidade anteriormente. Poderia ser uma mais-valia.

A admissão dos Açores como membro associado da UNESCO pode-nos ser favorável, mas também pode-nos ser difícil.

Ao colocarmos as vantagens e as desvantagens na balança o que pesa mais?

O Sr. Secretário Berto Messias perguntou o que é que é a UNESCO para os Açores e o que é os Açores para a UNESCO?

Realmente nesta evolução é importante nós termos cada vez mais presença na UNESCO.

Nós gostamos muito, quando chegamos a um destino dos Açores, ouvir dizer que a cidade de Angra é património mundial; chegarmos ao Pico e ouvirmos dizer que é património mundial; chegarmos à Graciosa, às Flores dizermos que é reserva da biosfera, mas muito mais. O Sr. Secretário falou. Falou da cultura baleeira, falou do património do Carnaval e muito mais pode ser feito e se nós tivermos esta presença lá vai ser muita mais voz que iremos ter lá.

Como o Sr. Deputado Paulo Estêvão referenciou, quando o Sr. Presidente do Governo vai à bilateral não tem direito se calhar a voto, mas tem presença e é mais uma vez os Açores que está a ser referenciado.

Se Portugal estiver com os Açores na UNESCO é mais uma voz, não se perde nada e a UNESCO é tão importante para os Açores, porque muito há ainda a fazer em cada ano que passa. Por exemplo, na cultura subaquática, que há pouco tempo nós avaliamos e nós vemos que é importante defendê-la e que se calhar a nossa presença na UNESCO vai reforçá-la. Nas vantagens e desvantagens, não pesam mais as vantagens?

Não concordo consigo, respeitando a sua opinião, Sr. Deputado San-Bento, que não ganhamos nada. Ganhamos!

Então o Sr. Presidente do Governo Regional não ganha nada em estar na bilateral? Ganha! Nem que seja simplesmente a sua voz a dizer, os Açores está presente aqui!

Então na UNESCO não ganhamos, nem que seja quando Portugal esquecer de nós, dizer “nós estamos aqui!”. Nós podemos marcar a agenda como referenciou o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Portanto, é para nós importante.

Colocando estas situações, nós iremos votar favoravelmente este Projeto de Resolução.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caras e Caros Colegas:

Farei uma breve intervenção, em primeiro lugar, para reiterar tudo aquilo que disse na minha primeira intervenção. A minha primeira intervenção é absolutamente clara e ficará registada no Diário das Sessões.

Também é importante realçar que aquilo que eu referi relativamente àquilo que são hoje os membros associados, referi que vários eram os territórios ultramarinos, assim designados e administrados pela Coroa e não disse que eram todos.

Mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem, enfim, esta arte de tentar deturpar aquilo que os seus interlocutores dizem quando um debate pode...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os territórios Britânicos são ou não territórios ultramarinos?

O Orador: ... eventualmente não estar a correr assim tão bem.

E também, Sr. Deputado, permita-me dizer-lhe:

O Sr. Deputado parece o Bruno de Carvalho da política açoriana.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é ofensivo!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Além de ter sido usado hoje não vai acabar bem!

O Orador: Veja-se o que o Sr. Deputado disse há pouco...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é bastante ofensivo! Para mim é bastante ofensivo!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Francisco César considerou isso insultuoso! Merece um protesto!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): O senhor é do Benfica?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para um protesto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário Regional está no uso da palavra.

O Orador: Veja-se e atenda-se àquilo que disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão quando estávamos a falar. Esse comportamento e essa avaliação, na minha perspetiva e na minha opinião tem, de facto, uma semelhança tendo em conta os acontecimentos nacionais no Sporting nos últimos tempos, que é esse parecer jurídico está mal feito. O parecer jurídico não corrobora a minha perspetiva e, portanto, está mal feito. Não vale nada. Está mal feito! Não vale nada!

Isto mostra também a conceção que o Sr. Deputado Paulo Estêvão tem daquilo que é este Parlamento e o exercício legítimo de discordância...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que todos nós podemos e devemos ter com as propostas que são aqui apresentadas.

Eu nem me vou referir às referências sobre a preparação e impreparação. Enfim!... A mim não me afetam absolutamente nada, nem me tiram um segundo de sono, mas são aliás useiras e vezeiras na boca do Sr. Deputado Paulo Estêvão, porque quando um interlocutor neste Parlamento discorda da sua perspetiva é imediatamente insultado...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Insultado?

O Orador: ... e é posta em causa a sua capacidade. Enfim!... Mas eu considero...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu insultei-o?

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor diz-me que eu sou igual ao Bruno de Carvalho e eu é que insulto-o?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é à frase, isso é à letra!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Considero que não é na nossa perspetiva aceitável que existe um parecer que me parece relevante neste processo e que é uma matéria relevante a ter em conta neste processo e que o proponente diga que o parecer não vale nada,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não disse isso!

O Orador: ... não é importante, está mal feito e está cheio de erros.

Parece-me a mim que do ponto de vista político e tendo em conta aquilo que estamos aqui a avaliar, é uma matéria importante a ter em conta.

Há a questão jurídica que é na nossa perspetiva relevante e há também a questão, também na nossa perspetiva, das vantagens ou desvantagens entre ser membro associado sem direito a voto e entre fazer parte da representação permanente do nosso país na Conferência Geral da UNESCO.

Essa é uma postura perfeitamente clara e volto a dizer aquilo que disse na minha primeira intervenção:

Não está em causa, Sras. e Srs. Deputados, o termómetro autonómico, nem tão pouco o algodão...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor acha que deve baixar à Comissão outra vez?

O Orador: ... sobre o teste autonómico e sobre quem acredita mais ou quem contribuiu mais ou menos para a construção da nossa autonomia.

Que não se misturem os conceitos, que não se misturem os debates.

A proposta do PPM é legítima, com certeza que é. Da mesma forma que é legítimo concordar ou discordar daquilo que consta na proposta e neste momento existem demasiadas reservas jurídicas e até substantivas daquilo que acontece nos órgãos da UNESCO que nos parece que esta matéria deve ser melhor aclarada e mais clarificada.

Quanto à referência feita, enfim, um pouco fora do assunto em causa sobre centralismos ou descentralismos, Sras. e Srs. Deputados, o trabalho do Governo

dos Açores distribuindo o investimento público, por todas as ilhas da nossa Região, é claríssimo. Tem o reconhecimento das açorianas e dos açorianos, existem desafios que têm que ser vencidos com certeza, mas estamos perfeitamente à vontade no trabalho que tem vindo a ser desenvolvido e não é uma mentira dita muitas vezes que passa a ser verdade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto.

Presidente: Protesto a?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Protesto por me ter sido associada uma figura que tem realizado declarações fascistas. **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Já se sabia que isto não ia acabar bem!

O Orador: Portanto, eu não quero ser associado a uma figura deste tipo.

Presidente: O Sr. Deputado também provavelmente não é do Sporting. Tem a palavra, Sr. Deputado. Três minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Não, não sou, não sou! Tenho muitos defeitos, mas esse não.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Sr. Secretário acabou de ser insultuoso quando me compara evidentemente ao Bruno de Carvalho e diz que eu sou o Bruno de Carvalho deste Parlamento.

Deputado José San-Bento (PS): Da política açoriana! É mais alto!

O Orador: É evidente que é o Bruno de Carvalho que diz não leiam os jornais, é o Bruno de Carvalho que apela à violência, é o Bruno de Carvalho que tem declarações fascistas. Portanto, acho insultuosa a ofensa que V. Exa. me dirigiu. O senhor explicou, é porque não concorda com o parecer jurídico.

Oiça!... Eu não concordo muitas vezes e algumas vezes ganhei os processos quando recorri e outras vezes não, mas é isso que acontece com o poder judicial. Quando não se concorda com um parecer ou uma decisão judicial pode-se recorrer e em Portugal nos Estados democráticos pode-se recorrer sobre uma opinião e pode ser uma opinião jurídica diferente.

Portanto, não é por isso que V. Exa. está autorizado a comparar-me com uma figura que tem esta conotação e peço a V. Exa. que me peça desculpa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional para um contraprotesto tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo:

Sra. Presidente, apenas para dizer o seguinte ao Sr. Deputado Paulo Estêvão:

Se a minha referência foi ofensiva naturalmente que me retrato e peço-lhe desculpa, mas também me parece, permita-me dizer-lhe, que também na vida política e no debate político é importante termos também algum *fair play*...

Deputado Marco Costa (PSD): Com golos!

O Orador: ... e algum humor.

A referência que fiz ao Presidente Bruno de Carvalho foi exatamente igual àquela que o Sr. Deputado Duarte Freitas fez hoje de manhã referindo-se ao Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não foi bem assim!

O Orador: Portanto, com humor também me parece que é um exercício de engrandecimento da atividade política.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente para esclarecer um ponto que me pareceu importante e acho que foi abusivo.

Queria começar, todavia, por referir, que agora percebemos melhor. Esta iniciativa da parte do PPM não era só mais uma para um campeonato autonómico que o Sr. Deputado Paulo Estêvão procura travar contra si próprio, por aquilo que se vê, mas também serviu para permitir retirar uma conclusão completamente descabida sobre o Governo Regional e a postura do Governo Regional que, aliás, nem vale a pena perdermos tempo a rebater isso.

Também não vou aqui voltar a referir os argumentos essenciais que já foram referidos. Acho que toda a gente percebeu. Até para variar eu senti que toda a gente me escutou. Portanto, o que é importante aqui salientar, e acho que foi uma generalização abusiva, que quer o Sr. Deputado “Bruno”...

(Riso dos Deputados da bancada do PS)

... Paulo Estêvão, (um equívoco) quer o Sr. Deputado Toste, fizeram.

Deputado António Parreira (PS): Toste não, eu estou aqui!

O Orador: Já não há sentido de humor, Sra. Presidente.

O que eu queria dizer... Srs. Deputados, vamos diretos ao assunto. Se me permitirem, eu prometo que sou muito rápido.

Não se pode generalizar quando o que eu disse é que no caso da UNESCO (até dei alguns exemplos, procurei fundamentar juridicamente o nosso ponto de vista) as coisas correram bem e que estão a correr bem. Portanto, não há razões para mudarmos.

Nós não temos, Srs. Deputados, um complexo autonómico.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos essas questões resolvidas. O nosso passado político, o nosso passado partidário está resolvido, os que sempre foram do PS, os que não

foram e passaram a ser. Quer dizer, nós não temos complexos desses, nós não temos um complexo autonómico, que é sempre uma solução supostamente autonómica, que defende a autonomia, que defende a autonomia.

Vamos olhar para as coisas de uma forma desprendida, de uma forma racional e perceber onde é que nós devemos aplicar recursos e onde é que não vale a pena despender recursos, porque gerir também é isso.

Como todos sabem, nós temos escassez de meios e não podemos atender a tudo. Portanto, daí dizer-se e dar como contra-argumento ao que eu disse que então não é importante a presença dos Açores na Comissão Bilateral e outras questões que foram referidas, não faz qualquer sentido, é um argumento descabido e é uma interpretação completamente abusiva das minhas palavras.

Tentei ser muito claro, entrar neste debate de boa-fé, creio como toda a gente fez. Portanto, era isso que eu queria deixar aqui esclarecido e consequentemente, como eu também já referi, penso que não irei intervir mais, é por essas razões e por essa ponderação muito realista, muito séria, muito ponderada e não por qualquer outra questão que o Partido Socialista não aprovará mais uma vez esta iniciativa. Já o disse e é tão simples quanto isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em primeiro lugar, responder ao Sr. Deputado José “Estaline”, não, José San-Bento, e dizer-lhe o seguinte:

V. Exa. não apresentou aqui nenhum tipo de argumento. Eu rebati os seus argumentos. O senhor disse: bom, passaríamos a estar representados como território associado e não pelo país.

Eu disse-lhe: nós não declaramos independência. O Estado Português representa o conjunto do território nacional e continuará a representar como a Holanda e a Dinamarca representam o conjunto do território nacional não deixam de representar com certeza, por exemplo, no caso da Dinamarca as Ilhas Faroé. Esse argumento não vingou.

O outro argumento que V. Exa. apresentou foi, mas nós não precisamos. Eu já vi nalguns relatórios que afinal há candidaturas que os Açores não fez, porque a nível nacional existiam outras regiões que o país queria apresentar antes.

Deputado José San-Bento (PS): Não é nada disso! O senhor fique lá na sua!

O Orador: Esse seria, por exemplo, o problema que deixaria de existir, porque os Açores passariam a ter a sua própria quota e poderiam apresentar as suas próprias candidaturas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: É evidente que nós podíamos apresentar as nossas próprias candidaturas e agendar os nossos próprios assuntos.

Este não é um debate no abstrato. É fácil dizer aí umas coisas assim para o ar, mas na verdade, quando se lê os Estatutos, o que se verifica é que a Região passa a ter... Vou ler-lhe outra vez:

“Passa a ter a capacidade de agendar um conjunto de propostas junto do conselho executivo”. Percebe?

Aí há uma diferença fundamental. Passa a ter todas as prerrogativas e todas as vantagens de integrar o território nacional e passa a ter todas as vantagens de ter uma presença na UNESCO para poder apresentar o interesse específico dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Não é esse o nosso entendimento e eu deixei isso claro!

O Orador: Sabe que eu sou de história não posso concordar com esses pergaminhos da autonomia desde Adão e Eva. Não passa comigo, porque eu vou dizer-lhe: aquela bandeia que está, os senhores abandonaram o Parlamento dos Açores, na altura da votação da bandeira dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): A sua história é negra!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

O Orador: Isto é um facto histórico.

Presidente: Mas nada tem a ver com esta matéria, Sr. Deputado.

O Orador: Acabei de referenciar um facto histórico. O Partido Socialista, abandonou o Parlamento dos Açores para não votar a bandeira dos Açores.

Presidente: Nada tem a ver com esta matéria.

O Orador: Não vale a pena dizer que estão com a autonomia desde o início porque não estão, continuam a não estar e são um partido centralista e são um partido e um Governo que neste momento, com a Presidência do atual Presidente do Governo Vasco Cordeiro, é o Governo mais centralista da história dos Açores. Mantenho essa afirmação.

Os senhores não defendem o interesse da Região em muitos temas que são temas fundamentais.

Olhem mesmo no debate anterior, em que V. Exas., por obediência ao Governo da República do Partido Socialista, não tomaram a posição correta.

Presidente: Deputado Paulo Estêvão, tem que se centrar na matéria em causa, até porque a iniciativa é sua.

O Orador: Com certeza. Eu estou aqui a falar da afirmação dos Açores junto do Estado central e afirmação dos Açores junto de entidades externas em que podemos ter uma voz própria e isto é autonomia, Sra. Presidente, aliás, um desafio autonómico que V. Exa. bem referenciou no seu último discurso, para o referenciar.

Agora o que eu considero que é fundamental é este conjunto de argumentos que não colhem, quer os do Sr. Deputado José San-Bento (agora não me enganei), quer também os do Sr. Secretário Berto Messias que veio para aqui – isto não é nenhuma ofensa, é um facto – com uma falta de preparação atroz, porque não domina o assunto. Tecnicamente cometeu vários erros e V. Exa. fez aqui referências que pura e simplesmente são falsas.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é verdade!

O Orador: Isto não é ofensivo. No debate parlamentar se eu não lhe puder dizer que o que o senhor está a dizer não é verdade e que a sua interpretação está incorreta e os factos que apresentou estão incorretos, também não lhe posso dizer nada.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): São todos corretos!

O Orador: Posso com certeza discordar e discordando tenho que lhe dizer que V. Exa. não tem razão e que V. Exa. com os argumentos que apresentou em nada avançou neste debate.

Deputado André Bradford (*PS*): Não se pode discordar! São factos!

O Orador: Não, não é discordar! É que V. Exa. está profundamente errado. São factos.

Da parte dos outros partidos que aqui já se pronunciaram em relação a esta matéria, eu devo dizer que em relação a esta matéria todos compreendemos (os partidos da oposição) que aquilo que está em causa é de facto a afirmação dos Açores, porque para nós e para mim (até faço referência no âmbito deste Projeto de Resolução ao Programa do Governo), quando se refere no Programa do Governo “afirmar os Açores na política internacional”, que é bastante importante, “junto de entidades internacionais relevantes”, que é bastante

importante, se está no programa do Governo, para nós esse é um objetivo e todos nós temos os nossos programa eleitorais: afirmar os Açores!

Vs. Exas. têm isso no Programa do Governo e no vosso Programa Eleitoral, só que a diferença em relação aos outros partidos é que Vs. Exas. apenas escrevem isso e não tiram consequências e os senhores não são, em relação a essa matéria, congruentes.

Da nossa parte, evidentemente, temos a certeza absoluta que estamos a defender os interesses dos Açores e que os Açores ficariam muito valorizados com o assento próprio no âmbito da UNESCO.

Torno a referenciar: esta é mais uma vez uma posição profundamente centralista do Partido Socialista.

É evidente que faltam novos tempos nesta Região, mas esses novos tempos só chegarão quando V. Exas. abandonarem essa bancada do Governo e finalmente perderem as eleições em 2020.

Presidente: Sr. Deputado César Toste tem agora a palavra.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Berto Messias, pergunto, dentro daquilo também que o seu colega das Relações Externas falou, se há ou não alguma vantagem de a gente ser membro associado (alguma, alguma vantagem!)? Acho que era importante esclarecer, porque pode parecer um assunto muito banal, mas a nível da cultura, do ambiente, do nosso património natural, a nível de tudo o que nós temos a nível de ambiente, na opinião do PSD Açores temos que ter uma participação mais efetiva lá.

O que nós já conquistámos podíamos estar muito mais à frente se tivéssemos uma voz dentro da UNESCO. Pode parecer que está muito longe de nós a palavra UNESCO e para muitos açorianos nem sequer darem o valor, mas é efetivamente, para o PSD-Açores, importante que haja mais uma voz.

Quanto dei o exemplo, ainda agora, Sr. Deputado San-Bento, da forma como o Sr. Deputado Paulo Estêvão falou, não foi para criticar minimamente a questão bilateral, mas foi para dizer que mais uma voz lá é importante para nós.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor tem a sua opinião!

O Orador: Achamos que nós ganhamos. Não é só a questão da autonomia, ganhamos visibilidade, ganhamos valorização e isso é importante para os Açores.

O senhor falou que muitas vezes da parte dos municípios, da parte das pessoas... Mas se nós tivermos lá, nós vamos conhecer outras formas, se calhar, de nós estarmos mais à frente e valorizarmos mais o que nós temos de melhor, que é a nossa natureza, o nosso património cultural.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Olhando de forma objetiva para o Projeto de Resolução que aqui está em discussão, vemos que o proponente teve o cuidado de discriminar aqui as várias vantagens de ganharmos o estatuto de membro associado da UNESCO.

Portanto, está aqui demonstrada a mais-valia da aprovação deste Projeto de Resolução.

Aqui as únicas reservas que eu vejo por parte do Partido Socialista e até por parte do Governo, quanto à aprovação desta proposta do PPM é, por um lado, a ideia que é aqui transmitida de que estamos muito bem representados pelo nosso Estado soberano, neste caso Portugal, e que se calhar (não sou eu que estou a defender isso, mas é o que está subentendido) nós, açorianos, não temos

massa crítica para fazer a defesa dos nossos próprios interesses enquanto membros associados da UNESCO. A ideia que passa, infelizmente, é essa. Essa é uma ideia.

O outro argumento utilizado e que não foi a primeira vez a que recorreram a esse argumento, aliás, na primeira vez que esta iniciativa esteve em debate foi na anterior legislatura, não foi propriamente o atual Sr. Secretário Regional da Presidência, o Sr. Berto Messias, mas a sua colega na altura que era Secretária Regional Adjunta da Presidência, que também deu esse argumento e tornou, o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência, a reafirmar essa posição, de que o melhor é não avançarmos nesta nossa intenção porque os pareceres jurídicos não nos são favoráveis.

Que eu saiba, nesta mesma Casa e ao longo do processo da construção da autonomia, foram tomadas muitas opções políticas que permitiram consolidar este nosso Estatuto autonómico mesmo à revelia de alguns pareceres jurídicos que nos eram completamente desfavoráveis.

Portanto, esse argumento não serve, neste caso, e parece-me que este caso é um caso simples, e não se compara sequer à aprovação de um Estatuto Político-Administrativo e por essa razão acho que neste caso não se aplica aqui esse argumento, porque para sermos membros associados da UNESCO precisamos de mil e um parecer jurídicos todos eles favoráveis a essa possibilidade. Então como é que avançamos? Como é que tomamos opções políticas?

Tomamos opções políticas por aquelas que são as nossas convicções ou tomamos opções políticas consoante os pareceres jurídicos?

Uma coisa é a ciência jurídica, outra coisa é ciência política e a ciência política e uma ciência de opções. A ciência técnico-jurídica trata de outras matérias que dão – claro – auxílio àquelas que são as opções políticas, mas não pode ser impedimento de tomarmos opções políticas que privilegie aquele que é o nosso futuro e, neste caso, dadas as vantagens que são aqui muito bem elencadas pelo

proponente, eu não vejo como é que se pode utilizar como único argumento ou quase como único argumento o facto de não termos pareceres jurídicos favoráveis para avançarmos nesta matéria.

Portanto, eu penso que todos aqui temos no mínimo bom senso.

Esta proposta não me parece que venha a lesar a nossa autonomia, ao contrário do que...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... ficou subentendido nas declarações do Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência na reunião da Comissão que disse que “com a entrada dos Açores como Membro da UNESCO, não saem enfraquecidas as competências autonómicas”. Havia esta dúvida.

Eu não me parece que esta é uma dívida que possa subsistir, antes pelo contrário, se esta proposta for aprovada é mais um teste àquelas que são as nossas competências autonómicas, e (por que não?) também poderão ser um contributo para as alargar.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para o debate.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Caras e Caros Colegas:

Uma breve intervenção para responder ao Sr. Deputado César Toste.

Sr. Deputado, nós temos de facto muitas dúvidas se ser membro associado, tendo em conta o histórico que temos, tendo em conta a relação da Região Autónoma dos Açores com a UNESCO até aos dias de hoje, tendo em conta as várias classificações que temos na nossa Região, tendo em conta a forma de funcionamento dos órgãos da UNESCO e a representação lá dos membros

associados, tendo também a perspetiva jurídica que existe sobre essa matéria, juntando tudo isto, temos algumas dúvidas se passar a ser membro associado representa uma vantagem clara tendo em conta aquela que é a situação atual.

Mas também devo dizer o seguinte, e aí concordando com o Sr. Deputado:

Também nós, enquanto Região, temos que explorar mais e melhor, o relacionamento com o Estado Português e com a representação permanente de Portugal na UNESCO. Aí concordo em absoluto com V. Exa..

Podemos e devemos intensificar esse trabalho e explorar a forma como aproveitamos os instrumentos e aquilo que a UNESCO nos dá e isso tem sido feito em alguma medida,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então concorda ou não concorda?

O Orador: ... não só naquilo que são as zonas classificadas que já foram aqui discutidas, mas também aquele que é o trabalho que é feito com as vindas cá periódicas da representação nacional, do Conselho Diretivo Nacional da UNESCO, quando criou aqui os clubes da UNESCO. Temos dois em São Miguel e um na Terceira, por exemplo, e está prevista o alargamento dessa rede para outras ilhas dos Açores.

Desse ponto de vista, no âmbito da intensificação daquele que é o trabalho da Região junto da representação portuguesa, esse trabalho pode e deve ser intensificado.

Também é preciso dizer o seguinte, porque todos aqueles que aqui estão já tiveram amplas e longas discussões sobre aquilo que é o aprofundamento autonómico, a construção autonómica, as competências da Região. Temos, aliás, aqui vários deputados, de vários partidos que participaram na escritura e nas escrituras do Estatuto Político-Administrativo que está em vigor e fizeram um trabalho, todos eles, admirável e muito importante para todos nós.

Mas nestes processos uma coisa é ambição e testar os limites da autonomia, outra coisa diferente é aventureirismo que pode ser inconsequente...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e pode descredibilizar-nos e prejudicar-nos. São coisas diferentes que não devem nunca ser confundidas.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir mais, uma vez que os argumentos que o Partido Socialista apresentou estão devidamente desmontados e por isso penso que não há muito a dizer nesta discussão a não ser dizer que ficou bastante evidente, por aquilo que o Sr. Secretário Berto Messias acabou de dizer, qual é o problema, por que é que o Partido Socialista não quer votar favoravelmente esta iniciativa. Não tem nenhum argumento técnico, não tem nenhum argumento científico, não tem nenhum argumento político plausível. Só tem uma coisa: medo! Medo do Estado central!

Diz ele que é aventureirismo apresentar uma proposta ao Estado central para que o Estado central apresente por sua vez a proposta à UNESCO.

Aqui, devo dizer-lhe que lamento que o Governo dos Açores... Oiçam!... A construção autonómica, com medo, não se faz.

A construção autonómica, ganhar mais autogoverno para o povo dos Açores numa atitude de medo do Governo central... “O que é que eles vão dizer em Lisboa? Ai, o Costa vai ficar muito chateado! O que é que o Presidente da República vai dizer em relação a isto?”.

Desta forma, não se constrói autonomia nenhuma e por isso, Sr. Secretário, o seu argumento, o argumento que apresentou agora mesmo, é esse: é medo!

Medo de indispor o Governo central, medo de ser desacreditado perante o Governo central.

Devo dizer-lhe que se essa tivesse sido a opção dos primeiros tempos da autonomia dos Açores, nunca a autonomia dos Açores e o autogoverno dos Açores teriam sido conquistados, porque a autonomia dos Açores não se conquistou com medo, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu bem que resisti. Queria só deixar aqui claro dois aspetos:

Em primeiro lugar, o PS foi absolutamente claro em relação aos argumentos que fundamentam, quer no juízo de mérito, quer no juízo de oportunidade, a rejeição dessa proposta. Só que há pessoas que, do ponto de vista político, nem têm a lealdade de admitir a validade de argumentos dos adversários, mesmo não concordando com eles.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Eu reconheço validade aos argumentos do PPM e o PS, mas nós não concordamos com eles e de uma forma absolutamente clara e leal, no confronto político, manifestamos o nosso voto contrário.

Em segundo lugar, Sr. Deputado, este partido, o Grupo Parlamentar do PS tem muito orgulho no seu percurso político e no seu património de defesa da autonomia.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Nós temos orgulho nos momentos, nos poucos momentos em que não estivemos bem no passado, porque nós não somos como alguns que julgam que tudo o que fazem, fazem bem feito, como sobretudo temos muito orgulho na esmagadora maioria dos momentos em que tivemos muito bem e em que defendemos sempre a autonomia e os Açores.

É por isso que o Partido Socialista não aceita lições sobre a autonomia, nem do PPM,...

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: ... nem de nenhum partido aqui neste Parlamento.

A nossa história e o nosso património falam por si.

Deputado João Paulo Ávila (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem cerca de 30 segundos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado, nessa história que narrei e cujo primeiro acontecimento identifiquei, eu devo dizer-lhe uma coisa que é fundamental. Na vossa história também não ficará como um momento da defesa da autonomia a reprovação desta proposta.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O PPM também esgotou o seu tempo para este debate.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver. Vamos então passar à votação. Sras. e Srs. Deputados, não havendo inscrições vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Retomamos amanhã às 10h00. Boa noite.

Eram 19 horas e 56 minutos.

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Maurício Mendonça Santos

Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Documentos entrados

Listagem da correspondência

1 – Projetos de Lei:

Assunto: Garante a atribuição do abono para falhas a todos os trabalhadores da Administração Pública que desempenhem funções de manuseamento de valores, numerário, títulos ou documentos (Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 4/89, de 6 de janeiro) - n.º 845/XIII/3.ª (PCP) - n.º 156/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 04;

Assunto: Altera a Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, fixando uma diminuição progressiva do valor das propinas pagas pelos estudantes do ensino superior - n.º 878/XIII/3.ª (PEV) - n.º 157/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 16

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 05;

Assunto: Determina a abolição de corridas de touros em Portugal - n.º 879/XIII/3.ª (PAN) - n.º 158/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 07;

Assunto: Reforça a autonomia financeira dos municípios e introduz medidas de justiça nos impostos municipais (7.ª alteração ao Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e 33.ª alteração ao CIMI) - n.º 883/XIII/3.ª (BE) - n.º 163/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 12;

Assunto: Impede o apoio institucional à realização de espetáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico ou provoquem a morte de animais - n.º 892/XIII/3.ª (BE) - n.º 167/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 18;

Assunto: Terceira alteração à Lei n.º 27/2007, de 30 de julho, designando espetáculos tauromáquicos como suscetíveis de influírem negativamente na formação da personalidade de crianças e adolescentes n.º 893/XIII/3.ª (BE) - n.º 168/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 18;

Assunto: Cria a Comissão Independente para a Descentralização - n.º 890/XIII/3.ª (PSD/PS) - n.º 169/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 18;

Assunto: Altera o Código do Trabalho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias - n.º 897/XIII/3.ª (PAN) - n.º 171/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 20;

Assunto: Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, reconhecendo o direito a 25 dias úteis de férias - n.º 898/XIII/3.ª (PAN) - n.º 172/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 20;

Assunto: Reverte os cortes introduzidos pelo governo PSD/CDS nos dias de férias, no descanso compensatório, no acréscimo remuneratório devido por trabalho suplementar e consagra a terça-feira de carnaval como feriado obrigatório (14.ª alteração ao Código do

Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro - n.º 903/XIII/3.ª (BE) - n.º 174/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 26;

Assunto: Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (14.ª alteração do Código do Trabalho - n.º 909/XIII/3.ª (PEV) - n.º 175/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 26.

2 – Projetos de Resolução

Assunto: Medidas extraordinárias para as situações críticas nas ligações aéreas entre o Continente Português e as Regiões Autónomas - n.º 1644/XIII/3.ª (PEV) - n.º 164/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 12;

Assunto: Estratégia para a mobilidade aérea com resposta eficaz para as ligações entre o Continente e as Regiões Autónomas - n.º 1645/XIII/3.ª (PEV) - n.º 165/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 12;

Assunto: Recomenda ao Governo que defenda os interesses nacionais no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 - n.º 1648/XIII/3.ª (PSD) - n.º 166/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 05 – 30;

Assunto: Pela revitalização das azenhas da Aqualva - n.º 1654/XIII/3.ª (PSD) - n.º 170/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 18;

Assunto: Recomenda ao Governo que crie uma carreira especial dos Vigilantes da Natureza - n.º 1654/XIII/3.ª (PAN) - n.º 173/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 26.

3 – Propostas de Lei

Assunto: Altera a Lei das Finanças Locais - n.º 131/XIII/3.ª (GOV) - n.º 159/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 07;

Assunto: Autoriza o Governo a aprovar o novo Código da Propriedade Industrial, transpondo as Diretivas (UE) 2015/2436 e (UE) 2016/943 - n.º 132/XIII/3.ª (GOV) - n.º 160/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 07;

Assunto: Altera o regime jurídico do associativismo jovem - n.º 133/XIII/3.^a (GOV) - n.º 161/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 07;

Assunto: Procede à primeira alteração à Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, recalendarizando a produção integral de efeitos da Lei de Enquadramento Orçamental - n.º 134/XIII/3.^a (GOV) - n.º 162/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 07;

Assunto: Altera o Código de Trabalho, e respetiva regulamentação, e o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social - n.º 136/XIII/3.^a (GOV) - n.º 176/XI-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 26.

4 – Projetos de Decreto-Lei:

Assunto: Consagra o estatuto da agricultura familiar - MAFDR - (Reg. DL 165/2018) – n.º 82/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 05 – 17

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 05;

Assunto: Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em LED – PCM - (Reg. DL 192/2018) – n.º 83/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 01;

Assunto: Cria o Portal de Fornecedores do Estado – MPI - (Reg. DL 109/2018) – n.º 84/XI-GR

Proveniência: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Comissão: Política Geral

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 27.

5 – Projetos de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, de 9 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2016/A, de 8 de janeiro, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 9/2016/A, de 18 de maio de 2018 e pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2018/A, de 3 de janeiro, que regulamenta o Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial COMPETIR+ – n.º 19/XI](#)

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 06 – 25;

Assunto: [Aumento da Remuneração Complementar Regional - Décima segunda alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro, 14/2014/A, de 1 de agosto, 22/2014/A,](#)

[de 27 de novembro, 8/2015/A, de 30 de março, 1/2016/A, de 8 de janeiro, 3/2017/A, de 13 de abril e 1/2018/A, de 3 de janeiro, que estabelece o regime jurídico da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento](#)

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2018 – 06 – 04

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2018 – 07 – 05;

6 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Transporte na ilha de São Jorge dos animais rejeitados ou animais para destruição e respetivos cadáveres](#) – n.º 102/XI

Proveniência: CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 05-28

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 – 07 - 02;

Assunto: [Criação e implementação de um Sistema Regional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral para cobertura integral do território](#) – n.º 103/XI

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2018 – 06 - 06

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite de parecer: 2018 – 07 – 09.

7 – Propostas de Decreto Legislativo Regional

Assunto: [Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores](#) – n.º 19/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 - 05 - 14

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite de parecer: 2018 - 06 - 07;

Assunto: [Aprova o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para o período de 2019 a 2022](#) – n.º 20/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 - 06 - 01

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 - 07 - 05;

Assunto: [Altera o DLR n.º 16/94/A, de 18 de maio, que adapta à RAA o regime jurídico da operação portuária, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de agosto](#) – n.º 21/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 - 06 - 08

Comissão: Economia

Data limite de parecer: 2018 - 07 - 09.

8 – Anteposta de Lei:

Assunto: [Altera a Lei n.º 17/2014, de 10 de abril, que Estabelece as Bases da Política de Ordenamento e de Gestão do Espaço Marítimo Nacional](#) – n.º 4/XI

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06-08

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data limite de parecer: 2018 – 07 - 11;

9 – Petições:

Assunto: Proibição da pesca das Embarcações costeiras a menos de seis milhas da costa ao largo do grupo ocidental – n.º 27/XI

Proveniência: Licínio Avelar Medina

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Aguarda admissibilidade.

10 – Requerimentos:

Assunto: [Atendimento de doentes oncológicos](#)

Autores: Luís Maurício, Mónica Seidi e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 445/XI;

Assunto: [Acidente mortal ocorrido em outubro de 2017 no Centro de Processamento de Resíduos do Corvo e o apuramento das responsabilidades](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.07.09 – N.º 446/XI;

Assunto: [Arqueologia náutica e subaquática na Região Autónoma dos Açores](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 447/XI;

Assunto: [Requalificação e restauração de móveis de valor patrimonial](#)

Autores: Paulo Estêvão (PPM)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.07.00 – N.º 448/XI;

Assunto: [Carta de Riscos Geológicos da Região Autónoma dos Açores](#)

Autores: Alonso Miguel, Artur Lima, Graça Silveira e Catarina Cabeceiras (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 24

Referência: 54.01.00 – N.º 449/XI;

Assunto: [Comissão Coordenadora para os Arquivos da Região Autónoma dos Açores – Plano de Atividades Triénio 2015-2017](#)

Autores: Artur Lima, Graça Silveira, Catarina Cabeceiras e Alonso Miguel (CDS-PP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 25

Referência: 54.01.00 – N.º 450/XI;

Assunto: [Quando e como vai funcionar o Programa Nacional de Recolha de Dados, em 2018, nos Açores?](#)

Autores: Luís Garcia, Jaime Vieira, Carlos Ferreira e Luís Rendeiro (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 28

Referência: 54.03.00 – N.º 451/XI;

Assunto: [Segurança nas estradas da ilha do Pico](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 28

Referência: 54.03.06 – N.º 452/XI;

Assunto: [Matadouro da ilha do Pico](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.04.06 – N.º 453/XI;

Assunto: [Falta de equipamento de apoio do Porto das Lajes do Pico](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.04.06 – N.º 454/XI;

Assunto: [Conservação da ER 1-2 na ilha de São Jorge](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.04.05 – N.º 455/XI;

Assunto: [Construção de um novo matadouro na ilha de São Jorge](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.04.05 – N.º 456/XI;

Assunto: [Centro de Saúde das Lajes do Pico](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.04.06 – N.º 457/XI;

Assunto: [Estaleiros navais da Madalena](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.04.06 – N.º 458/XI;

Assunto: [Núcleo de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica nos Hospitais da Região](#)

Autores: Carlos Ferreira, Mónica Seidi, João Bruto da Costa, Jorge Jorge e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29

Referência: 54.03.00 – N.º 459/XI;

Assunto: [Casa do Parque Natural das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 460/XI;

Assunto: [Selagem da lixeira de Santa Cruz das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 461/XI;

Assunto: [Substituição da grua do porto de Ponta Delgada na ilha das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 462/XI;

Assunto: [Desprendimento de pontão no molhe de proteção do Núcleo de Recreio Náutico de Lajes das Flores](#)

Autores: João Paulo Corvelo (PCP)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Referência: 54.04.08 – N.º 463/XI;

Assunto: [Execução do Programa Açores PO 2020 pelas Autarquias](#)

Autores: Marco Costa, António Vasco Viveiros, Catarina Chamacame Furtado e Bruno Belo (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Referência: 54.03.00 – N.º 464/XI;

Assunto: [Porto das Ribeiras](#)

Autores: Jorge Jorge e Marco Costa (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30

Referência: 54.03.06 – N.º 465/XI;

Assunto: [Sedes da APEDA e da APASA](#)

Autores: Carlos Ferreira e Luís Garcia (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 01

Referência: 54.03.07 – N.º 466/XI;

Assunto: [Estaleiros Navais Madalena](#)

Autores: Marco Costa e Jorge Jorge (PSD)

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08

Referência: 54.03.06 – N.º 467/XI;

11 – Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Atribuição de licenças para exploração turística de observação de cetáceos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Referência: 54.01.00 – N.º 406/XI;

Assunto: [Resultados de ações inspetivas à empresa Estufaçor](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18

Referência: 54.06.02 – N.º 407/XI;

Assunto: [Informação relativa às rotas abrangidas por Obrigações de Serviço Público \(ano 2017\)](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.03.00 – N.º 402/XI;

Assunto: [IMAR – Plano Nacional de Recolha de Dados de Pesca 2017](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.01.00 – N.º 404/XI;

Assunto: [Parâmetros utilizados nas análises à água para consumo humano na Praia da Vitória](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.06.03 – N.º 416/XI;

Assunto: [Para quando a requalificação do Entrepasto Frigorífico da Horta?](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23

Referência: 54.03.07 – N.º 420/XI;

Assunto: [Atraso no pagamento dos reembolsos da ADSE](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 24

Referência: 54.06.00 – N.º 430/XI;

Assunto: [ILS, Aeroporto do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 05 – 25

Referência: 54.03.06 – N.º 422/XI;

Assunto: [Acesso ao Porto de Pescas da Vila Nova](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 01

Referência: 54.01.03 – N.º 429/XI;

Assunto: [Rastreamento de Retinopatia Diabética](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05

Referência: 54.03.02 – N.º 427/XI;

Assunto: [Para quando a empreitada de melhoramento do Porto do Topo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05

Referência: 54.01.05 – N.º 431/XI;

Assunto: [Transparência e prevenção de riscos de corrupção](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 06

Referência: 54.03.00 – N.º 433/XI;

Assunto: [Construção de um novo matadouro na ilha de São Jorge](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 06

Referência: 54.04.05 – N.º 456/XI;

Assunto: [Arqueologia náutica e subaquática na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Referência: 54.07.00 – N.º 447/XI;

Assunto: [Matadouro da ilha do Pico](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 07

Referência: 54.04.06 – N.º 453/XI;

Assunto: [SINAGA](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08

Referência: 54.04.02 – N.º 380/XI;

Assunto: [Investimentos no Parque de Exposições do faial e recuperação do Solar e da Ermida da Quinta de São Lourenço](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08

Referência: 54.03.07 – N.º 442/XI;

Assunto: [Requalificação e restauração de móveis de valor patrimonial](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08

Referência: 54.07.00 – N.º 448/XI.

12 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício n.º 704-ST, a enviar remessa de relatório sobre verificação interna de conta de gerência

- Relatório n.º 10/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-423VIC3) – Unidade de Saúde da Ilha Terceira

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 15;

Assunto: Ofício a remeter cópia de um Voto de Protesto

Proveniência: António Miguel Soares, Presidente da Câmara Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2018 – 05 – 17;

Assunto: Ofício a remeter cópia de um Voto de Protesto

Proveniência: Rogério Cabral de Frias, Presidente da Assembleia Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2018 – 05 – 17;

Assunto: Ofício a remeter cópia de um Voto de Congratulação

Proveniência: Rogério Cabral de Frias, Presidente da Assembleia Municipal de Nordeste

Data de Entrada: 2018 – 05 – 17;

Assunto: Carta a agradecer o envio dos Votos de Congratulação pela Ordenação de Sua Excelência Reverendíssima Dom José Avelino Bettencourt e da Congratulação pelos 100 anos de Sagração da Igreja Paroquial da Paróquia da Ribeira Quente

Proveniência: Vigário Geral, Cón. Hélder Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18;

Assunto: Carta a agradecer o envio do Voto de Congratulação dos 450 anos da edificação da nova Catedral de Angra

Proveniência: Vigário Geral, Cón. Hélder Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18;

Assunto: Carta a agradecer o envio do Voto de Congratulação dos 450 anos da edificação da nova Catedral de Angra

Proveniência: Pe. Jacob Vasconcelos, Secretário Episcopal

Data de Entrada: 2018 – 05 – 18;

Assunto: Relatório 06/2018, Análise da Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações em 2017, enviado por correio eletrónico do Conselho das Finanças Públicas (CFP)

Proveniência: Nádia Dinis, Assessora de Comunicação do Conselho das Finanças Públicas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23;

Assunto: Ofício a remeter cópia da Deliberação – “Ampliação da pista do Aeroporto da Horta”

Proveniência: Guilherme Marinho Pinto de Sousa, Presidente do Conselho de Ilha do Faial

Data de Entrada: 2018 – 05 – 25;

Assunto: Ofício a solicitar o agendamento, para o plenário de junho, do Projeto de Resolução n.º 93/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da ALRAA: Alterações ao modelo de mobilidade aérea entre os Açores, Portugal Continental e Madeira”

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 05 – 25;

Assunto: Ofício n.º Gp0616-XI a comunicar a substituição integral de pedido de agendamento de Debate de Urgência sobre transportes, acessibilidades e subsídio social de mobilidade

Proveniência: Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 05 – 25;

Assunto: Ofício a acusar a receção das Resoluções n.ºs 16/2018, 17/2018, 18/2018 e 19/2018 – “Inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do

Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores”, bem como a informar que as mesmas foram enviadas para o Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas

Proveniência: Rita Faden, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Primeiro-Ministro de Portugal

Data de Entrada: 2018 – 05 – 28;

Assunto: Ofício a informar que pretende retomar o mandato para o qual foi eleito para esta legislatura a partir do dia 1 de junho de 2018

Proveniência: Paulo Mendes, GPBE

Data de Entrada: 2018 – 05 – 28;

Assunto: Informação, por correio eletrónico, da Deliberação e aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão realizada a 24 de abril de 2018, do Voto de Louvor – Homenagem à escritora Natália Correia, na passagem dos 25 anos da sua morte, aprovado por unanimidade e aclamação e subscrito pelo PSD e pelo PPM

Proveniência: Rui Paulo Figueiredo, Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Lisboa

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: Ofício Pº 54 a acusar a receção e a agradecer o envio das Resoluções n.ºs 16/2018, 17/2018, 18/2018 e 19/2018, remetidas pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Fernando Frutuoso de Melo, Chefe da Casa Civil do Presidente da República

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a agradecer o envio da Resolução da ALRAA n.º 16/2018

Proveniência: Joana Gomes da Silva, Chefe de Gabinete do GP “Os Verdes”

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: Ofício n.º 879-ST, a enviar remessa de relatório sobre verificação interna de conta de gerência

- Relatório n.º 11/2018-VIC/SRATC (Ação n.º 17-437VIC3) – Fundo Escolar da Escola Básica Integrada dos Biscoitos

Proveniência: Fernando Flor de Lima, Subdiretor Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30;

Assunto: Ofício a informar que o cargo de secretário do Grupo Parlamentar será ocupado por António Manuel Raposo Lima, com início de funções a 1 de junho de 2018

Proveniência: Zuraida Soares, Presidente do GPBE

Data de Entrada: 2018 – 06 – 01;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 16/2018 – “Inclusão do investimento de ampliação da pista do aeroporto da Horta na renegociação do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em Portugal continental e na Região Autónoma dos Açores”, bem como a informar de que a mesma foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da AR, atendendo à matéria em causa.

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da AR

Data de Entrada: 2018 – 06 – 04;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 17/2018 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativa à imperiosa inclusão do aeroporto da Horta na renegociação dos termos do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário celebrado entre o Estado Português e a ANA Aeroportos de Portugal, S.A.”, bem como a informar de que a mesma foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da AR, atendendo à matéria em causa.

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da AR

Data de Entrada: 2018 – 06 – 04;

Assunto: Ofício a acusar a receção da Resolução n.º 19/2018 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores: Inclusão do imprescindível investimento na ampliação do aeroporto da Horta na renegociação do Contrato de Concessão de Serviço Público Aeroportuário nos Aeroportos situados em

Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores”, bem como a informar de que a mesma foi levada ao conhecimento dos Senhores Deputados da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas da AR, atendendo à matéria em causa.

Proveniência: Maria José Ribeiro, Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da AR

Data de Entrada: 2018 – 06 – 04;

Assunto: Ofício n.º 14741/2018, a enviar remessa o Relatório de Atividades e Contas, bem como o Relatório de Atividades da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, relativo ao ano de 2017

Proveniência: Vítor Caldeira, Presidente do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do CDS-PP a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da ALRAA n.º 19/2018

Proveniência: Mariana Freire de Andrade, Chefe de Gabinete do GPCDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do CDS-PP da AR a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da ALRAA n.º 18/2018

Proveniência: Mariana Freire de Andrade, Chefe de Gabinete do GPCDS-PP

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05;

Assunto: Ofício a requerer o agendamento de um Debate de Urgência sobre a execução do Plano Regional Anual de 2017

Proveniência: Duarte Freitas, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2018 – 06 – 06;

Assunto: Ofício a informar que o Deputado Paulo José Maio Mendes passa a integrar a Subcomissão de Economia a partir do dia 1 de junho de 2018

Proveniência: Miguel Costa, Presidente da Comissão Permanente de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 06;

Assunto: Ofício do Grupo Parlamentar do PCP da AR a acusar a receção e a agradecer o envio das Resoluções da ALRAA n.ºs 18/2018 e 19/2018

Proveniência: Pedro Ramos, Chefe de Gabinete do GPPCP

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05.

13 – Relatórios:

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de junho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11;

Assunto: [Audição n.º 143/XI-AR - Proposta de Lei n.º 116/XIII/3.ª \(GOV\) que estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Audição n.º 144/XI-AR - Proposta de Lei n.º 117/XIII/3.ª \(GOV\) que altera a Lei da Paridade nos Órgãos do Poder Político](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Audição n.º 146/XI-AR - Proposta de Lei n.º 120/XIII/3.ª \(GOV\) que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento \(UE\) 2016/679, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Audição n.º 150/XI-AR - Proposta de Lei n.º 124/XIII/3.ª \(GOV\) que determina a cessação de vigência de decretos-leis publicados entre os anos 1975 e 1980](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Audição n.º 75/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime de prevenção e controlo das emissões de poluentes para o ar e transpõe a Diretiva \(UE\) 2015/2193 – MA – Reg. DL 485/2017](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Audição n.º 148/XI-AR - Projeto de Resolução n.º 1473/XIII/3.ª \(PCP\) sobre o combate à poluição no mar por hidrocarbonetos](#)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30;

Assunto: [Sobre o Conselho Económico e Social dos Açores Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08;

Assunto: [Sobre o Conselho Económico e Social da Região Autónoma dos Açores Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/XI](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Carlos Emanuel Rego Silva](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado João Paulo Valadão Corvelo](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11;

Assunto: [Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Francisco Vale César](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11.

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de junho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11;

Assunto: [Audição n.º 153/XI-AR - Projeto de Lei n.º 843/XIII/3.ª \(PS\) – Lei de Bases da Habitação](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Audição n.º 72/XI-GR - Projeto de Decreto-Lei que cria o 1.º Direito – Programa de apoio à habitação - MA - Reg. DL 135/2018](#)

Proveniência: Subcomissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 05 – 29;

Assunto: [Sobre o pedido de admissão da Região Autónoma dos Açores como Membro Associado da UNESCO - Projeto de Resolução n.º 41/XI \(PPM\)](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05;

Assunto: [Que recomenda ao Governo Regional que proceda ao início imediato de obras na estrada que faz a ligação entre a freguesia das Furnas e a Vila da Povoação – Projeto de Resolução n.º 60/XI \(PSD\)](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05;

Assunto: [Sobre a Petição Pública a favor da adaptação dos acessos da piscina e praias vigiadas de São Lourenço a pessoas com mobilidade reduzida ou condicionada – n.º 25/XI](#)

Proveniência: Comissão de Política Geral

Data de Entrada: 2018 – 06 – 05.

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de junho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11;

Assunto: [Audição n.º 80/XI-GR – Projeto de Decreto Regulamentar que altera a regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social](#) – MTSSS – (Reg. DR 144/2018)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [Audição n.º 81/XI-GR – Projeto de Decreto-Lei que Transpõe a Diretiva 2014/50/UE, relativa aos requisitos mínimos para uma maior mobilidade dos trabalhadores entre os Estados-Membros, mediante a melhoria da aquisição e manutenção dos direitos a pensão complementar](#) – MTSSS – (Reg. DL 174/2018)

Proveniência: Subcomissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 05 – 23;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Define os termos da afetação dos resultados líquidos dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa atribuídos ao Governo Regional dos Açores”](#) – n.º 19/XI

Proveniência: Comissão de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2018 – 06 – 08.

Assunto: [A que se refere o artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores - Ante-Período Legislativo de junho de 2018](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11;

Assunto: [Projeto de Lei n.º 834/XIII/3.ª \(PSD\) que cria um mecanismo de regularização oficiosa das declarações de IRS em decorrência de decisões judiciais que impliquem devoluções aos contribuintes de prestações tributárias indevidamente cobradas](#) – n.º 151/XI

AR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 05 – 24;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 1483/XIII/3.ª \(PCP\) – Pela defesa e valorização dos produtos regionais, designadamente do Queijo de São Jorge \(Região Autónoma dos Açores\)](#)
– n.º 149/XI AR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 05 – 25;

Assunto: [Projeto de Resolução n.º 1648/XIII/3.ª \(PSD\) – Recomenda ao Governo que defenda os interesses nacionais no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027](#) – n.º 166/XI AR

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 05 – 30;

Assunto: [Sobre a Petição – Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande da ilha das Flores - n.º 23/XI](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data de Entrada: 2018 – 06 – 11.

14 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Legislativa os Diários n.ºs 57, 58 e 59.

Consideram-se aprovados os Diários n.ºs 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55 e 56.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco